

CHARLES MACHADO HOEPNER

# A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

defesa do projeto de formação profissional construído  
pela ABEPSS à luz de suas diretrizes curriculares

ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS



CHARLES MACHADO HOEPNER

# **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

**Defesa do projeto de formação profissional construído  
pela ABEPSS à luz de suas diretrizes curriculares**

Obra financiada/incentivada por:



# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)  
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Açoilini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (USP/EcA – São paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffi (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Charles Machado Hoepner

# **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

**Defesa do projeto de formação profissional construído  
pela ABEPSS à luz de suas diretrizes curriculares**



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2022



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Geresa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitora**

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

*À minha mãe Rita de Cassia por me conceder o dom da vida, por acompanhar meu despertar e incentivar o fino trato perante a realidade, por instigar o olhar crítico sem perder a ternura;*  
*Ao meu irmão Alexandre, por demonstrar o caminho da bravura, da lealdade inegociável e por partilhar o olhar sensível diante das singularidades da vida, como uma saborosa xícara de café;*  
*Ao meu namorado Maikel, por ser aconchego nos dias de solidão, por ser segurança nos momentos de fraqueza e por ser parceiro na vida, compartilhando o ideal de que dias melhores, mais bonitos e mais sinceros virão;*  
*À Jane Prates, por ser revolucionária na totalidade, por ajudar na semeadura, por nunca soltar a minha mão e, ainda assim, acreditar que voos mais altos podiam ser alcançados. Esse livro nasceu graças a ti.*

*Aos meus amigos, sem destaque, dadas as particularidades de cada um no meu caminho, por me ensinarem que a amizade também é uma forma de amar e que juntos somos infinitos!*

*Aos sujeitos que compuseram e compõem a minha história, aos que partilharam da vida comigo, aos que vieram e ficaram e aos que foram e ainda assim permaneceram, aos que acreditam em um mundo melhor, mais humano e mais sensível e a você leitor, que ao aceitar embarcar nessa viagem comigo, reforça a ideia de que tudo valeu a pena.*

*Ninguém solta a mão de ninguém!*

© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans  
Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

Lúcia Cruz Prates - óleo sobre tela

**Revisão Técnica**

Jane Cruz Prates e Michel Justamand

**Revisão de língua**

Tuca Dantas

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H694 - HOEPNER, Charles Machado

A Formação Profissional em Serviço Social na Contemporaneidade: defesa do projeto de formação profissional construído pela ABEPSS à luz de suas diretrizes curriculares, Charles Machado Hoepner. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

14x21cm -212 páginas

ISBN - 978-85-5467-227-0

1. Serviço Social - 2. Conservadorismo - 3. Formação Profissional - 4. Diretrizes Curriculares - I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 360 - 361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social
2. Conservadorismo
3. Formação Profissional

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização das organizadores e/ou editora

---

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com



## PREFÁCIO

Prefaciara uma obra em dupla, não é tarefa fácil, embora, nós que temos a honra de escrevê-la, tenhamos aceitado o desafio pelas profundas afinidades que nos unem e pela admiração comum que temos pelo seu autor.

Charles é um jovem pesquisador que desde sua infância sonhava ser professor, dava aulas a seus alunos imaginários utilizando as portas dos armários como quadro negro, desde muito pequeno. Lembrou-nos a potencialidade do dia da amnesia, relatado por Chauí (1993), quando os trabalhadores deflagraram uma greve utilizando as portas dos banheiros para comunicarem-se, de modo que a greve não fosse reconhecida como tal e conseguiram, a partir dessa estratégia criativa, paralisar os grandes fornos, afetando a produção.

A força das resistências mostra que, apesar das adversidades, que não são poucas, as determinações históricas não são fatídicas. A luta, a pesquisa e a busca pelo conhecimento são potências que nos fazem esperar. Charles queria ser professor e trilhou seu caminho, inicialmente nas portas dos armários e prosseguiu buscando seus sonhos, alguns já conquistados, outros ainda por conquistar. Como diz o poeta (...) “vou andar ou voar para ver o mundo, nem que eu bebesse o mar, encheria o que tenho de fundo”. (DJAVAN, 1981).

Filho de professora, que sempre o inspirou, formou-se em Serviço Social na Unipampa e veio do interior do Rio Grande do Sul para enfrentar os desafios de cursar o mestrado e o doutorado na capital gaúcha, na PUCRS. Sua trajetória é marcada pela profunda indignação com as desigualdades e o compromisso de buscar coletivamente enfrentá-las, inspirado por uma fundamentação marxista, crítica e radical, em profunda consonância com o projeto ético-político construído por essa categoria profissional, que atravessa toda a sua produção.

A partir dessa breve introdução iniciada pelo reconhecimento da trajetória de seu autor e da busca pela realização de seus sonhos através da educação que, sem dúvida ampliou o seu mundo

e sua cadeia de mediações para contribuir com a transformação do mundo de todos, passamos a debater um pouco sobre sua temática de modo contextualizado.

O reconhecimento do outro, como um outro eu, como ressalta Freire, é fundamental no diálogo estabelecido por profissionais, em qualquer âmbito onde materialize seu trabalho, seja no atendimento direto à população, nos processos de gestão, na inserção em movimentos sociais e em políticas públicas ou nas atividades de ensino e formação que delas fazem parte. E onde os sujeitos se expressam? No seu cotidiano, espaço contraditório e fecundo, pleno de mediações ( MARTINELLI, 2021) ou como afirma Marx (1989), destacando o ponto de partida de seu processo de busca pelo conhecimento, partindo dos homens em carne e osso na sua atividade prática

Em tempos tão adversos de negação da ciência, de direitos, da diversidade e da sensibilidade, quando tudo favorece processos de embrutecimento, desumanização e desproteção, é essencial retomarmos o desafio de articular razão e sensibilidade e enfatizar o polo ontológico do trabalho, subsumido nas tramas da alienação e do estranhamento e na captura da subjetividade e da vida dos trabalhadores. O desenvolvimento de um capitalismo cada vez mais predatório, além de colocar em risco as vidas futuras, na medida em que esgota a natureza da qual somos parte, rouba a vida e a saúde da grande maioria da população mundial.

Em 2020, no auge da pandemia da Covid-19 a ONU, já destacava que a crise da COVID-19 teria abalado os mercados financeiros globais com pesadas perdas e intensa volatilidade, o que levou os investidores a retirar 90 bilhões de dólares dos mercados emergentes, a maior retirada já registrada. Os resultados desse processo que se arrasta, segundo a Organização, devem levar cerca de 420 milhões de pessoas no mundo de volta à extrema pobreza e estima-se que os afetados pela fome crônica subirão de 135 milhões para 265 milhões. (ONU, 2020)

Esse processo trágico e desmedido que avança sobre nossas vidas e nos aparta daquilo que caracteriza nossa humanidade, a constituição de um ser social humano genérico, que possa efetivamente valer-se da produção material e simbólica historicamente construída pela humanidade, precisa ser questionado a partir de suas raízes, desmascarando as falsas narrativas que escondem suas contradições insuperáveis.

Ao tratar da Lei geral de acumulação capitalista, Marx afirma que o excesso de trabalho de grande parte dos trabalhadores “ (...) engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital” (MARX, 1989, 738) *Portanto, conclui que a miséria, condição a qual está sujeita a grande massa de superpopulação que necessita vender sua força de trabalho, está na proporção inversa ao volume da produção realizada pela classe trabalhadora empregada, que ao se ver pressionada pelos desempregados, submete-se a qualquer salário e condição de trabalho.*

As condições materiais de existência sem dúvida conformam os modos de vida, ou os valores atribuídos a esse viver histórico, pelos seres sociais, marcados pela cultura, pelos territórios nos quais transitam, pela possibilidade ou não de acesso, pelo lugar que esses sujeitos ocupam na divisão de classes, por questões étnicas, de gênero e demais elementos que caracterizam a diversidade humana, cuja negação, impõe desigualdades mais contundentes a determinados grupos e segmentos sociais. Nesse processo, a comunicação, o acesso a informação, ao conhecimento e a educação são fatores essenciais a serem considerados no enfrentamento às interdições impostas aos processos de constituição da consciência crítica e das identidades.

Yazbek (2004) fala de um não lugar ocupado pelos pobres para além do não acesso e da desproteção a que são sujeitados, o que em países de capitalismo periférico e dependente, como o Brasil, toma proporções imensas. Os dados de realidade são contraprova histórica desse processo. Tomemos apenas o fator renda para exemplificar

Conforme o IPEA (2022) os rendimentos habituais reais médios dos trabalhadores no Brasil sofreram uma queda da ordem de 8,7% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda interanual na renda. O IPEA, com base na PNAD continua, analisando esse dado considerando o tipo de vínculo, ressalta que os trabalhadores do setor público foram os que tiveram o pior impacto da queda nos rendimentos no período, da ordem de 12,9% e 10,9%, da renda habitual e efetiva respectivamente. Os trabalhadores por

conta própria, mostraram uma deterioração da renda no início de 2022, com quedas efetivas e habituais da ordem de 2,8% e 6,4% respectivamente. (IPEA, 2022)

A política de educação num contexto como este segue a mesma lógica desigual. A histórica da evolução da universidade no Brasil, em conexão com as necessidades de organização e expansão do capital, mostra como estes projetos políticos se articularam para se consolidar através do controle da produção do conhecimento e da educação, desde a transferência da sede do reino de Portugal para o Brasil, em 1808, quando a classe dominante lusitana cria instituições isoladas de ensino superior no Brasil, de modo a formar profissionais para atenderem às suas necessidades, pois era difícil e caro enviar quadros para formarem-se em Portugal.

O ensino superior, no Brasil, incorpora tanto aspectos da política educacional napoleônica, que fragmentava a universidade em instituições de ensino profissional, voltando-se exclusivamente para este fim, orientada pelo “positivismo difuso da burguesia francesa”; como aspectos da concepção desenvolvida por filósofos do idealismo alemão, que se baseava na realização do ensino superior a partir da universidade. Os liberais, postulavam que programas e métodos não deveriam ser impostos aos professores, mas depender da livre competição de interesses dos alunos; para os autoritários em um rígido esquema hierárquico e disciplinar, no monopólio de matérias por professores e nos princípios econômicos de racionalidade, utilidade e estruturação do múltiplo.

As reformas e contrarreformas que a educação e, em particular, o ensino superior no Brasil sofreram foram sempre verticais, sem a participação efetiva do conjunto dos agentes e atendendo a interesses particularistas e não ao interesse do conjunto da população.

Sem dúvida a educação, e especialmente a universidade, pelo que significa em termos de produção de conhecimentos, espaço de politização, questionamento e crítica não poderia deixar de ser reprimida, controlada, manipulada para que expressasse a ideologia hegemônica. E as consequências marcam a universidade e as ciências, de forma significativa, até os dias de hoje. A influência do positivismo e sua pseudoneutralidade, ainda coloca em posição caudatária as questões políticas, as relações de poder e as questões éticas e estéticas, restringindo sua análise às áreas humanas, como se toda a ciência não sofresse suas influências e condicionamentos.

No que concerne a educação superior vivemos um momento ímpar de desgaste, de sobretrabalho, de instabilidade e ameaças. Em relação a área do Serviço Social, em particular, as ameaças ocorrem não só por sermos uma profissão e área de conhecimento que reconhece a luta de classes, cujo projeto ético político se contrapõe frontalmente a lógica neoliberal associada ao fundamentalismo, que caracteriza o atual governo, que felizmente finda, mas também por compormos as áreas humano-sociais, por ele desvalorizadas, pelas defesas que fazemos de uma ciência pautada no pensamento crítico, no reconhecimento da diversidade humana, da necessidade de políticas públicas universais e de qualidade, entre as quais a saúde e a educação, reconhecidamente estruturantes. A defesa de uma saúde em sentido ampliado que requer condições dignas de vida e um ensino público, gratuito e de qualidade, além da necessária ampliação de espaços de participação coletiva, das instâncias democráticas e dos direitos humanos, está na contramão de tudo o que nos tem sido imposto nesses últimos quatro anos de profundo retrocesso.

Os cortes expressivos na área da Educação dão visibilidade ao desmonte que continua sendo realizado, mesmo após a vitória nas urnas do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Em 2019 o orçamento da Educação era de 122,9 bilhões, em 2020 esse valor baixou para 103 bilhões, um corte de 16,3% ou seja 19,8 bilhões. Em 2021 os recursos orçados para a Educação sofrem um corte de mais 4,5 bilhões. (OGU, 2022)

Então tivemos uma perda de 24,3 bilhões nos últimos 2 anos, em meio a uma pandemia e o governo Bolsonaro recentemente anunciou novos e vultuosos cortes na Educação, pondo em risco a manutenção das Universidades Públicas. O financiamento embora seja crucial determinante da política não é o único elemento a ser considerado. A falta de direção e planejamento a precarização do trabalho o ataque sistemático do governo a tudo o que é público, a desvalorização da ciência e em particular das áreas humano-sociais são outros elementos fundamentais que compõem esse processo o complexificando ainda mais e impondo grandes desafios ao novo governo que inicia em 2023 e ao conjunto dos povo brasileiro.

Contudo falar em educação é também falar de esperança mas de uma esperança que apesar de reconhecer seu potencial transformador reconhece também a dependência de condições materiais e

simbólicas para a sua materialização como qualquer outra política pública em que pese seu caráter estruturante. Marx já destacava em Glosas Críticas Marginais a um Prussiano, dando visibilidade a sua perspectiva de totalidade, que para educar as crianças o rei da Prússia precisaria alimentá-las e garantir outros aspectos relacionados a sua proteção. (MARX, 2011 )

Charles fala de educação e de formação de forma dura, porque se pauta na necessária crítica radical que busca desvendar o conjunto de determinações que condicionam esse processo, porém sem perder a sensibilidade estética, característica de todo o revolucionário, que reconhece a presença da negação inclusiva ou da contradição encurralando sistematicamente o seu oposto como força de resistência. E nessa luta algumas superações são apontadas pelo autor e muitos desafios ainda por superar são apontados, na perspectiva freiriana, de esperançar e da busca pelo inédito viável (FREIRE, 1993) O jovem professor mostra que é preciso seguir com direção social definida em busca do sonho de uma educação efetivamente emancipatória, o que não pode ser separado da luta por um novo projeto societário.

Mas firmemente apoiado em sua fundamentação marxista radical, tratará de ressaltar que “ ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem é o próprio homem.” ( MARX ,2010 p 151)

Assim ,munido destas “armas da crítica “ e na certeza de que “ a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (idem) Charles nos apresenta um texto muito criativo e rigorosamente crítico ,fiel aos seus objetivos e dando materialidade ao anunciado no título de sua obra A formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade: os desafios das diretrizes curriculares da ABEPSS em tempos de reordenamento da educação superior .

Analisa para tanto 12 cursos de Serviço Social, em 06 regiões da ABEPSS, buscando contemplar a diversidade brasileira. Incluiu na amostra, instituições de ensino de natureza pública e privada e se debruçou sobre os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, analisando as ementas das disciplinas e as referências bibliográficas adotadas.

Complementou as fontes a partir de coleta, via questionário, com cinco pesquisadores chave, entre os quais ex-presidentes da ABEPSS para problematizar o tema da formação articulado às di-

retrizes curriculares, considerando as ponderações dos especialistas. Não adiantaremos aqui suas conclusões que precisam ser pensadas a partir do desdobramento realizado na tessitura da linda obra, que convidamos à leitura.

Não poderíamos deixar de mencionar que, ao encerrarmos esse prefácio, o fazemos cheias de esperança, em razão dos novos ventos que sopram no Brasil a partir da vitória de Lula e da democracia. Trata-se de um novo tempo que se inicia, que carrega grandes desafios, sem dúvida, mas contrapondo-se aos últimos 6 anos de obscurantismo no país, vem legitimado pela participação e apoio dos trabalhadores e trabalhadoras, dos movimentos sociais, pela conformação de ministérios que contemplam a diversidade, com a presença expressiva de mulheres, de negros e negras e de população indígena, pelo reconhecimento da importância fundamental de enfrentar as desigualdades, de proteger o meio ambiente e de fortalecer as políticas públicas, entre as quais a educação.

Verão de 2023

*Maria Lúcia Martinelli (PUCSP) e  
Jane Cruz Prates (PUCRS)*

## **Referências:**

BRASIL, **Orcamento Geral da União**. Portal da transparência. Acessível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>  
Acesso em setembro de 2022

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DJAVAN, **Álbum: Seduzir**, 1981, disponível em [https://www.google.com/search?gs\\_ssp=eJzj4tFP1zcsNM3IKzaKLzRg9BIqyy9VS-MxLSSxSALHK8hOLALxNC10&q=vou+andar+vou+voar&o-q=vou+andar+&aqs=chrome.2.69i57j46i512j46i67j46i512i-2j0i512i3j46i512.7759j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?gs_ssp=eJzj4tFP1zcsNM3IKzaKLzRg9BIqyy9VS-MxLSSxSALHK8hOLALxNC10&q=vou+andar+vou+voar&o-q=vou+andar+&aqs=chrome.2.69i57j46i512j46i67j46i512i-2j0i512i3j46i512.7759j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Paz e Terra, 1993

IPEA número 56 - Nota de Conjuntura 17 - 3 ° trimestre de 2022.

Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220901\\_cc\\_56\\_nota\\_17\\_rendimentos\\_e\\_horas\\_trabalhadas.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220901_cc_56_nota_17_rendimentos_e_horas_trabalhadas.pdf). Acesso em outubro de 2022.

MARTINELLI, Maria Lucia...et al (orgs) **Cotidiano, cultura e sociabilidade**: pesquisa em serviço social. São Paulo : EDUC, 2021.

MARX, Karl **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843, Boitempo ,2010

MARX, K e ENGELS, F. **O Capital**. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano**. In *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011

ONU - Organização das Nações Unidas. ONU News. **Pobreza extrema** Acessível em [ma?f%5B0%5D=audio%3A1](#) Acesso em dezembro de 2020

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Artigo. **Revista Tempotalis** nº 3. Brasília, ABEPSS, 2004.



# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	19
1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: CONCEPÇÕES, DESAFIOS E DEMANDAS PROFISSIONAIS.....	35
1.1 “O que temos e o que queremos?”: a produção do conhecimento a respeito da temática da formação profissional em Serviço Social.....	36
1.2 “O pulo do gato”: o movimento de reconceituação como expressão da organização coletiva da categoria profissional.....	46
1.3 “Não passarão!”: a ofensiva da onda de conservadorismo no Serviço Social e o Projeto Ético- Político Profissional no contrafluxo desse processo.....	62
1.4 “Juntos somos infinitos!”: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como constructo coletivo da categoria profissional.....	87
2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO FIO DA NAVALHA: STATUS DE DIREITO VERSUS EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA.....	133
2.1 “Tudo se compra, tudo se vende”: a educação superior sob o prisma do mercado.....	134
2.2 “A Universidade da Balbúrdia”: a decadência da Universidade enquanto Instituição Social.....	152
2.3 “O trabalho doente”: a precarização do mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional do assistente social.....	165
CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS.....	195



## APRESENTAÇÃO

*Abrem-se as cortinas do tão esperado espetáculo. A plateia fervorosa remexe-se inquieta nas cadeiras à espera do ato que está prestes a iniciar. Um pigarro, atitudes que repreendem quaisquer efeitos sonoros que possam influenciar na execução do espetáculo e, uniformemente, o público começa a adentrar na cena, na ansiosa espera de buscar familiaridade com alguns personagens. Apagam-se as luzes e eis que o primeiro ato se inicia.*

A presente obra não faz parte de uma peça teatral e, tampouco, existe um público determinado esperando pela sua estreia. Contudo, é fruto de uma caminhada que não se iniciou no processo de doutoramento, sendo, antes de tudo, resultado de um profícuo, intenso e importante processo de formação profissional iniciado em 2010 na graduação em Serviço Social. Além do mais, demonstra um esforço em honrar um compromisso assumido de fazer a defesa do projeto de formação profissional elaborado pela ABEPSS com fundamento na teoria social de Marx ainda nas primeiras aproximações com o Serviço Social e pactuadas no cotidiano de trabalho profissional.

A menção a uma possível peça de teatro, ou até mesmo a um ato simbólico que muito bem poderia ser executado em quaisquer espaços da vida urbana traz a conotação de uma caminhada *contínua* desde os primeiros passos do processo de formação profissional em Serviço Social que agora se materializam na conformação deste livro, uma vez que este parte de um estudo materializado anteriormente na forma de tese de doutorado<sup>1</sup>.

Quando se trata do tema formação profissional em Serviço Social, todos os assistentes sociais, ou, até mesmo, estudantes de Serviço Social, são instigados a se remeter ao seu próprio processo de formação profissional. Ainda que as temáticas de estudo em nada se relacionem com o tema citado, todos os pesquisadores em algum momento, vivenciaram esta etapa de formação.

---

<sup>1</sup> O livro é fruto da tese de doutorado do autor intitulada “A formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade: os desafios ao cumprimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em termos de reordenamento da educação superior” que foi orientada pela Professora Doutora Jane Cruz Prates e defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na data de 13 de julho de 2021.

Ainda que se parta do pressuposto de que a formação deva ser continuada e, portanto, parte da agenda do trabalho profissional do assistente social, é na formação profissional graduada que estes enfrentam as primeiras “dores”, ansiosos, contradições, medos e incertezas sobre o que é “fazer Serviço Social”. É também nesse momento que se apresentam as lutas, os avanços, as construções teóricas, as contribuições políticas, os enfrentamentos que, em conjunto, compõe essa profissão.

A formação profissional em Serviço Social tem uma importante e inegociável tarefa: conduzir, os então estudantes, a conhecer esta profissão em sua face mais íntima, mais bonita e mais obscura, mais instigante e mais nefasta. “Abraçar” esta causa é ter a clareza de que este esforço não estará imune a processos contraditórios, a debates intermináveis, a disputa de concepções e a formulações cotidianas (muitas vezes insuficientes) para “desatar os nós” desta profissão.

Concorda-se com Fonseca (2012), no que tange ao compromisso inegociável de articular a formação profissional em Serviço Social a processos mais amplos. Afirma-se,

[...]o esforço de pensar a respeito da efetivação da formação profissional e da direção social que se manifesta em decorrência dessa efetivação exige que essa formação seja tratada como um processo para o qual concorrem diversos outros processos e relações as quais interferem no seu modo de ser, no modo particular de ser implementada pelos cursos, em suas diferentes unidades de formação e no heterogêneo corpo docente profissional (FONSECA, 2012, p.115).

Conhecer esta profissão, em sua plenitude, não é tarefa simples e nem pode ser cumprida sem concessões, reflexões, leituras de realidade, aproximações sucessivas e sem a construção de conhecimentos. O Serviço Social no Brasil, acompanhou inúmeras transformações que ocorreram na realidade social e transformou-se nesse processo. Sem o conhecimento de que esta profissão, está inserida e se materializa no solo histórico e, portanto, abarca inúmeros condicionamentos e contradições, é inútil buscar compreendê-la e menos ainda explicá-la.

Os primeiros esforços para construir esse conhecimento se inicia na formação profissional ofertada nos cursos de graduação

em Serviço Social. Por isso, esta etapa da formação tem uma centralidade e um compromisso substantivo inegociável, conforme já mencionado, pois ela é a “porta de entrada” da apresentação dos futuros profissionais à esta profissão. É a partir da observância desse pressuposto e, compreendendo que esta formação deve estar afinada com a concepção de profissão desejada pelo conjunto da categoria que esta obra se inicia.

Com o avanço do conservadorismo no Brasil a extrema direita vem centrando suas ações no campo da desmobilização/despolitização da classe trabalhadora, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, no aumento da idade para a aposentadoria e na intensificação da jornada de trabalho. Seus interesses vêm dominando a câmara dos deputados e tem pautado uma série de projetos e emendas constitucionais<sup>2</sup> que vão à contramão dos direitos da classe trabalhadora, arduamente conquistados, ao longo da trajetória histórica.

Da mesma forma, tem-se em outubro de 2018 a eleição do candidato autodenominado ultraconservador Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República, tendo sido eleito a partir de discursos claramente de aversão à população negra, LGBTQIA+, mulheres e indígenas, além de outras percepções e expressões que atestam suas posturas antidemocráticas e ultraliberais. Como marca desse processo eleitoral foram significativas as manifestações atreladas ao “combate à corrupção”, a ausência de propostas consistentes como projeto de governo, a resistência ao Partido dos Trabalhadores, discursos misóginos, machistas, racistas e preconceituosos e a retomada, na relação teórico-prática, do conservadorismo na relação político-societária. No contexto da pandemia mundial ocasionada pelo coronavírus o Presidente tratou com irresponsabilidade a gravidade da doença, recusando 11 ofertas formais para a compra da vacina e reproduzindo discursos em defesa de tratamento precoce sem eficácia científica comprovada. O resultado dessa condução resultou em mais de 600 mil mortes de brasileiros e brasileiras que não contaram com uma ação efetiva de distanciamento social e vacinação por parte do governo.

---

<sup>2</sup> Dentre elas a PEC 241 que previa o congelamento dos gastos públicos para políticas como saúde e educação por um período de 20 anos e que foi promulgada no Congresso Brasileiro no dia 15 de dezembro de 2016 tornando-se a Emenda Constitucional nº 95 e cujos impactos já puderam ser severamente sentidos nesse período de pandemia mundial.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho não está isento dos impactos destas transformações decorridas na sociedade brasileira, fruto de uma realidade dinâmica, cujos interesses antagônicos estão em constante processo de disputa. Esta profissão encontra-se, portanto, permeada por essa retomada do conservadorismo, com novas roupagens. Os reflexos podem ser visualizados a partir do avanço da ideologia pós-moderna no campo da formação profissional em Serviço Social como um dos impactos da incorporação dos princípios neoliberais na atuação do Estado.

Tendo em vista a centralidade do trabalho profissional dos assistentes sociais enquanto profissão interventiva na divisão sócio-técnica do trabalho e situando o contexto emergente de avanço do Estado pautado nos valores neoliberais cujos resultados têm rebatimento direto no campo das políticas sociais, dentre elas, a política de educação superior, urge a necessidade de serem realizadas pesquisas que tenham como objeto de estudo o Serviço Social.

Partindo desse pressuposto, os estudos no campo do Serviço Social, especialmente no que se refere à formação e trabalho do assistente social são essenciais para a compreensão dos processos contraditórios que vem permeando esta profissão, com vistas a identificar possibilidades de articulação e fortalecimento da resistência perante esse cenário de desmonte no campo das conquistas da classe trabalhadora e para a afirmação da direção social assumida pela profissão nas últimas quatro décadas.

Com o aumento significativo do número de assistentes sociais nas duas últimas décadas e com a presença dos cursos de Serviço Social na modalidade a distância, intensificou-se a pressão oriunda de interesses distintos, ditados pelo mercado, para a redução da carga horária mínima dos cursos de Serviço Social, da mesma forma que, flexibilizar a formação sob o ponto de vista da predominância de uma formação profissional de cunho tecnicista. Sob esse aspecto “A qualidade da formação e a produção de conhecimento estariam ameaçadas pelo “aulismo” em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado (sem estar submetido à lógica comercial/lucrativa) com a sociedade” (KOIKE, 2009, p.9).

Com vistas a identificar e explicar esta realidade contraditória que a presente obra se torna inovadora e extremamente necessária, uma vez que, se propõe a discutir a conformação da formação profissional em Serviço Social no Brasil na contemporaneidade. Hoje um novo perfil profissional está sendo requisitado, esse perfil, a serviço do capital, acompanha as transformações do mundo do trabalho que exigem profissionais cada vez mais habilitados e polivalentes. Essa concepção voltada para atender as necessidades do mercado “tende a substituir dispositivos consolidados da formação profissional, exigindo do sistema educacional, dos processos e requisitos educativo-formativos adequações que os tornem funcionais ao novo padrão produtivo” (KOIKE, 2009, p.6).

Esse livro parte da inquietação do autor em dar continuidade aos estudos iniciados durante o curso de Mestrado em Serviço Social, que tiveram como objetivo “*Analisar como vem se dando a formação profissional dos Assistentes Sociais nas Instituições de Ensino Superior das mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul para compreender os processos e peculiaridades que a conformam*” (HOEPNER, 2017).

Na oportunidade do estudo foi possível concluir que, embora as unidades de ensino pesquisadas expressassem a incorporação das diretrizes curriculares da ABEPSS no processo de construção das matrizes curriculares do curso se identificou que esta incorporação se deu de forma fragmentada, parcial e contando com alguns equívocos teóricos que já haviam sido superados na construção da ABEPSS de 1996<sup>3</sup>. Estes dados reforçaram o interesse do autor de verificar esta incorporação em âmbito nacional, uma vez que estas diretrizes também são substanciais para a reafirmação da profissão almejada, sem perder de vista as conquistas históricas que se acumulam nesses mais de oitenta anos de existência e tendo como fundamento o Projeto Ético-Político Profissional (PEP).

Para além disso, esse livro torna-se necessário e relevante ao dar visibilidade ao debate das influências conservadoras também no campo da formação profissional em Serviço Social que vem ameaçando o projeto de formação profissional, construído coletivamente

---

3 Como, por exemplo, a oferta da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos ainda caracterizados e fragmentados entre disciplinas de História, Teoria e Método do Serviço Social (HOEPNER, 2017).

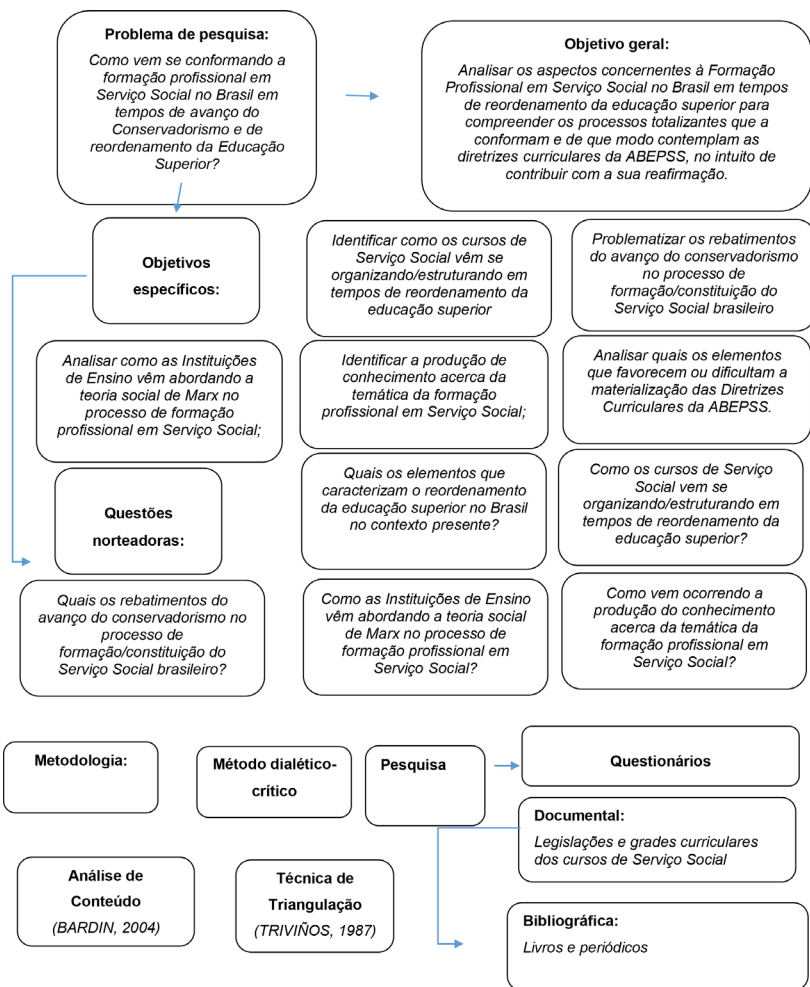
te no âmago da categoria profissional cujo um dos princípios foi a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996).

Em consonância com a exigência de uma produção científica que busque contribuir com a construção do conhecimento e assumindo o compromisso ético-político de contribuir com a profissão esse livro intenta problematizar a formação profissional em Serviço Social com a tarefa de elucidar seus condicionantes na cena contemporânea, objetivando contribuir para a manutenção de um Serviço Social crítico, com densidade teórica, posicionamento político e afinado aos interesses da classe trabalhadora nas mediações para a almejada construção de outra forma de sociabilidade.

Ademais, este livro compreende a provisoriedade do conhecimento, entendendo que, por não estar acabado, poderão ser observadas inúmeras questões que não se findarão ao término de suas páginas. Levando em consideração que este estudo é uma continuidade de estudos anteriores já construídos pelo autor naturalmente poderão ser observadas lacunas ou ausência de respostas aos temas trabalhados nesta obra. Ou seja, se reconhece que esta obra sinaliza um caminho, o que não impossibilita que outras concepções sejam delineadas para a discussão do objeto. Contudo, iniciar a travessia se faz necessário. Para tanto sua realização é guiada pelo seguinte problema de pesquisa e objetivos que podem ser conferidos na figura a seguir:



Figura 1- Quadro Metodológico da Tese



Fonte: o autor (2021)

O autor adotou o método crítico-dialético como fundamento teórico-metodológico para fundamentar a elaboração do livro. O método crítico-dialético parte do campo da realidade social<sup>4</sup>, a partir

4 “O início de qualquer ciência é a própria realidade (o verdadeiro ponto de partida) que estimula, indaga, impõe necessidades vinculadas à reprodução material do ser (social). A razão ontológico-materialista se realiza a partir dessa base insuprimível, ineliminável, ainda que imediatamente não apareça como verdadeiro ponto de partida. Por outro lado, sem o exercício da razão objetiva que desconstrói a dureza imediata do real, a pesquisa e a produção do

de suas múltiplas manifestações. Para a compreensão das categorias do método é preciso partir do real, uma vez que elas emanam da realidade concreta e, é nessa mesma realidade que são feitas as articulações que sintetizam os movimentos contraditórios do modo de produção vigente. É a partir do concreto que se gestam as concepções e as articulações que dão sustentação à construção do pensamento.

O **método Crítico-dialético** foi escolhido porque é o método que mais proficuamente permite conhecer e compreender a realidade social e seu modo de constituição e desenvolvimento, estrutura e dinâmica. O método nos fornece os subsídios necessários para compreender e analisar os processos contraditórios do capitalismo contemporâneo e seus impactos na intensificação da precarização do trabalho, no adocimento coletivo da classe trabalhadora, na retomada de valores conservadores no conjunto da sociedade juntamente com o processo de mercantilização da educação superior que passa a ser conduzida sob a óptica de mercado e cujas refrações impactam substancialmente na formação profissional em Serviço Social. Para, além disso, esse método caracteriza-se,

enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria<sup>5</sup> e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1989, p. 73).

Enquanto processo de desvendamento da realidade adota-se a pesquisa do tipo misto ou pesquisa quanti-qualitativa, pois ela permite uma melhor compreensão da realidade social, uma vez que busca de maneira minuciosa descrevê-la e analisá-la, contemplando tanto dados quantitativos como qualitativos e sua necessária interconexão. Numa perspectiva dialética essa articulação é fundamental e

---

conhecimento não se realizam e as forças sociais dos sujeitos relativos não são postas em movimento” (SILVA; SILVA, 2015, 242).

5 “A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social” (YAZBEK, 2009, p. 6).

os processos de superação que caracterizam esse referencial também podem ser visualizados no enfoque misto de investigação.

Como o enfoque misto na pesquisa social ainda é relativamente novo faz-se necessário que este tipo de pesquisa seja ainda mais debatida no campo da produção do conhecimento, sem, contudo, negar sua solidez e possibilidade de qualificar os processos investigativos. Nesse sentido, concorda-se com Prates (2012, p. 123) que afirma,

a caracterização de uma pesquisa como quanti-qualitativa ou mista difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve, valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária (PRATES, 2012, p. 123).

É partindo desse pressuposto, que se adota a **pesquisa de enfoque misto** também em razão do método escolhido, de forma a tornar coerente a proposta do estudo com a método marxiano de investigação. O objeto a ser pesquisado pressupõe a utilização de **pesquisas bibliográfica e documental**.

Para fins da pesquisa documental, foram utilizadas as grades curriculares dos cursos estudados, de forma a observar como estas vêm dialogando com as diretrizes Curriculares da ABEPSS e, para além disso, como os cursos vêm abordando a teoria social crítica de Marx no processo de formação profissional em Serviço Social em tempos de (re)ascensão do conservadorismo.

Por fim, é utilizada a técnica de triangulação que contempla a percepção dos sujeitos, a seleção de documentos produzidos e a análise dos processos sociais. No caso desta pesquisa houve a escuta dos sujeitos (pesquisadores e ex-presidentes da ABEPSS), análise de documentos (projetos político-pedagógicos dos cursos participantes da pesquisa) e análise do contexto (o reordenamento da educação superior, a (re)ascensão do conservadorismo e seus impactos na formação profissional em Serviço Social).

Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o tratamento estatístico simples e para a análise dos dados qualitativos foi

utilizada a técnica de **análise de conteúdo**, a qual é definida como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BERELSON 1952, p.13 apud GIL, 2007, p.165). Para o emprego da análise de conteúdo foram realizadas três etapas, definidas por Bardin (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação.

No que diz respeito à escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, os sujeitos que aceitaram participar do estudo foram identificados por letras do alfabeto, de modo a garantir o anonimato e os cuidados éticos necessários quando se trata de pesquisa com seres humanos, conforme prerrogativas da Resolução nº 510/2016.

A coleta de informações, de forma direta, se deu por meio do envio de questionários para **três** ex-presidentes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dado seu protagonismo no processo de construção e implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como foi enviado questionário para **sete** pesquisadores que vem produzindo conhecimento na área da educação superior e da formação profissional em Serviço Social, tendo alguns deles, inclusive, trajetória de inserção nas entidades organizativas da profissão. No que tange a participação na pesquisa **cinco** participantes devolveram o questionário preenchido, totalizando, portanto, 50% do universo inicial, sendo que 04 deles eram pesquisadores e 01 ex-presidente da ABEPSS. O envio dos questionários justificou-se pela inviabilidade de realização de entrevistas diretas com os pesquisadores, uma vez que, os altos custos para a realização desta técnica e o fato do autor ser “aluno trabalhador” impossibilitaram a sua realização, além da situação de calamidade pública decorrente da situação de pandemia mundial ocasionada pela COVID-19.

Essa delimitação deve-se ao fato de que as discussões acerca da construção destas diretrizes tiveram maior magnitude no início da década de 1990. Para, além disso, o envio dos questionários objetivou elucidar os limites e as possibilidades encontradas nestes 25 anos de Diretrizes Curriculares da ABEPSS, demarcando os caminhos construídos e os desafios que se apresentam atualmente para

o Serviço Social brasileiro, principalmente no que se refere ao processo de formação profissional. Os questionários foram elaborados de forma estruturada, sendo estes compostos por perguntas abertas.

Da mesma forma foi realizada coleta da pesquisa documental nos Projetos Político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social das **6 regiões** distribuídas pela ABEPSS (Região Sul I; Região Sul II; Região Leste; Região Centro-oeste; Região Norte e Região Nordeste), totalizando **12 cursos** (dois cursos de Serviço Social por região, sendo um de natureza pública e outro de natureza privada). Esta pesquisa documental compreendeu as grades curriculares dos cursos estudados, bem como, as ementas das disciplinas ministradas. Essa pesquisa teve como objetivo identificar não só as disciplinas que vêm sendo ministradas como também identificar as bibliografias utilizadas, objetivando localizar as possíveis influências conservadoras e da tradição marxista na formulação e condução dos conteúdos trabalhados, visto que estes são objetivos específicos da presente pesquisa que estão intimamente articulados.

Os cursos foram selecionados tendo como **critério de inclusão**, por amostra aleatória, ser um curso público e um privado de cada região da ABEPSS, podendo ser filiado ou não à ABEPSS. Neste sentido, tem-se enquanto **critério de exclusão** os demais cursos de Serviço Social pertencentes à região estudada. Ao todo, trabalhou-se com uma **amostra** de 12 cursos de Serviço Social, sendo um pertencente a cada região da ABEPSS. Este critério deve-se ao fato que a presente pesquisa objetivou “Analisar os aspectos concernentes da Formação Profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de reordenamento da educação superior para compreender os processos totalizantes que a conforma”.

Neste sentido, apreendeu-se ser relevante a participação de, pelo menos, dois cursos de Serviço Social de cada região da ABEPSS para que se possa ter uma maior apreensão do processo de formação profissional em Serviço Social no Brasil. Ao mesmo tempo refere-se que a quantidade de cursos escolhidos visou garantir a viabilidade do estudo, tendo em vista ser esta uma pesquisa de abrangência nacional.

A coleta de dados referente às IES participantes da pesquisa ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2020, após a

aprovação do projeto de pesquisa encaminhado ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PU-CRS) por meio do parecer nº 3.693.050, em novembro de 2019. É importante destacar a dificuldade encontrada pelo autor referente ao acesso dos Projetos Políticos-Pedagógicos do Curso (PPP's) das instituições pesquisadas. Muitas instituições não apresentam os PPP's em seus sítios oficiais e outras apresentam apenas a matriz curricular sem maiores informações a respeito da organização e concepção dos cursos. Essa limitação exclui IES por não se enquadrarem nos critérios da pesquisa. Essas informações são indispensáveis não só como fonte de consulta para pesquisas acadêmicas como também para garantir o processo histórico de construção desses cursos, bem como, seus objetivos, concepções, avanços, dificuldades, direção da formação e realidade institucional. A localização das IES participantes da pesquisa pode ser conferida no quadro 1:

Quadro 1 - Localização das IES participantes da pesquisa:

<b>Instituição de Ensino Superior (IES)</b>	<b>Região do Brasil</b>	<b>Região da ABEPSS</b>	<b>Estado da IES</b>	<b>Filiação à ABEPSS</b>
Instituição A	Sul	Sul I	Rio Grande do Sul	Não
Instituição B	Sul	Sul I	Paraná	Não
Instituição C	Sudeste	Leste	Rio de Janeiro	Sim
Instituição D	Sudeste	Leste	Minas Gerais	Sim
Instituição E	Centro-Oeste	Centro-Oeste	Distrito Federal	Não
Instituição F	Centro-Oeste	Centro-Oeste	Distrito Federal	Sim
Instituição G	Sudeste	Sul II	São Paulo	Sim
Instituição H	Sudeste	Sul II	Mato Grosso do Sul	Não
Instituição I	Nordeste	Nordeste	Paraíba	Sim
Instituição J	Nordeste	Nordeste	Ceará	Não
Instituição K	Norte	Norte	Pará	Sim
Instituição L	Norte	Norte	Amazonas	Não

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor (2020) a partir de coleta do sítio da ABEPSS.

A partir do quadro pode-se perceber que os cursos estudados estão distribuídos por todas as regiões brasileiras, logo, com representantes de todas as seis regiões da ABEPSS. No que tange a filiação à ABEPSS, metade dos cursos pesquisados (06 cursos) estão filiados à associação. Da mesma forma, os anos de criação dos cursos e construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos podem ser visualizados no quadro 2:

Quadro 2 - Ano de criação dos cursos de Serviço Social e da atualização dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos (PPP's) pelas IES pesquisadas:

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Ano de criação do curso</b>	<b>Ano de atualização do PPC</b>
INSTITUIÇÃO A	2005	2016
INSTITUIÇÃO B	2006	2010
INSTITUIÇÃO C	2006	2019
INSTITUIÇÃO D	1940	2008
INSTITUIÇÃO E	2006	2016
INSTITUIÇÃO F	2010	2010
INSTITUIÇÃO G	2009	2016
INSTITUIÇÃO H	2006	2016
INSTITUIÇÃO I	1952	2017
INSTITUIÇÃO J	2013	2018
INSTITUIÇÃO K	1950	2014
INSTITUIÇÃO L	2005	2015

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor a partir da coleta de dados.

A partir do quadro 2 é possível identificar que a grande maioria dos cursos de Serviço Social foi criada depois dos anos 2000. Os cursos criados antes desse período pertencem à Universidades Públicas que incorporaram as antigas “Escolas de Serviço Social” ofertadas pela Igreja Católica. Outro ponto relevante diz respeito à atualização dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos, uma vez que quase na totalidade estes foram revisados nos últimos dez anos.

A presente obra está organizada em dois capítulos, além da presente apresentação. O primeiro capítulo do livro, subdividido em

quatro itens, perpassa a produção teórica acerca da temática da formação profissional em Serviço Social, bem como, a discussão sócio-histórica do Serviço Social, destacando a importância do Movimento de Reconceituação do Serviço Social com articulação no continente latino-americano, para o processo de erosão das bases tradicionais que substanciaram a profissão até então, destacando as primeiras aproximações com a teoria social de Marx que fundamenta hegemonicamente essa profissão até a atualidade. Esse capítulo também retoma a discussão do conservadorismo, que no contexto presente encontra terreno favorável para reascender numa perspectiva neoconservadora. Destacam-se as articulações junto aos pressupostos neoliberais e a inflexão do pensamento pós-moderno como “lógica cultural” do capitalismo e seus impactos para o Serviço Social, apresentando o Projeto Ético-político como um importante componente profissional no contrafluxo desse processo e com clareza de direção social. Por fim, esse capítulo também apresenta os dados levantados juntos aos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos participantes da pesquisa no que concerne o diálogo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a mediação da teoria social de Marx no processo de formação profissional em Serviço Social, bem como, estabelece um diálogo com os pesquisadores e/ou ex-presidentes da ABEPSS que aceitaram participar da pesquisa.

No segundo capítulo do livro, subdividido em três itens, é apresentada a discussão da educação superior no tempo presente, analisando a lógica mercadológica que tem perpassado sua constituição, o que demarca a transformação dessa política em serviço rentável, como nicho de exploração do capital. Da mesma forma, faz uma discussão dos impactos dessa lógica mercadológica para as Universidades, dando destaque especial para as Universidades Públicas que, no contexto presente, diante do congelamento dos recursos destinados à educação, tem sofrido um processo de sucateamento que pode significar em um curto espaço de tempo o seu fim dessas, bem como, os ataques sofridos por essas instituições acerca do conhecimento crítico que tem produzido. Esse capítulo ainda faz uma discussão acerca do processo de precarização do trabalho que tem se configurado em uma precarização de vida da classe trabalhadora, cuja polivalência e trabalho desprotegido tem relegado um acúmulo de funções sem a garantia de direitos básicos, no qual se



destaca o trabalho do assistente social diante desse cenário e considerando as demandas emergentes e exigências que se apresentam no campo profissional.

Por fim, a conclusão apresenta a retomada das principais discussões apresentadas ao longo da obra, apontando algumas reflexões e problematizações, bem como, a elaboração da tese produzida nessa trajetória de pesquisa, apontando sugestões acerca das possibilidades que se apresentam no horizonte.



## **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: concepções, desafios e demandas profissionais**

Este capítulo visa situar o Serviço Social no contexto histórico contemporâneo o qual instiga essa profissão a enfrentar inúmeros desafios, seja no interior da própria profissão, ao convocá-la à defesa permanente do projeto profissional que a coloca ao lado e sendo parte da classe trabalhadora, seja externo dada a conjuntura atual que assevera as contradições de classe e exige a construção de resistências no âmago da categoria profissional e na mediação desta com a sociedade.

O primeiro subitem desse capítulo vislumbra mapear os caminhos teóricos percorridos pelo Serviço Social por meio de sua produção bibliográfica e acadêmica, tendo como baliza a temática da formação profissional a partir de suas múltiplas articulações. Diante disso, objetiva apresentar a produção teórica a partir de dois renomados periódicos especializados no campo do Serviço Social, bem como, do banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O segundo subitem deste capítulo objetiva problematizar os condicionantes que permearam o processo inicial de ruptura do Serviço Social com seus valores tradicionais que circundaram a profissão deste a sua gênese. Ressalta-se que o momento reconhecido como o movimento de reconceituação ganha materialidade a partir dos esforços de parcela da categoria profissional organizada dos assistentes sociais de repensar sua conformação e o trabalho profissional desempenhado até então, no intento de construir novas mediações entre profissão e a realidade social por meio das iniciais aproximações, ainda que enviesadas, com o marxismo.

O terceiro subitem desse capítulo tece a discussão do processo de reascensão do conservadorismo no contexto presente e o flerte deste com o neoliberalismo. Destaca-se a inflexão do pensamento pós-moderno como advento e lógica cultural do capitalismo tardio e da contracorrente construída pela categoria profissional dos

assistentes sociais no qual destaca-se a elaboração do Projeto Ético-Político Profissional como caudatário desse processo.

O quarto subitem desse capítulo versa sobre a mediação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos participantes da pesquisa. Para tanto, destaca a construção do documento da ABEPSS como horizonte para uma formação profissional crítica e de qualidade, apontando os desafios para a sua consolidação no tempo presente.

### ***“O que temos e o que queremos?”: a produção do conhecimento a respeito da temática da formação profissional em Serviço Social.***

No ano em que o Serviço Social brasileiro completou 84 anos de trajetória, marcado pela intensificação das lutas e mobilizações da classe trabalhadora, dado o cenário de derrocada no campo dos direitos sociais e um avanço das forças conservadoras, inclusive no cerne da categoria profissional dos assistentes sociais, torna-se tarefa irremediavelmente necessária problematizar a formação profissional em Serviço Social.

Para, além disso, este livro aponta como necessário e relevante dar visibilidade ao debate das influências conservadoras também no campo da formação profissional em Serviço Social que vem ameaçando o projeto de formação profissional, construído coletivamente no âmago da categoria profissional cujo um dos princípios foi a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996).

Ademais, este levantamento da produção de conhecimento acerca da temática da formação profissional em Serviço Social atende ao objetivo específico da tese que buscou “Identificar a produção de conhecimento acerca da temática da formação profissional em Serviço Social”.

Para atingir tal objetivo, demarcou-se como recorte temporal a análise da pesquisa a partir do ano de 2010, uma vez que, a partir desse ano a Revista Serviço Social & Sociedade foi indexada na Scielo Brasil e, portanto, dada sua relevância científica e histórica,

passou a ser disponibilizada por meio digital. Este também foi o ano em que o autor ingressou no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tendo dedicado os últimos onze anos para vivenciar e estudar a formação profissional em Serviço Social. A delimitação da pesquisa no que concerne a produção do conhecimento se deu entre os anos de 2010 à 2020.

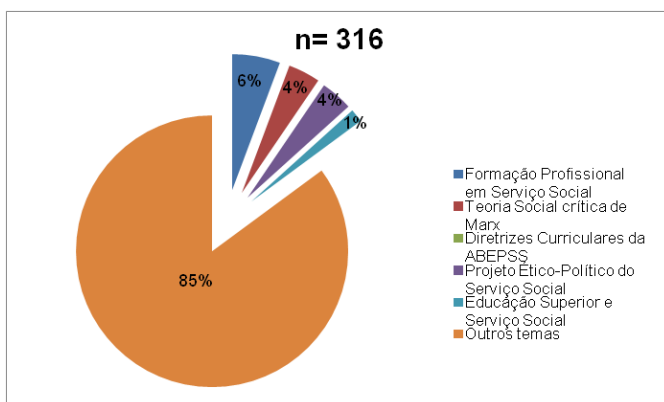
No que tange a produção de conhecimento acerca da temática da formação profissional em Serviço Social nos periódicos mais qualificados pela CAPES (Qualis A1) na área do Serviço Social (Serviço Social & Sociedade e *Katálysis*), optou-se pela pesquisa na *Revista Serviço Social & Sociedade*, dada sua imensurável contribuição para dar visibilidade ao conhecimento teórico e crítico produzido pelo Serviço Social ao longo da sua trajetória histórica. Importante destacar que esse periódico, nos últimos 40 anos, tem contribuído não só para o amadurecimento teórico no âmbito da categoria profissional como também por fomentar a ampla divulgação de pesquisas nacionais e internacionais nesta área do conhecimento e áreas afins, contando com a extensa participação de pesquisadores internacionais, pesquisadores da vanguarda profissional como também jovens pesquisadores que tem fomentado a discussão científica e crítica no bojo do Serviço Social.

Dessa forma, quando pesquisados os descritores<sup>6</sup>: “*formação profissional em Serviço Social*”, “*Teoria Social crítica de Marx*”, “*Educação Superior e Serviço Social*”, “*Projeto Ético-Político*” e “*Diretrizes Curriculares da ABEPSS*” foram encontrados os seguintes resultados na revista *Serviço Social & sociedade* conforme apresenta o gráfico 1:

---

6 Foram considerados os títulos, resumo e palavras-chave dos artigos dos periódicos que foram analisados na pesquisa.

Gráfico 1 - Produção do conhecimento na revista  
Serviço Social & Sociedade:



Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade. Dados coletados pelo autor no mês de abril de 2020 a partir da publicação de número 101 da referida revista.

A partir das informações apresentadas no gráfico de um total de 316 artigos<sup>7</sup> publicados em 37 números da revista em um período de 10 anos<sup>8</sup> pode-se identificar que os trabalhos publicados na área da formação profissional não representam nem 10% das discussões abordadas no periódico, o que pode sinalizar a incipiente produção na área e, por sua vez, a urgência de problematização da formação profissional em Serviço Social como objeto na produção do conhecimento.

Sinaliza-se ainda que, no que diz respeito ao descritor “*Diretrizes Curriculares da ABEPSS*” nenhum artigo foi encontrado. Este dado não significa, necessariamente, que o conteúdo das Diretrizes Curriculares não esteja presente nas produções, mas denota-se que sua investigação não aparece na centralidade dos debates no periódico. Esse elemento coaduna com a necessidade de dar visibilidade à esta temática na construção desse livro não só pela insuficiência de produções sobre o tema como pelo papel que estas Diretrizes representam no projeto de formação profissional construído pelo Serviço Social que também sustenta o Projeto Ético-Político Profissional (PEP).

7 Consideraram-se apenas os artigos científicos publicados, não englobando resenhas, entrevistas e editoriais.

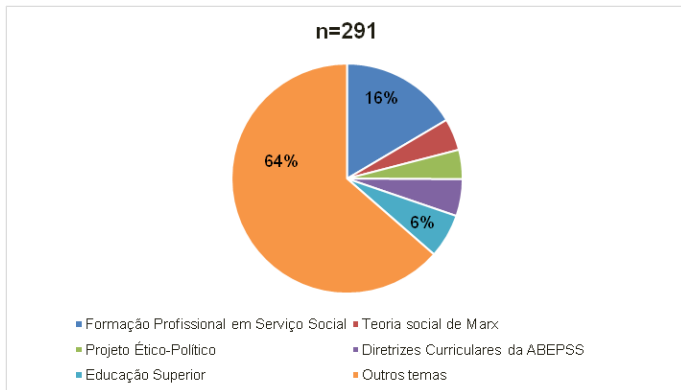
8 Ressalta-se que, para estas categorias, foram pesquisados apenas os volumes disponíveis em modo digital (online), ou seja, apenas as revistas publicadas a partir do ano de 2010.

A revista *Temporalis*<sup>9</sup> também foi selecionada pelo fato de estar relacionada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sendo essa a precursora do processo de construção do atual projeto de formação profissional e a entidade organizativa que tem o compromisso ético-político de reafirmar a relevância desse projeto de formação profissional para o conjunto da categoria profissional dos assistentes sociais.

Neste periódico, de um total de 291 artigos publicados desde que a revista passou a ser disponibilizada online (2010), foram encontrados 81 artigos que contemplam os descritores da pesquisa, ou seja, 27,83% das produções compreendem o campo da formação profissional em Serviço Social. Sinaliza-se que este dado da *Temporalis* chama a atenção pelo fato desta revista ser específica da ABEPSS, logo, deveria privilegiar a discussão da formação profissional nas edições publicadas. Existem algumas edições específicas da revista que destacam essa discussão, no entanto, na totalidade das 21 edições pesquisadas essa discussão acaba ficando secundarizada.

A forma como os descritores “*Formação profissional em Serviço Social*”, “*Teoria Social crítica de Marx*”, “*Educação Superior e Serviço Social*”, “*Projeto Ético-Político*” e “*Diretrizes Curriculares da ABEPSS*” aparecem na revista podem ser observadas no gráfico 2:

Gráfico 2 - Produção do conhecimento na revista *Temporalis*:



Fonte: Revista *Temporalis*. Dados coletados pelo autor no mês de abril de 2021 a partir da publicação de número 20 da referida revista.

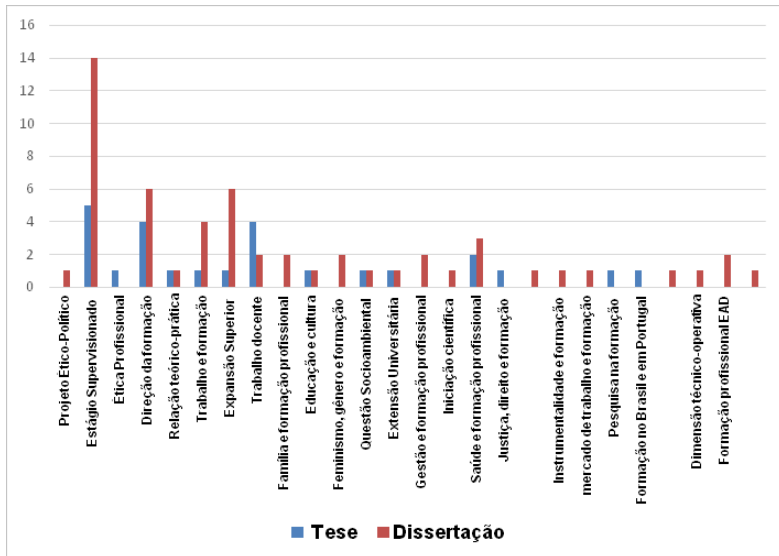
9 A coleta na Revista *Temporalis* foi realizada em abril de 2021.

A partir desse gráfico identifica-se que a discussão sobre a formação profissional em Serviço Social acaba sendo privilegiada se em comparação com os outros descritores. No entanto, é importante ressaltar que foi comum encontrar em um artigo da revista mais de um descritor, de forma que os descritores foram citados 105 vezes dentro dos 81 artigos encontrados.

Outra ferramenta utilizada para a coleta de dados foi o banco de teses e dissertações do sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesse banco de dados foi utilizado, em um primeiro momento, o descritor “**Formação profissional em Serviço Social**” por ser este o tema da presente obra. Nesse levantamento foram identificadas 87 teses e dissertações cuja temática perpassa a formação profissional em Serviço Social a partir de diferentes ênfases.

As ênfases presentes nesses resultados podem ser conferidas no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Teses e dissertações que perpassam o tema da formação profissional em Serviço Social com diferentes ênfases:



Fonte: Dados coletados pelo autor a partir do uso do descritor “formação profissional em Serviço Social na BDTD em abril de 2020.



A partir do gráfico é possível identificar que nas 87 produções selecionadas existem 27 ênfases diferentes na construção dos trabalhos. Dessa forma, pode-se analisar que, nos últimos 10 anos, a temática que tem ganhado mais destaque nas produções sobre formação profissional é a discussão do Estágio Supervisionado em Serviço Social, visto que ele é a categoria central do debate em 14 dissertações de mestrado e 05 teses de doutorado.

A concentração de produções sobre esta temática pode estar relacionada com a construção da Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE) cujo documento final foi lançado pela ABEPSS em 2010. O documento, embora não tenha “força de lei” estabelece os parâmetros para a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social consonante com uma formação profissional de qualidade.

A Política Nacional de Estágio em Serviço Social contou com importantes debates iniciados em 2009 quando foi apresentado o documento base para a categoria profissional dos assistentes sociais. De caráter coletivo e pautados na perspectiva de defesa do projeto de formação profissional em Serviço Social construído, coletivamente, pela categoria profissional dos assistentes sociais essa política contou com a ampla mobilização de profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social. De acordo com o relato do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS),

“[...] a resposta das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes” (CFESS, 2010).

Da mesma forma, o privilégio dessa discussão pode partir do entendimento que o estágio supervisionado marca o momento mais substantivo da relação com o trabalho profissional do assistente social no processo de formação profissional. Contudo, ele não pode ser visto como único momento que privilegia a dimensão teórico-prática, tendo em vista que o projeto de formação profissional construído pela ABEPSS, sinaliza a importância dessas mediações ao longo de

todo o processo de formação profissional, seja por meio das oficinas e seminários temáticos ou por intermédio da inserção dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A abordagem da expansão da Educação Superior e sua relação com o Serviço Social (06 dissertações e 01 tese) e da direção social da formação profissional (06 dissertações e 04 teses) também merecem destaque nas produções dos Programas de Pós-graduação. O debate da expansão da educação superior e sua relação com o Serviço Social pode ser apreendido no contexto de expansão das escolas de Serviço Social nas últimas três décadas, seja em um primeiro momento pela aproximação do Estado com os pressupostos do neoliberalismo nos governos de FHC que culmina em uma privatização e mercadorização da educação superior<sup>10</sup> nos anos 1990 seja, em um segundo momento, pelo surgimento do REUNI, PROUNI, FIES e Educação à distância nos governos Lula e Dilma que aumentam, consideravelmente, a oferta de cursos e vagas na área do Serviço Social.

No que tange o debate da direção social da formação e sua vinculação às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, acredita-se que seja um reflexo justamente desse processo de expansão da educação superior que tem trazido novas Instituições de Ensino Superior e, com elas, novas necessidades no campo da formação profissional em Serviço Social<sup>11</sup>. Também é necessário destacar a articulação da formação profissional em Serviço Social com o trabalho profissional, sendo que este último abarca as constantes transformações do mundo do trabalho<sup>12</sup>, o contingenciamento das políticas sociais e as novas respostas profissionais ao agravamento deste cenário.

A partir dos primeiros resultados coletados na BDTD foram utilizados os descritores “*formação profissional em Serviço Social*”, “*Teoria Social crítica de Marx*”, “*Educação Superior e Serviço Social*”, “*Projeto Ético-Político*” e “*Diretrizes Curriculares da ABEPSS*” de modo a refinar à busca com os objetivos da pesquisa. Estes descritores contemplam os aspectos centrais a serem discuti-

10 Uma análise desse processo é feita no capítulo no item 2.1 da presente obra intitulado “Tudo se compra, tudo se vende”: a educação superior sob o prisma do mercado”.

11 Essa discussão compõe o item do livro intitulado “1.4) “Juntos somos infinitos!”: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como constructo coletivo da categoria profissional”.

12 Essa discussão é apresentada no item 2.3 da obra intitulado “O trabalho doente”: a precarização do mundo do trabalho e seus rebatimentos para o trabalho profissional do assistente social”.

dos no presente livro. Dessa forma, levando em consideração estes descritores, foram selecionados os seguintes trabalhos:

Quadro 3 - Mapeamento de teses e dissertações cuja temática perpassa a formação profissional em Serviço Social

Nº	Título do Trabalho	Natureza do Trabalho	Ano de Publicação	Programa de Pós-graduação
01	A direção da formação profissional em serviço social: uma análise do projeto político-pedagógico do curso de serviço social na universidade estadual da Paraíba	Dissertação	2016	UEPB
02	Reflexos da expansão do Ensino Superior na formação profissional do assistente social	Dissertação	2016	UNESP
03	A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em serviço social: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de serviço social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro	Dissertação	2011	UFJF
04	Formação profissional em debate: um estudo dos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social em Manaus a partir das novas diretrizes curriculares de 1996	Dissertação	2017	UFAM
05	Formação em Serviço Social e a lógica da expansão do ensino superior brasileiro: um estudo dos cursos na modalidade a distância em Goiás	Dissertação	2018	PUC Goiás

06	Formação profissional em Serviço Social no Mato Grosso: desafios e estratégias para a consolidação das diretrizes curriculares da ABEPSS	Dissertação	2014	UFMT
07	Formação em Serviço Social: uma análise sobre a educação superior privada na região leste do município de São Paulo	Dissertação	2019	Unesp
08	As diretrizes curriculares: o verso e o anverso da formação profissional em Serviço Social	Dissertação	2013	Unesp
09	Expansão e mercantilização do curso de serviço social: análise sobre a direção da formação profissional nas instituições de ensino superior privadas (presencial e a distância) em Maceió – AL	Dissertação	2015	UEPB
10	A formação em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD)	Dissertação	2016	PUCSP
11	Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas	Tese	2012	UFPE
12	Possibilidades, tensões e desafios para a garantia da direção ético-política do Serviço Social nas faculdades privadas	Tese	2014	UFPE
13	Formação profissional nos cursos de graduação em serviço social: pensamento e ação pedagógicos dos docentes	Tese	2014	UFC

14	Trabalho docente em tempos de mundialização do capital um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto ABEPSS Sul II - 2012/2014	Tese	2014	PUCSP
15	Formação profissional em serviço social nas instituições de ensino superior: caminhos pedagógico-ético-político em questão - São Paulo/SP, 2010	Tese	2010	PUCSP
16	Formação profissional em Serviço Social na América Latina: tendências nos países amazônicos nos marcos do neoliberalismo	Tese	2014	UFMA
17	Formação profissional do/a assistente social em tempos de crise do capital e seus rebatimentos: um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal	Tese	2019	UNESP
18	Desafios contemporâneos na formação profissional: o desenvolvimento de competências e habilidades no serviço social	Tese	2010	PUCSP
19	A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social	Tese	2017	PUCRS

Fonte: Levantamento feito pelo autor (2020) a partir do banco de Teses e Dissertação da BDTD.

A partir da análise dos resumos das referidas teses e dissertações pode-se concluir que a grande maioria dos estudos tratam a discussão da formação a partir de recortes regionais, de forma que as produções não esgotam (e nem devem) as diversas possibilidades de análise e recortes que podem e devem ser construídos. A partir de diferentes lentes é possível identificar por onde tem sido traçado

o caminho da construção teórica nos programas de pós-graduação e nos periódicos mais bem avaliados da área sobre o tema da formação profissional em Serviço Social.

O que se pode concluir da elaboração do estado da arte é que o tema da formação profissional em Serviço Social ainda é secundário na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. Tem-se uma predominância de discussões ligadas ao campo das políticas sociais e pouco vem se debatendo a profissão como objeto. Esse cenário já foi apresentado por Kameyama (1998) em pesquisa realizada acerca da trajetória da produção de conhecimento no Serviço Social (1975-1997) onde a autora constatou que até 1997, o tema da formação profissional em Serviço Social ocupava a terceira posição das produções elaboradas no campo do Serviço Social, com especial atenção à relação teórico-prática oriunda do Estágio e Supervisão em Serviço Social, tendência essa que permanece na construção das teses e dissertações na atualidade.

Nesse sentido, resgata-se o compromisso já requerido por Iamamoto (2011) de colocar o debate do Serviço Social na agenda da produção do conhecimento na área, dado os rebatimentos das transformações societárias que tem impactos significativos no campo profissional. A propósito, o processo de maturação deste Serviço Social que articulado nos movimentos da realidade, caracterizam e dão novos contornos à profissão serão visualizados no item a seguir.

### ***“O pulo do gato”: o movimento de reconceituação como expressão da organização coletiva da categoria profissional***

“É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção do conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o espírito da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar

que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria” (NETTO, 2005, p. 18, grifos do autor).

O uso da expressão “pulo do gato” na apresentação desta discussão é intencional pois ela remete a um esforço de perquirir um processo de superação do que até então era relegado como definitivo. No campo do Serviço Social esta expressão denota um momento histórico fulcral para a consolidação da profissão da forma como ela se apresenta na atualidade, ao negar suas bases tradicionais reproduzidas acriticamente em seus primeiros passos no Brasil.

As bibliografias construídas ao longo da trajetória do Serviço Social brasileiro têm concentrado esforços em demarcar que a gênese desta profissão está concretada na mediação de interesses no qual o Estado se utilizou para manter os privilégios da classe burguesa ao passo que a classe trabalhadora se organizava e requeria melhores condições de vida. Os agentes dessa profissão passam a ser requisitados para atender à demanda que urge a partir dos conflitos na relação capital e trabalho.

Foge aos objetivos deste livro, elencar as protoformas do Serviço Social, bem como, suas particularidades numa perspectiva cronológica. O intuito é elucidar alguns pontos cruciais dos “primeiros passos” do Serviço Social brasileiro que corroboraram para sua revisão ainda na década de 1960. Vastas são as bibliografias no campo profissional que se remetem a este período com densidade teórica<sup>13</sup>.

Refuta-se, neste estudo, a concepção de que as primeiras manifestações desta profissão estejam ligadas à tecnificação da caridade. Nesta obra concorda-se com a gênese da profissão numa perspectiva histórico-crítica onde essa é produto,

[...]dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo, na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas a “questão social” (MONTAÑO, 2009, p.30).

Dessa forma, esta *tese* difere da perspectiva endogenista de que a profissão seria resultado do processo de profissionalização da

---

13 Para elencar algumas produções fundamentais sobre este processo: Vieira (1980), Iamamoto e Carvalho (2011), Aguiar (2011), Martinelli (2011).

caridade, relegando a análise do Serviço Social a partir de si mesmo. Este debate fica claro na obra que viria a ser o marco inicial do amadurecimento da produção intelectual no Serviço Social e de sua aproximação com a teoria social crítica de Marx intitulada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de autoria de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho, publicada em 1982.

Nesta obra os autores posicionam o Serviço Social em sua gênese na mediação dos conflitos entre burguesia e classe trabalhadora a partir do processo de industrialização brasileira. Yamamoto e Carvalho (2011) contribuem na superação da visão endogenista da profissão ao situar o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, atuando no processo de reprodução das relações sociais<sup>14</sup> e, logo, os assistentes sociais na condição de trabalhadores assalariados que também vivenciam os interesses antagônicos no seu trabalho profissional.

Em sua gênese esta profissão pautou-se no neotomismo como angulação teórica para os primeiros processos interventivos profissionais. Esta aproximação teórica, vinculava-se aos pressupostos da Igreja Católica, que exercia papel fundamental no controle da classe operária que já se encontrava em efervescência nos primórdios da industrialização brasileira.

Esse período é marcado pela expansão significativa dos grandes centros urbanos, cuja população passa a perquirir oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, passa a exigir do Estado serviços e infraestrutura para dar conta deste novo fenômeno. Com o aglomerado populacional nos grandes centros o Estado se depara com uma nova realidade que o coloca no compromisso de garantir condições mínimas de saúde, saneamento básico e qualidade de vida para esse público.

---

14 “[...]cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (YAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 78).



O Estado, por sua vez, definido por Marx (2010) como “um comitê para gerir os negócios da burguesia” em resposta, vai agir de maneira cautelosa referente aos manifestos da classe trabalhadora, uma vez que, encontra-se em uma linha tênue de conflitos de interesses entre a classe dominante e a classe subalterna. A assistência social deste período estava ainda muito distante da sua atual conformação de política pública. Na década de 1930 sua materialização se dava por ações pontuais executadas por pessoas ligadas à política (em sua grande maioria comandada pelas primeiras-damas), à burguesia (“moças caridosas”), à Igreja e, por fim, ao Estado. Segundo Estevão (2006, p. 11), “Toda a assistência social nessa época é feita de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito além de vagas justificativas religiosas e ideológicas”.

É nesta conjuntura que o Estado vai tomar para si a “problemática” da questão social, cuja mediação se dará por meio das ainda insipientes políticas sociais demandando a intervenção de um profissional para executar estas políticas e atuar na perspectiva da coesão social: eis, a gênese do Serviço Social<sup>15</sup>. Como destacado anteriormente, este momento exigia do Estado respostas imediatas, dado o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. Sobre este fato a profissão surge a partir da solicitação do Estado para atuar na mediação das relações entre capitalistas e operários, tendo expressiva influência moral por parte da Igreja Católica sendo, somente na década seguinte, que se iniciará a aproximação com o Serviço Social norte-americano. A relação do surgimento da profissão com a Igreja Católica é tão considerável que é na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) que surge a primeira escola de Serviço Social em 1936<sup>16</sup>.

---

15 “As condições peculiares que determinaram seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer marcaram o Serviço social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, juntamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. O Serviço Social já surge, portanto, com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas- repressoras e controlistas- e dos mecanismos e estratégias produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista” (MARTINELLI, 2011, p. 66-67).

16 A Escola de Serviço Social de São Paulo nasceu do Centro de Estudos e Ação Social-CEAS. O Centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social organizado pelas cônegas regulares de Santo Agostinho (AGUIAR, 1989, p.29).

Se em um primeiro momento o neotomismo, cujos pressuposto incluem “os princípios da dignidade humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em São Tomaz de Aquino” (AGUIAR, 2011, p. 55) surge como referência para a profissão é somente na década de 1940 que, por decorrência da institucionalização do Serviço Social e mediante as novas requisições profissionais que esta vai buscar junto ao funcionalismo e positivismo norte-americano sua fundamentação diante da profissionalização e necessidade de imprimir-lhe um caráter técnico.

Com influência no funcionalismo<sup>17</sup> o Serviço Social vai atuar na perspectiva do “ajustamento social” onde os sujeitos “desajustados” deveriam se adaptar à realidade social vigente com vistas a garantir um “corpo social harmônico”. O trabalho profissional era bastante incipiente, como traz Silva (2007): “A questão social, antes de ser uma questão econômico-política<sup>18</sup>, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo unificado e harmônico” (SILVA, 2007, p. 31). Nesse sentido, Silva (2007) refere que nos primórdios da profissão no Brasil, o trabalho profissional do assistente social centrava-se em “reajustar” os indivíduos para o convívio harmônico na sociedade. Essa intervenção negava o contexto social mais amplo ao identificar o sujeito a partir de si mesmo, desconsiderando as relações sociais e de produção estabelecidas.

As três primeiras décadas da profissão no Brasil são marcados por traços conservadores que recaem aos sujeitos a responsabilidade por suas condições efetivas de vida. Seja numa perspectiva persecutória, onde a Questão Social é compreendida como caso de polícia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011), seja numa perspectiva de ajustamento social (MARTINELLI, 2011) o trabalho profissional do assistente social é, na sua gênese, essencialmente funcional à lógica de dominação do modo de produção capitalista. Nos termos de Montaño (2009),

---

17 “Assim, fundamentos ou pressupostos do Serviço Social, nas perspectivas do bom funcionamento social, são constitutivos do funcionalismo. Essa teoria, por sua vez, tem como pressuposto que o sistema capitalista vigente e dominante é constitutivo da sociedade, e seus valores de adaptação são sistêmicos ou normais” (FALEIROS, 2011, p. 751).

18 Para Netto (1992, p.25) por sua vez “é somente nessas condições que as sequelas da “questão social” se tornam mais exatamente: podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (grifos do autor).

Contrata-se, assim, esse profissional, que desempenhará sua função em troca de um salário. Desta forma, o assistente social vai intervir nos problemas da população, que o receberá em função da imagem da ajuda, de nexos com o Estado, de que gozam os profissionais, e por “solucionar” suas carências, por responder a suas demandas (o que o legitima perante a população). Como resultado disso o que se espera em meios oficiais (e da classe hegemônica) é a legitimação e a consolidação do sistema; o que o usuário espera é a solução de suas carências (MONTAÑO, 2009, p. 63).

O momento de inquietação e questionamento acerca das bases profissionais do Serviço Social vai se iniciar nas duas décadas seguintes. É sumário reconhecer que quando se mencionam as inquietações no corpo profissional refere-se à uma parcela majoritária dos profissionais, mas não à sua totalidade, visto que, os processos de questionamento sempre foram acompanhados por um movimento contra-hegemônico dos setores profissionais que se articulavam às formas tradicionais da profissão. Ignorar essa realidade seria um equívoco à trajetória profissional do Serviço Social brasileiro.

Da mesma forma, infere-se que o Serviço Social não pode ser concebido e problematizado a partir de si mesmo, visto que “[...] a profissão e o conhecimento que a ilumina, se explicam no movimento histórico da sociedade (YAZBEK, 2009, p. 144). Logo, ela se atrela à um contexto de mudanças sociais em um contexto mais amplo que deflagraram, inclusive, a disputa de dois projetos societários antagônicos: o projeto imperialista protagonizado pela potência dos Estados Unidos da América (EUA) e o projeto “comunista” representado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujas influências, de modos distintos, atingiam a América Latina.

Goin (2019) analisa a aproximação do Serviço Social brasileiro com o norte-americano em um momento que estes últimos haviam saído como “vitoriosos” da segunda guerra mundial. Para além da referência como potência econômica e com reconhecida capacidade bélica os Estados Unidos se articulavam para garantir a supremacia do ideário capitalista por meio de seu espraiamento ideológico<sup>19</sup>.

---

19 “A aproximação com a experiência americana de Serviço Social foi amplamente facilitada através de um programa de intercâmbio cultural, assim como foi aberta ao Brasil a possibilidade de participar de programas continentais de bem-estar social, já ao longo da década de 40. Ambas as ofertas inseriam-se em um plano político mais amplo, configurando estratégias dos Estados Unidos para ganharem hegemonia no continente” (MARTINELLI, 2011, p. 132, grifos do autor).

Cabe ainda destacar que esse esforço se relaciona ao intento de combater o avanço ideológico do comunismo no cenário mundial, cuja maior manifestação viria da URSS no conflito diplomático que veio a ser denominado como “Guerra Fria”<sup>20</sup>. Segundo a autora, o “Programa aliança para o Progresso” surge na perspectiva de “tutela” dos países latino-americanos e no apoio e financiamento das Ditaduras Militares que surgiram em todo o continente latino-americano posteriormente.

A década de 1950 traz para a agenda governamental a necessidade de ampliação do “Brasil desenvolvimentista” no governo de Juscelino Kubitschek. Este, por sua vez, partia do pressuposto que, por intermédio de investimentos substanciais na industrialização do país, todos os outros setores (inclusive a área social) se desenvolveriam automaticamente. Ammann (1997), analisando este contexto refere que

Segundo JK não há países condenados irremediavelmente à pobreza, toda gleba pode vir a ser fecundada, qualquer espécie de obstáculo natural é passível de superação. Estribado nestas ideias ele conclama os brasileiros à luta pela “libertação econômica”, que deveria vir com a industrialização e seria capaz de trazer ao país a riqueza e a prosperidade que beneficiaria a sociedade inteira (AMMANN, 1997, p. 58-59)

Os assistentes sociais, foram, neste momento, chamados a compor a agenda do desenvolvimentismo<sup>21</sup> pela égide do Desenvolvimento de Comunidade<sup>22</sup>. Contudo, o que se apresentou foi um cenário totalmente reverso ao que se propunha inicialmente. O desenvolvimentismo não deu conta de atender as demandas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo ampliou a dependência externa do Brasil, agravando ainda mais o quadro social de desigualdade (COSTA, 2006).

---

20 Hobsbawn (1995) faz uma importante análise desse conflito diplomático de ameaça nuclear. Para maiores informações, consultar o autor.

21 Uma das expressões do trabalho do assistente social no período do desenvolvimentismo refere-se ao Desenvolvimento de Comunidade (DC). Aguiar (2011) refere que “o trabalho do Serviço Social na área do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil foi consequência dos programas da ONU, bem como de vários acordos feitos entre o Brasil e os Estados Unidos” (AGUIAR, 2011, p.100).

22 Ammann (1997) apresenta um estudo detalhado a partir dessa perspectiva e sua relação com o Serviço Social. Sobre esta temática consultar Ammann (1997).

A década de 1960 apresenta traços marcantes na trajetória histórica, econômica, política e social brasileira. O golpe de 1964 marca, nos termos de Ianni (2019) a invasão no cenário brasileiro de uma “grande ditadura do capital”. Este projeto antidemocrático e antipopular, financiado pelo imperialismo norte-americano, veio acompanhado de uma agenda de internacionalização do capital, da valorização da esfera privada, do entreguismo dos recursos naturais ao capital estrangeiro<sup>23</sup>, inclusive sob uma grande valorização deste último, da repulsa ao “espectro do comunismo”, nos termos de Marx (2010).

Esse golpe foi forjado a partir do descontentamento de setores militares e de grande parte da burguesia nacional, com apoio do governo norte-americano, pelas ameaças trazidas com as propostas das Reformas de Base, com o governo do então presidente João Goulart que, por sua vez, contava com o apoio de setores da esquerda, estudantes mobilizados por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>24</sup> e por trabalhadores rurais. Aliás, estes “tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem gozo dos direitos civis, políticos e sociais” (CARVALHO, 2015, p. 143).

A ditadura do grande capital construiu um arcabouço no plano do Estado de derruição das ideias comunistas que ganhavam legitimidade, inclusive, com a Revolução Cubana (1959). Os desmontes foram acompanhados pela supressão dos partidos políticos, na construção do bipartidarismo, na perseguição, invasão e extinção de sindicatos, na exploração ainda mais severa da classe trabalhadora, relegando à esta última o “pagamento da conta” por meio dos sacrifícios em prol do “desenvolvimento” (IANNI, 2019).

O golpe de 1964 acontece em um momento histórico de importante efervescência no contexto latino-americano. Netto (2009)

---

23 “Nesses casos, os órgãos federais relativos à questão agrária criaram novas condições de transformação das terras devolutas e tribais em grandes propriedades, ou, em alguns casos, núcleos de colonização. Desde a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964, acelerou-se bastante o processo de monopolização da terra por grandes latifundiários, empresários e grileiros, nacionais e estrangeiros. Processo esse que se desenvolveu paralelamente a uma política de contrarreforma agrária, sob o lema da “colonização dirigida” oficial e particular” (IANNI, 2019, p. 55).

24 “A UNE, por sua vez, desenvolveu intenso trabalho cultural de mobilização política. Criou um centro Popular de Cultura em que trabalhavam artistas de talento, sobretudo músicos. Caravanas artísticas percorriam as principais cidades apresentando shows em que a arte se misturava estreitamente à propaganda das ideias reformistas” (CARVALHO, 2015, p. 142).

relata nesse cenário, que o golpe de 1964 representa um processo de “*contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial*”, “com objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas” (NETTO, 2009, p. 652).

A década de 1960 é promissora para o processo de questionamento e reavaliação do Serviço Social. Nos termos de Netto (2011) atrelado ao movimento histórico, onde destaca-se à insuficiência da profissão na elaboração de respostas as demandas que se apresentavam e com a finalidade de aproximar o Serviço Social à realidade latino-americana tem-se o início do processo de “erosão das bases tradicionais do Serviço Social”.

Diante do momento de intensas transformações históricas, políticas, econômicas e sociais parcela significativa da categoria profissional inicia o processo de revisão do trabalho profissional do Serviço Social. Zacarias (2017) analisa que “pressionados pelas disputas que se radicalizavam no contexto político e pelas novas exigências que partiam do campo da prática social, parte dos Assistentes sociais sentiram-se convocados a assumir uma posição mais clara” (ZACARIAS, 2017, p. 96).

O momento que segue é fulcral para o processo de ressignificação da conformação do Serviço Social. Os questionamentos afloram no campo da ciência, do trabalho profissional, da produção do conhecimento, da trajetória histórica profissional, da superação de suas formas iniciais, da relação com a sociedade e com a população usuária. Da mesma forma, dos pressupostos ideológicos e teóricos adotados. Iamamoto e Carvalho (2011) observam que

É na década de 1960 que se observa a existência de um meio profissional em franca expansão. No decorrer desses anos, a profissão sofrerá as suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o agente como o próprio teórico, métodos e técnicas por ele utilizados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.358).

Esse processo de questionamento materializa-se no corpo profissional pelo Movimento de Reconceituação. Esse Movimento, como a nomenclatura já sugere, não é estático, a-histórico e etapista. Ao contrário, este movimento é um processo e, como tal, é fruto não

só de um fortalecimento político-organizativo no âmago do Serviço Social como de um intenso esforço de busca por novos horizontes profissionais, haja vista a nova conjuntura que se apresentava. De acordo com Iamamoto (2009),

O Movimento de Reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2009, p. 205).

Esse processo de revisão crítica, postula-se na necessidade de repensar a intervenção profissional “e o lado” assumido pelo Serviço Social no bojo dos conflitos entre capital e trabalho, especialmente, em um contexto em que as expressões da Questão Social se tornavam latentes. De acordo com Netto (2005),

Nesse marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social” sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social (NETTO, 2005, p.09).

Faleiros (1987), no entanto, destaca que no interior desse movimento havia disputas e concepções adversas que denotavam opções políticas e profissionais antagônicas. De acordo com o autor, estavam presentes neste momento proposições com cunho positivista, estruturalista e marxista. Essas tendências são apontadas no estudo de Goin (2019), onde essa destaca duas matrizes presentes no movimento: a matriz modernizadora e a matriz crítica.

Conforme Silva e Carvalho (2005) é no bojo desse movimento que se delinearão tendências diferenciadas da fundamentação teórico-metodológica e que acompanharão o pensamento e o trabalho profissional nos anos subsequentes. Outro fator corresponde a necessidade de pensar em estratégias de intervenção no que tange

as particularidades da realidade latino-americana, numa recusa ao imperialismo, tendo em vista que estas ainda estavam impregnadas por uma perspectiva que contribuía para a reprodução da pobreza e não o seu enfrentamento.

O solo histórico do movimento de reconceituação é a realidade latino-americana. Logo, este Movimento de Reconceituação não pode ser pensado deslocado do contexto político, histórico e social daquele período (GOIN, 2019). O Brasil teve um papel crucial para o início desse Movimento ao realizar o “I Seminário Regional de Serviço Social frente às mudanças sociais na América Latina” na cidade de Porto-Alegre-RS, no ano de 1965, cujo intento circundava a articulação do Serviço Social no contexto latino-americano. Silva (1983) refere, no entanto, que

[...]apesar dele ser a nível continental, os questionamentos levantados em cada país assumem características também específicas. Por essa razão, ao abordá-lo como uma unidade, reconhecemos que esta unidade apresenta diferenças e contradições marcantes (SILVA, 1983, p. 40).

Scheffer, Closs e Zacarias (2019) referem que este seminário teve importância histórica para a concretização do Movimento de Reconceituação na América Latina, tendo em vista que os seminários subsequentes realizados nos anos de 1966 (Uruguai), 1967 (Argentina), 1969 (Chile), 1970 (Bolívia), 1972 (Brasil) e 1976 (Peru) foram possíveis graças aos esforços de articulação dos pesquisadores iniciados neste. Da mesma forma, destacam que este possui uma particularidade importante, definida pelas autoras como uma tendência denominada de “Reformismo reconceituador” onde o processo de renovação na Escola de Porto Alegre (atual PUCRS) teve particularidades se comparadas às demais.

Partindo das inquietações<sup>25</sup> que originaram o movimento e considerando necessidade de uma teoria que subsidiasse a apreensão das demandas em sua totalidade e da realidade brasileira especificamente que os profissionais repensam a profissão. Silva (2007) afirma

---

25 “A inoperância do desempenho profissional nos moldes tradicionais de um serviço social importado é que levou alguns profissionais a questionarem a profissão, tendo em vista as características diferenciais e específicas dos países latino-americanos no que diz respeito à problemática de natureza estrutural que envolve variáveis de ordem econômica, social e política” (SILVA, 1983, p. 42).



que no período de Ditadura Militar o Serviço Social brasileiro passa por processos de avanços e retrocessos, pois a repressão aos movimentos políticos acaba “paralisando”, mesmo que temporariamente, os avanços referentes à aproximação da teoria marxista no Serviço Social brasileiro. O contexto social brasileiro não estava favorável para a maturação da interlocução do Serviço Social com uma teoria de caráter revolucionário. Esse momento é identificado por Yazbek (2009).

É importante assinalar que é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas a fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Tendências que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do Continente e que levam, por exemplo, no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos, (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões (YAZBEK, 2009, p. 07)

Desse modo é ilustrativo que diferentes perspectivas confluíram na organização desse movimento, mas pode-se dizer que este buscou romper com suas bases tradicionais ao centrar esforços de repensar à conformação do Serviço Social. É fulcral sinalizar a presença da perspectiva conservadora que, no campo profissional, fizeram parte do debate pois encontraram na conjuntura histórica um solo fértil para sua propagação.

Netto (2011) elenca três perspectivas que surgiram a partir da efervescência do movimento de reconceituação: *a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura*. A perspectiva da modernização conservadora atrelou-se à perspectiva do desenvolvimentismo, onde o Serviço Social atuaria no suporte das políticas sociais deste momento histórico. Os seminários de teorização, realizados na cidade de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) resultaram na formulação de dois documentos que são expressão dessa perspectiva: *Documento de Araxá e Documento de Teresópolis*. Conforme Netto (2011) tem-se a junção da concepção desenvolvimentista com a perspectiva renovadora,

O processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras, aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos- além, naturalmente, da sincronia de “governos” e “populações”-, com uma consequente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em “problemas econômicos e sociais” (NETTO, 2011, p. 166-167).

Nessa perspectiva o assistente social vai assumir um papel de colaboração ao projeto desenvolvimentista. Aguiar (2011) pontua a relação que o Serviço Social estabelece com o desenvolvimentismo ao analisar que o Documento de Araxá apresenta o papel do assistente social como articulador na habilitação dos indivíduos, grupos, comunidades e populações a desenvolverem suas potencialidades. Sob o lema de “não dar o peixe mas ensinar a pescar” Aguiar (2011) é enfático ao dizer que no Documento de Araxá “[...] a ideologia que assume é de promover para integrar no desenvolvimento nacional e este não permite a presença de homens questionadores e participantes” (AGUIAR, 2011, p. 177). Já o Documento de Teresópolis, em 1970, demarca a cristalização do Serviço Social na perspectiva da modernização conservadora. Para Netto (2011) este documento apresenta a necessidade de pensamento da metodologia no Serviço Social, de buscar sua operacionalização. Em um comparativo entre os documentos de Araxá e Teresópolis o autor sinaliza,

[...]Há um nítido avanço em face dos resultados que o *Documento de Araxá* consagrou: se neste, a ênfase na teorização conseguira atrelar as concepções profissionais ao projeto de “modernização conservadora”, a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura no privilégio à “metodologia”, a exclusão de vieses tendentes a problematizar a inserção do Serviço Social nas fronteiras dos complexos institucional-organizacionais que promoviam o processo da “modernização conservadora”[...] em Araxá, coroa-se uma indicação do *sentido sociotécnico* do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a *operacionalidade* deste sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática (NETTO, 2011, p. 190, grifos do autor).

Ao voltar-se para a questão “metodológica” e “operativa” do Serviço Social, o Documento sinaliza a construção de respostas imediatas às “problemáticas” oriundas do período em questão. Em sua inserção nas instituições e organizações novas qualificações serão exigidas aos profissionais, resultando na necessidade não apenas de (re)adequação do trabalho profissional à estas particularidades quanto do seu processo de formação profissional.

Os outros dois documentos que resultaram de eventos foram os de Sumaré e Alto da Boa Vista realizados nas décadas de 1970 e 1980. Conforme Netto (2011) estes eventos não tiveram a mesma expressividade dos anteriores, destacando sua defasagem e pobreza teórica que, em nada se assemelham com os dois momentos anteriores, no entanto, não deixam de ser marcos sob o ponto de vista do deslocamento da hegemonia da perspectiva da modernização conservadora. Sob esse aspecto “passam a concorrer com ela, neste plano, e a disputar seus espaços e hegemonia outras vertentes renovadoras” (NETTO, 2011, p. 194).

A segunda perspectiva apontada por Netto (2011) é a *reatualização do conservadorismo*. Esta perspectiva retoma os traços conservadores que, em vias de fato, nunca deixou completamente o corpo profissional. Em uma clara recusa ao positivismo, que até então, figurava pelo cenário profissional, esta perspectiva inaugura no campo profissional a aproximação com outra corrente do pensamento, a fenomenologia. Netto (2011) denota que alguns traços dessa aproximação devem ser apontados. Destaca-se a questão do empobrecimento das produções elaboradas pelo Serviço Social no que diz respeito à essa corrente ao concebê-la por meio de fontes secundárias, enfraquecendo o debate e “deformando” suas concepções por meio de uma insuficiente aproximação com as fontes primárias deste pensamento. Identifica-se na apropriação dessa corrente a tríade: *diálogo, pessoa e transformação social*, com evidentes elementos psicossociais, onde por meio do diálogo seria possível criar junto *ao cliente* um processo de conscientização, alterando as relações profissionais e afinando-as à um processo de psicologização no trabalho profissional do assistente social numa perspectiva microscópica cujas respostas profissionais se constroem numa perspectiva individual no trato da realidade.

A terceira perspectiva apontada por Netto (2011) corresponde a *intenção de ruptura*. O embrião desta perspectiva situa-se na experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, por meio do que amplamente passou a ser conhecido como Método BH. Essa formulação, posicionada, em uma consistente recusa às bases tradicionais do Serviço Social, buscou situar essa profissão numa perspectiva de afinamento com as demandas populares protagonizadas pela classe trabalhadora, numa revisão dos pressupostos teóricos, metodológicos e da formação profissional. Santos (1985) pontua que esta experiência figura como uma recusa do Serviço Social tradicional,

A peculiaridade positiva que se lhe pode atribuir ao caso que agora se analisa é a de haver articulado com certa habilidade o *discurso* dos elementos intervenientes ao método científico: um corpo lógico-epistemológico, um corpo socioeconômico, político e ideológico (que se denominava marco de referência) e uma montagem técnica de pesquisa fundamentada nos elementos anteriores. Isto implicava determinar um “objeto e objetivos de intervenção” (definidos em termos bastante genéricos: estudo e ação da prática social através da conscientização, da capacitação e da organização) e uma área de atuação na qual os critérios são registrados a fim de delimitar o setor social e geográfico prioritários (maior potencial “multiplicador” e de autonomia de trabalho) (SANTOS, 1985, p. 125-126).

Essa experiência, foi fundamental para o processo de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional<sup>26</sup> por meio de uma clara direção aos interesses da classe trabalhadora e na compreensão da realidade social em um contexto mais amplo, denotando a capacidade de mediar as demandas individuais que se articulam com demandas coletivas e na criação de estratégias de compreensão sobre os aspectos contraditórios que fundamentam essa realidade. Não obstante alguns equívocos no que tange a possibilidade de superação desta realidade por meio trabalho profissional no processo de conscientização dos sujeitos e participação social, esta experiência se fundamenta em uma articulação, ainda que enviesada, com o método dialético-crítico e possibilita uma *nova roupagem* ao Serviço Social.

---

26 “A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p.37).

Da mesma forma, a perspectiva de intenção de ruptura ganha consistência e se fortalece a partir da inserção do Serviço Social no âmbito universitário, cujo processo de criação da pós-graduação na área do Serviço Social merece destaque. Essa maturação vai repercutir, inclusive, no processo de consolidação e reconhecimento do Serviço Social como área do conhecimento e cuja produção tem relevância e consistência teórica no âmbito das Ciências Sociais. Dessa forma, Netto (2011) enfatiza

Entendamo-nos: a universidade enquadrada e amordaçada (como também já vimos) nunca foi um território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado aos demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menor resistência. Permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, na conjugação da pesquisa e da extensão, o atendimento de necessidades de elaboração e experimentação- e estas eram absolutamente *imprescindíveis* ao projeto de ruptura (NETTO, 2011, p. 250-251, grifos do autor).

O ambiente universitário, destacando-se como espaço privilegiado de construção do conhecimento, colabora para o aprofundamento e disseminação intelectual dos assistentes sociais. Logo, por meio do aprimoramento teórico e da possibilidade de avaliação do trabalho profissional, juntamente com a possibilidade de diálogo entre os profissionais esta vertente ganha substância e significado. Refere-se, embora já tenha sido mencionado anteriormente, que os movimentos de revisão no âmbito do Serviço Social nunca deixaram de existir, apenas não encontraram contextos sócio-históricos favoráveis para sua maturação. Alia-se a isso as disputas internas no campo profissional a partir do afinamento com diferentes matrizes do pensamento, como pode-se observar não apenas nas perspectivas modernizadoras como no *Serviço Social tradicional*.

É substancial destacar que o movimento de intenção de ruptura vai ganhar fôlego, em um segundo momento, em razão dos tensionamentos democratizantes que estavam calcados na arena político-social brasileira, em um claro esforço de superação da ditadura militar que se consolidara há mais de uma década. Netto (2011) refere que a intenção de ruptura é mais ampla que a vontade

dos agentes profissionais, pois “ela expressa no período de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos” (NETTO, 2011, p. 255-256).

A intenção de ruptura ainda vai coroar a articulação com a teoria social de Marx no âmago do Serviço Social, destacando a perspectiva crítica no trato da realidade e na mediação com o trabalho e a formação profissional em Serviço Social. No entanto, ainda que necessária, esta aproximação se deu, de maneira enviesada, no trato das categorias analíticas do pensamento marxiano. A aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx, sua contribuição para a construção do Projeto Ético-Político Profissional (PEP) e a incorporação desta no âmbito da formação profissional em Serviço Social, na atualidade serão discutidos nos dois próximos itens.

## **“Não passarão!”: a ofensiva da onda de conservadorismo no Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional no contrafluxo desse processo**

### ***Assim nasce o conservador***

De todos os invernos  
De todas as noites sangrentas  
De todos os infernos  
De todos os céus desterrados de perdão.  
De toda obediência burra  
Ao oficial, burocrata,  
À coroa, ao cetro,  
Ao papa, ao cura.

De todo medo “Agora não, ainda é cedo”, de todo gesto invertido para dentro, de toda palavra que morre na boca. Do obscurantismo, de todo preconceito, de tudo que te cega, de tudo que te cala, de tudo que lhe tolhe, de tudo que recolhes, de tudo que abdicas, de tudo que te falta. Um beijo o assusta, um abraço o enfurece, a dúvida o enlouquece, a razão se esvanece no vácuo. Germina, assim, uma impotência tão grande, que deforma as feições e torna tenso o corpo, o dedo em riste, a veia que salta no pescoço, a boca transformada em latrina.

Assim nasce o conservador.

Ele teme tudo que é novo e se move. É um ser frágil, arrogante, assustado...

e violento.

(Mauro Iasi)

Levando em consideração as discussões tecidas no item anterior que destacam a importância do Movimento de Reconceituação como fulcral para o processo de revisão do Serviço Social tradicional com vistas a sua superação e do esforço depreendido coletivamente para a ruptura dessa conformação profissional foi possível identificar que essa profissão convive com sua faceta conservadora desde sua gênese. Fundamentada inicialmente no neotomismo e, posteriormente, se aproximando do positivismo o Serviço Social revestiu-se de uma função apaziguadora de ajustamento social no intento de preservar a harmonia e conciliação das classes dentro do sistema econômico vigente.

Iamamoto (2013) ao analisar esse conservadorismo destaca que esse pensamento reinterpretado posteriormente passa a representar o modo de vida e os interesses de perpetuação do sistema capitalista. A autora destaca que

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia no século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (IAMAMOTO, 2013, p.26).

No contexto político atual inúmeras são as vezes em que a palavra conservador e suas derivações aparecem nos discursos acadêmicos, políticos e sociais. No entanto, a origem deste termo e sua profícua relação com o momento presente pode ser uma informação pouco conhecida. Os fundamentos do conservadorismo podem ser identificados a partir da obra de Burke (2017), ao questionar os processos sociais revolucionários oriundos da Revolução Francesa. É Burke quem vai fundamentar os primeiros esboços do que hoje conhece-se como pensamento conservador<sup>27</sup>. Apropriado pelos princípios da defesa da propriedade privada e avesso às mudanças preconizadas na Revolução Francesa o referido autor vai pautar seu

---

27 “O enaltecimento do presente, entendido como resultado de esforços despendidos por anos, e a recusa de projeções que possam representar ameaça a conquistas tidas como “admiráveis”, traduzem o conservadorismo como uma visão tipicamente antidialética da história, ao passo que visam impedir mudanças que possam alterar de forma significativa a realidade posta” (KELLER, 2019, p. 110).

pensamento na manutenção do status quo, em um culto as tradições ao mesmo passo em que demonstra aversão aos processos revolucionários. Nisbet (1987) acerca do pioneirismo de Burke sobre o conservadorismo refere que “raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reação à Revolução Francesa” (NISBET, 1987, p.15).

Netto (2011) ao analisar o tema do conservadorismo a partir de suas fontes clássicas sinaliza que, se inicialmente o conservadorismo surge com caráter restaurador e antiburguês que, aliás, era até então uma classe revolucionária com o fim do feudalismo, o que se observa na sequência é que ele expressa uma aversão a qualquer revolução, tornando-se contrarrevolucionário. Dessa forma, “é assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (NETTO, 2011, p.49-50).

A aversão a mudanças radicais compreende uma das características desse pensamento, mas, para além dessa característica “destaca-se sua vocação para o passado, terreno germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente” (IAMAMOTO, 2013, p. 27). Princípios como ordem, hierarquia e disciplina passam a figurar no discurso conservador, cuja centralidade recai sobre a família tradicional. Tratando a realidade como imutável esse pensamento refuta movimentos que possam questionar esses pilares. Primando pelo individualismo esse pensamento é contrário à princípios universalizantes que possam explicar a realidade sob uma perspectiva de totalidade, onde “os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares” (IAMAMOTO, 2013, p. 27). Ao naturalizar as desigualdades esse pensamento denota seu caráter imutável, cujas respostas para sua superação devem ser de cunho individual, reiterando a faceta permanente com que pretende imprimir os valores e instituições capitalistas como sendo insuperáveis e irreversíveis.

O contexto mundial, especialmente na última década, tem possibilitado a emersão ou, mais precisamente, o ressurgimento do



pensamento conservador<sup>28</sup> mediante a ascensão de líderes governamentais que reproduzem este discurso. Dessa forma, o mundo tem presenciado cada vez mais segmentos políticos e sociais que se pautam nesse pensamento que pode manifestar-se como radical do ponto de vista da manutenção do modo de produção capitalista, como avesso às tendências que flertam com o comunismo. Segundo Souza (2015),

No léxico conservador, as reformas constituem apenas mudanças nos estritos limites do tradicionalismo e funcionam como importantes estratégias de prevenção de situações revolucionárias. São mudanças localizadas, específicas, transitórias, pontuais, paulatinas, absolutamente necessárias para evitar a degradação de algum traço da tradição. Uma concepção de reforma, como se pode notar, contraposta àquela produzida pela melhor tradição marxista (SOUZA, 2015, p.216-217).

Nessa relação surgem posturas antidemocráticas que se envolvem com tendências fascistas<sup>29</sup> numa clara tentativa de derruir movimentos societais que possam, ainda que minimamente, colocar em xeque o funcionamento capitalista mundial, ou até mesmo questionar suas bases. Nesse sentido, segmentos consideráveis da população têm dialogado com esse pensamento e retomando pautas que pareciam ter sido superadas.

No caso brasileiro, esse romance de parcela da população brasileira com o conservadorismo pode ser observado, nos últimos anos, em movimentos antidemocráticos que perseguem grupos sociais, partidos políticos e conquistas históricas que ousaram mexer, ainda que de maneira insuficiente, nos pilares concretados da propriedade privada e, mais precisamente, do modo de produção capitalista em si, questionando os “papeis tradicionais” na sociedade burguesa. Essa situação se escancara com o processo de impeachment vivido pela então Presidente da República Dilma Rousseff, em 2016. Entendido como um golpe na democracia, Demier (2017) refere que

28 Parte-se, nessa obra, do entendimento que o conservadorismo nunca deixou de existir. O que se vislumbra, nesse contexto, é seu fortalecimento diante de expressões renovadas.

29 [...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório” (KONDER, 2009, p. 53).

“[...]o golpe no governo teve como objetivo precípua trocar os atuais mandatários por outros mais reacionários, os quais, não constrangidos por qualquer passado combativo e sindical, podem, agora, realizar o ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e calar o movimento social, *tudo isso no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise*” (DEMIER, 2017, p. 91, grifos do autor).

O período pós-golpe em que Michel Temer esteve à frente da Presidência da República (2016-2018) solapou conquistas democráticas históricas e retomou para agenda governamental contrarreformas que derruíram direitos sociais e trabalhistas, agravando a crise e condições de vida da população brasileira. Os quase três anos do governo ilegítimo de Temer foram marcados pela aprovação da Reforma Trabalhista, que reverberou nas condições de trabalho e vínculos empregatícios da população brasileira, desregulamentando o trabalho e precarizando as organizações sindicais, retomando a sensação de insegurança e incertezas para a classe trabalhadora. Também é desse governo a proposta de reforma na previdência que veio a ser aprovada no início do governo seguinte prejudicando ainda mais a vida dos trabalhadores, aumentando o tempo de trabalho e diminuindo o valor real da aposentadoria<sup>30</sup>.

Temer também esteve à frente do processo de votação e aprovação da Emenda Constitucional nº 55, conhecida como a PEC da morte, que limitou o teto de gastos públicos por 20 anos, tornando diminutos os recursos para áreas como saúde e educação, dentre outras. Os efeitos dessa aprovação já começaram a ser sentidos com o congelamento e corte do orçamento das Universidades Públicas, que a curto prazo pode significar o fechamento dessas instituições, bem como, no campo da saúde, significa um processo progressivo de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) e de seus programas que são as únicas vias de acesso da maioria da população brasileira aos serviços de saúde.

Somente em 2019, a perda de recursos, como consequência da EC 95, foi da ordem de 9,5 bilhões para a manutenção do Sistema Único de Saúde – SUS o que sem dúvida impactou na estrutura para enfrentamento à pandemia, a partir de 2020. A gravidade dessa

<sup>30</sup> Agora a pauta é a proposta de Reforma Administrativa que pretende solapar com o serviço público brasileiro, especialmente pelo ministro da economia Paulo Guedes que considera os servidores públicos parasitas”.

emenda fica ainda mais evidente a partir de estudo publicado pelo FMI, acerca de regras fiscais aplicadas em 89 países, quando se verifica que a EC 95, aprovada no Brasil, não tem paralelo no resto do mundo. (MARQUES; NAKATANI, 2019). Entre as diferenças do caso brasileiro em relação aos demais países, destaca-se o longo prazo de duração (uma geração); a exclusão de despesas com os juros da dívida pública, desmontando a falsa justificativa de conter o gasto público, principal argumento utilizado para sua implementação; a alteração da Constituição, na medida em que muda o regime fiscal definitivamente, além da não preservação dos investimentos sociais, proteção de programas de transferência de renda e do seguro-desemprego. A esse desmonte se associam ainda os cortes significativos em políticas estruturantes como saúde e educação (PRATES, 2020).

Os últimos anos tem representado uma “sucessão de perdas e desmontes” no campo dos direitos, tendo como consequência a dolorosa assimilação por parte da população e tornando desafiador para os pesquisadores a abordagem desses processos haja vista a velocidade em que eles estão sendo empreendidos. Demier (2017) destaca que

[...] parece não haver uma semana sequer em que não assistamos estupefatos a algum vultuoso corte de verbas nas áreas sociais. A alguma barbaridade cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelos vespertinos programas policiais; a alguma declaração de cunho preconceituoso e antipopular da parte de alguma celebridade novelesca, a alguma besteira dita por algum motorista hipster ou roqueiro decadente que considera seu anticomunismo primitivo a última moda da *intelligentzia cool* (DEMIER, 2017, p. 101, grifos do autor).

Essa condição fica ainda mais evidente com a eleição do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro que se elegeu instrumentalizado pelo uso dos discursos de ódio, das fake News e na cristalina postura avessa às conquistas democráticas das últimas décadas juntamente com um sentimento de aversão ao Partido dos

Trabalhadores (PT) postulado por parte da população desesperançosa com as instituições democráticas. De acordo com Keller (2019)

O conservadorismo, que sempre esteve presente na realidade brasileira, se fortaleceu na medida em que as estratégias de uma suposta esquerda se mostravam ineficazes para manutenção do poder do capital, diante de mais uma decaída proveniente de sua crise estrutural, cumulado ao incômodo gerado nas elites pelo reconhecimento estatal de mínimos direitos às populações subalternizadas (KELLER, 2019, p.104).

Nunca é demais lembrar que o referido presidente, quando ainda atuava na condição de deputado federal, homenageou, em pleno momento de votação do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, uma das figuras de maior expressão do período de ditadura militar<sup>31</sup>. Cabe referir que Bolsonaro conseguiu o feito de trazer para junto de si parcela da população brasileira seduzida pelo seu discurso anticorrupção, antipetista, religioso e pró-família tradicional brasileira, reiterando os princípios conservadores e a ele se fundamentando. Com a eleição e posse de Bolsonaro o país passou a expurgar, para além do ambiente privado, discursos e práticas misóginas, machistas, lgbtfóbicas, xenofóbicas e autoritárias.

Evidentemente o presidente da república não está sozinho, uma vez que, detém o apoio de uma parcela populacional que incorporou seu discurso e passou a esbravejar sobre terraplanismo, ideologia de gênero, marxismo cultural, criacionismo e tantos outros elementos que figuram o seu mandato governamental. Nesse sentido, muitas são as ferramentas que buscam confrontar e deslegitimar o pensamento crítico, os movimentos coletivos e processos sociais que atuam na defesa dos princípios democráticos que nunca deveriam ter sido colocados em xeque, mas que tem sido funcionais à perpetuação dos valores e modos de vida tradicionais.

---

31 Avritzer (2020) transcreveu o depoimento do então Deputado Federal Jair Bolsonaro onde este vocifera “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. Ainda segundo o autor “Com esse voto, Bolsonaro se habilitou a líder da direita brasileira, especialmente dos seus setores militares, que vinham se reorganizando desde 2015” (AVRITZER, 2020, p. 09).

Bolsonaro também foi beneficiário da aproximação dos ideários neoliberais<sup>32</sup> aos preceitos políticos, tornando-se mais do que um fundamento econômico a expressão de valores e modos de vida representantes do modo de produção capitalista. Esse conservadorismo também se relaciona, diretamente, com a adoção dos princípios basilares do neoliberalismo, uma vez que, este também corrobora para um processo cultural fundamentado nas noções de individualismo e competição. Casara (2020) vai sinalizar que esse discurso se relaciona com um processo de empobrecimento subjetivo vivido pela sociedade brasileira. De acordo com o autor,

a razão neoliberal se sustenta na hegemonia do “vazio do pensamento” expressa no empobrecimento da linguagem, na incapacidade de reflexão e em uma percepção democrática de baixíssima intensidade. Qualquer processo reflexivo ou menção aos valores democráticos representam uma ameaça a esse projeto de mercantilização do mundo” (CASARA, 2020, p.13).

Essa percepção pode ser comprovada no processo eleitoral que posteriormente veio a eleger o então candidato Bolsonaro. Ausente dos debates e distante da realidade do povo, o então candidato começou a disparar informações que beiram o absurdo e que não eram verídicas sobre uma série de assuntos, cujo conteúdo foi incorporado e reproduzido acriticamente por seus eleitores. Esse empobrecimento de pensamento e de linguagem destacado por Casara (2020) foi e continua sendo essencial para a manutenção de Bolsonaro no cargo.

Brown (2019) ao analisar as novas forças conservadoras nos Estados Unidos enumera uma série de elementos que conjugam o neoliberalismo ao conservadorismo. Para a autora, seus representantes

---

32 “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas politico-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados”. (HARVEY, 2014, p. 12).

batem-se contra o relativismo, mas também contra a ciência e a razão, e rejeitam afirmações baseadas em fatos, argumentação racional, credibilidade e responsabilidade. Desdenham dos políticos e da política enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política (BROWN, 2019, p.10).

Esses representantes dessa nova tendência que se dizem avessos à velha política e não se considerando representantes dela tem sido eleitos sob esse pretexto. Foi o caso de Donald Trump, um empresário e personalidade televisiva dos Estados Unidos da América (EUA) e do próprio Jair Bolsonaro, ainda que este tenha sido deputado federal por 28 anos ininterruptos. Pautados em discursos nacionalistas como “a América em primeiro lugar”, citado no discurso de posse de Trump ou o “Brasil acima de tudo” no caso de Bolsonaro suscitam um projeto de governo que persegue “os inimigos do país” ou aqueles grupos que não se vinculam as diretrizes do governo. Casara (2020) destaca que

No Brasil é interessante olhar o exemplo do nacionalismo de Bolsonaro, que não tem qualquer traço de nacionalismo econômico. Se no plano discursivo, o Brasil (estaria) acima de tudo”, no campo econômico o mercado revela-se um Deus acima de todos. Ainda sobre o *fake nationalism* típico desse novo neoliberalismo, basta pensar no que se fez com as reservas brasileiras de pré-sal e na retomada dos processos de privatização. Tem-se, nesse campo, uma estranha combinação de apoio irrestrito ao capitalismo global e discurso nacionalista contra inimigos imaginários (comunistas, /; bolivarianos, turismo gay, etc.). Em apertada síntese, utiliza-se o discurso nacionalista para reforçar o neoliberalismo e melhor atender aos interesses do poder econômico (CASARA, 2020, p. 77, grifos do autor).

Harvey (2014) é outro autor que tem empreendido esforços para analisar a adoção do neoliberalismo e sua associação com o conservadorismo. O autor interpreta que houve um processo de neoliberalização, inicialmente inaugurado no Chile e que pode ser definido “[...] seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2014, p. 27, grifos do autor). Para Harvey (2014) o neoliberalismo

surgiu como um possível antídoto para frear as ameaças envolvendo o modo de produção capitalista e como uma manifestação de sua reorganização.

Na leitura de Dardot e Laval (2016) existe na contemporaneidade uma racionalidade neoliberal que é “[...] *a razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17, grifos do autor). Dessa forma, mais do que uma teoria econômica que subsidia a intervenção do Estado o neoliberalismo também imprime uma racionalidade, ou seja, conjuga elementos políticos e sociais que atingem o modo de vida e a totalidade das relações sociais.

Essa racionalidade vai penetrar em todas as esferas das relações humanas com a incorporação de valores e princípios que, até então, eram relegados apenas as relações no campo econômico. Esse neoliberalismo “[...] estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30). Logo, essa racionalidade é extremamente funcional à lógica do capitalismo que incita e assevera a competição como motor do desenvolvimento, relegando aos trabalhadores a incorporação desses valores e disputas, responsabilizando-os pelo desempenho e reconhecimento no mundo do trabalho<sup>33</sup>.

Pereira (2020) analisa que o flerte do Estado com o neoliberalismo impacta no sistema de proteção social, juntamente com a ascensão da nova direita, onde a conformação da política social absorve esses traços valorativos, culminando em uma reorientação na construção da política social. A autora refere que, se do ponto de vista econômico o neoliberalismo mostrou-se falho haja vista não

---

33 “Esse controle da subjetividade somente é operado de maneira eficaz dentro de um contexto de mercado de trabalho flexível, em que a ameaça do desemprego está no horizonte de todo assalariado. Ele também é resultado de técnicas de gestão que tentaram objetivar as exigências de mercado e de rentabilidade financeira na forma de indicadores numéricos de metas e resultados e, mediante a individualização dos desempenhos medidos e discutidos em entrevistas pessoais, fazer com que os assalariados interiorizem a necessidade vital para eles de melhorar continuamente sua “empregabilidade”. O cúmulo do aucontrole, que também mostra o mecanismo perverso que transforma cada um em “instrumento de si mesmo”, ocorre quando o assalariado é convidado a definir não somente as metas que ele deve atingir, mas também os critérios pelos quais quer ser julgado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229).

ter atingido os seus objetivos iniciais do ponto de vista ideopolítico saiu triunfante. Conforme Pereira (2020):

[...] essa superstição fatalista, de fácil penetração em diferentes esferas da vida humana, incluindo subjetividades- sofisticadas ou não-, tinha e tem forte base material na qual não medra mais a esperança; trata-se de uma base construída e sustentada, a ferro e fogo, por práticas políticas socialmente predatórias e politicamente desmobilizadoras, guiadas pela lógica concorrencial, cobiçosa, do mercado, que submete tudo, inclusive o poder do Estado, aos seus desígnios. Premeditadamente, tais práticas têm sido: o desemprego massivo, a prevalência do trabalho precário e socialmente desprotegido, e o obscuro crescimento das desigualdades de renda entre capital e trabalho (PEREIRA, 2020, p. 91).

Pereira (2020) também destaca que o sucesso ideopolítico do neoliberalismo encontrou na história condições favoráveis para o seu fortalecimento. A autora destaca que este encontra-se intimamente relacionado com os movimentos neoconservadores do qual destaca a atuação de Margareth Thatcher como expoente. Pereira (2020) utiliza-se do termo “nova direita” para analisar esse novo momento histórico que alia o neoliberalismo com o neoconservadorismo, tratando-se de “[...] um amálgama das ideologias neoliberal e neoconservadora, configurando uma espécie de mistura ou caldeirão (melting pot) de ingredientes diferentes- liberalismo econômico, de um lado, e conservadorismo político de outro” (PEREIRA, 2020, p. 109). Nesta produção opta-se pela utilização do termo neoconservadorismo, por entender que esse pensamento assume novas roupagens não observadas anteriormente, que segundo Barroco (2015) pode ser definida

[...] como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 624-625).

Assim como o neoliberalismo, outra faceta do capitalismo que tem dialogado com o conservadorismo é o pós-modernismo, nos termos de Jameson (1997) ou pós-modernidade. De acordo com



Jameson (1997) o pós-modernismo tornou-se a expressão cultural do capitalismo tardio, de modo que,

[...] na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo (JAMESON, 1997, p. 14).

Sendo funcional a lógica capitalista ao decretar o fim da história a pós-modernidade surge a partir da segunda guerra mundial como uma crítica as metanarrativas, no qual se inclui o marxismo, ao galvanizar o capitalismo como o único modo de produção possível. Anderson (1999) ao investigar as origens da pós-modernidade cita que suas primeiras manifestações se encontram na década de 1930, contudo, só ganham destaque e visibilidade na década de 1970, momento em que a obra de Lyotard é publicada. Colocando a totalidade e o totalitarismo como sinônimos, a pós-modernidade questionava as teorias universalistas, de caráter totalizante, destacando a sua suposta insuficiência para explicar os fenômenos individuais e micro societários. Analisando a obra de Lyotard, Anderson (1999) observou que “com *A condição pós-moderna* Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico” (ANDERSON, 1999, p. 39, grifos do autor). Nessa perspectiva, sob o prisma da “crise dos paradigmas” a pós-modernidade passa a questionar as promessas da modernidade

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética”, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade como caminhos analíticos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social (SIMIONATTO, 2009, p. 91).

Harvey (2010) ao analisar a pós-modernidade como expressão cultural do capitalismo tardio ressalta que “a fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno” (HARVEY, 2010, p. 19). Cabe destacar que esse pensamento demonstra aversão as grandes teorias explicativas da realidade, como é o caso do marxismo, munindo-se da fragmentação, do efêmero e do simulacro como fio condutor do pensamento pós-moderno. Simionatto (2009) evidencia que a pós-modernidade é caudatária e funcional ao projeto capitalista ao colocar em voga a possibilidade de sua superação pois “fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, quer do político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente ao ideário do capital” (SIMIONATTO, 2009, p. 97).

Na mesma direção a dicotomização entre teoria e prática aparece na narrativa de alguns estudantes e profissionais, que reproduzem esse processo fragmentador, ao afirmarem que “na prática a teoria é outra”. Ora, desde o início de sua constituição, a sociedade burguesa separa o campo da cidade, os que planejam dos que executam, os que pensam dos que fazem, divide o trabalho, hierarquiza profissões, desvaloriza os processos de execução, separa o trabalhador do produto de seu trabalho, o alienando do conjunto do processo de trabalho, inclusive em relação ao conjunto dos produtores, os demais trabalhadores, pois, ao invés de cooperarem entre si, competem. Marx (2011) destaca que estes são os alicerces da propriedade privada. Divisão do trabalho e propriedade privada são elementos de uma mesma unidade, o primeiro relacionado ao processo e a última ao produto. A alienação, o egoísmo individualista, a fragmentação são características do trabalho abstrato, ou do trabalho na sociedade burguesa, separar a teoria da prática é parte estratégica desse processo, porque assim a prática se limita a simples reprodução do que interessa ao capital, pois lhe é subtraída a densidade que lhe aporta a teoria, logo, perde substância política e efetividade. Para o Serviço Social que se caracteriza como uma profissão interventiva esse é um aspecto fundamental.

Diante desses elementos apresentados surgem alguns questionamentos: Que lugar ocupa o Serviço Social dentro desse proces-

so de transformações societárias? De que maneira o conservadorismo se apresenta e impacta na conformação dessa profissão? Como o ideário neoliberal articula-se com o pensamento pós-moderno e quais os rebatimentos dessa relação para o Serviço Social? Que respostas profissionais têm sido empreendidas para garantir a direção social e os avanços protagonizados pela vanguarda profissional na cena contemporânea?

Inicialmente cabe referir que o conservadorismo sempre esteve presente na sociedade brasileira e, também, no âmbito do Serviço Social que, longe de uma análise endógena da profissão, articula-se com os movimentos do real e incorpora traços e dilemas para o campo profissional. Como abordado no item anterior desse livro o positivismo, o funcionalismo e a fenomenologia fundamentaram o trabalho e a formação profissional dos assistentes sociais até a década de 1980 quando o Serviço Social rompeu, ainda que não totalmente, com suas bases tradicionais.

Dito isso, ainda que se tenha observado avanços substantivos que garantiram a maturação acadêmico-profissional do Serviço Social no diálogo com o marxismo, as outras correntes do pensamento nunca estiveram totalmente extintas da constituição do Serviço Social brasileiro. Dessa forma, em contextos históricos favoráveis, como é o caso do momento atual, essas correntes do pensamento são retomadas por alguns segmentos dessa profissão voltando a disputar a hegemonia e o projeto profissional hegemônico. Barroco (2011) infere que “[...] não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização sob novas roupagens e demandas” (BARROCO, 2011, p.213).

Essa (re)ascensão do conservadorismo tem repercutido no Serviço Social, resgatando no campo profissional tendências e opções profissionais que são antagônicas ao projeto profissional construído coletivamente pela profissão. Não é surpreendente que alguns assistentes sociais sejam favoráveis a redução da maioria penal, defensores do jargão “bandido bom é bandido morto”, adeptos de práticas fiscalizatórias e punitivas que criminalizam a pobreza, coniventes e até reprodutores de práticas machistas, misóginas, lgbtfóbicas, xenofóbicas e autoritárias no exercício dessa profissão.

Da mesma forma, outras correntes do pensamento e concepções profissionais passam a coexistir com o marxismo e o projeto ético-político profissional (PEP), adentrando na arena das disputas profissionais e compondo chapas para presidir as entidades organizativas profissionais. Negar essa realidade é correr o risco de, sob o pretexto da hegemonia do marxismo no campo da formação e do trabalho profissional, erodir o projeto profissional por dentro, perdendo espaço e legitimidade às tendências teóricas e concepções que surgem no âmago da categoria profissional.

Essas ameaças ao Projeto ético-político profissional e a retomada conservadora no âmago profissional pode ser observada, por exemplo, na necessidade de “reconfiguração” ou “reforma” do Serviço Social, que tem figurado em debates e eventos científicos como é o caso da proposta de reforma do Serviço Social cunhada por Oliveira (2017). O autor elaborou um documento intitulado “23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro” onde apresenta, a partir de seu ponto de vista, a necessidade de uma reformulação do Serviço Social brasileiro. Sinalizando que o Serviço Social tem se configurado como “[...] uma profissão militante político-ideológico partidária” (OLIVEIRA, 2017, p.03) o professor destaca que o trabalho profissional vem sendo executado como “[...] uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório” (OLIVEIRA, 2017, p.03).

Ao longo do seu documento, proclamado por ele como “teses”, o autor enumera uma série de inquietações e descontentamentos com a atual concepção de Serviço Social propondo uma revisão geral da profissão, questionando desde seu objeto profissional até a hegemonia do Projeto ético-político profissional (PEP). O questionamento do objeto profissional pode ser observado quando o autor identifica o “ser humano” e não a Questão Social, por meio de suas expressões, como objeto do Serviço Social. De acordo com Oliveira (2017)

A centralidade do nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social. São eles que batem à nossa porta com a esperança de encontrarem respostas ou pelo menos uma luz para os seus problemas concretos (OLIVEIRA, 2017, p.10).

Esses elementos destacados por Oliveira (2017) introjetam no debate profissional questões que desconsideram e invalidam os avanços e concepções profissionais que são oriundos de extensos e profícuos debates no campo profissional ao longo das últimas décadas, imprimindo com radicalidade e parca fundamentação teórica a necessidade de reformulação do Serviço Social brasileiro. Essa questão pode ser facilmente observada quando o autor menciona a inviabilidade do Projeto ético-político profissional, sinalizando, inclusive, que sua defesa não é mais cabível.

A incorporação orgânica e mecânica de uma ideologia-política-partidária e de uma única matriz e programa político e de lideranças que defendem mais os seus interesses corporativos, fez essa distorção, a qual precisa ser reformada, corrigida e focada em suas origens. É urgente resgatar uma profissão que tenha simplesmente um código de ética profissional, que defenda sua identidade profissional, e não um projeto ideológico-político-partidário classista unilateral carregado de uma cultura de ressentimento e ódio aos opostos. Precisamos ser mais profissão e menos militância (OLIVEIRA, 2017, p.21-22).

Esses dois trechos, ainda que não expressem a totalidade do documento produzido por Oliveira (2017), propiciam o entendimento do caminho por ele seguido. Ainda que Oliveira (2017) adentre em polêmicas profissionais que ora versam sobre a necessidade de uma revisão completa da profissão e ora utilize de trechos da Bíblia Sagrada para fundamentar seu pensamento é possível depreender que o autor espera angariar substratos profissionais para dar continuidade às suas pretensões profissionais e construções científicas.

Embora a elaboração de Oliveira (2017) não tenha sido difundida, de fato, no debate profissional do Serviço Social, sua elaboração sinaliza a necessidade de cautela acerca das produções teóricas elaboradas por assistentes sociais e sua capacidade de difusão no meio profissional, sendo este documento um exemplo substantivo da retomada do conservadorismo no campo do Serviço Social, visto que, dentre outras defesas, o autor sinaliza a necessidade de regulamentar a realização de práticas terapêuticas por assistentes sociais, sendo essas, expressões do que se convencionou chamar de “Serviço Social clínico”. Esse fato se evidencia, por exemplo, com a realização de dois seminários científicos que versaram sobre o “Ser-

viço Social clínico” e que foram promovidos pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS), sendo sediados na cidade de Porto Alegre-RS nos anos de 2016 e 2018 respectivamente, sendo que este último, inclusive, contou com a participação de Oliveira (2017) como palestrante. Ademais, no contexto de um governo, cujas características incluem o fundamentalismo, corre-se o risco de que o solo histórico propício a esse tipo de iniciativa, incentive o seu fortalecimento.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) já se posicionou inúmeras vezes sobre a incompatibilidade dessa prática ao trabalho profissional do assistente social numa perspectiva marxista<sup>34</sup>. Por meio da Resolução nº 569, de 25 de março de 2010 o conselho se manifesta pela vedação de práticas profissionais que envolvam terapia em matéria de Serviço Social, uma vez que, tal prática não está prevista no processo de formação profissional em Serviço Social e, portanto, não pode ser reconhecida como atribuição privativa ou competência profissional do assistente social.

Diante disso concorda-se com Keller (2019) sobre o entendimento de que o contexto presente é favorável para a emersão de novas tendências profissionais que não estejam aliadas ao Projeto Ético-político profissional, não sendo recomendado ignorar essas tendências no debate profissional, visto que “[...] não podemos subestimar o poder de influência que figuras caricatas têm alcançado” (KELLER, 2019, p. 162). De acordo com Keller (2019)

A persistência do conservadorismo se renova a cada circunstância histórica, trazendo de volta os desafios que a categoria profissional já pensava ter sobrepujado e demandando novas reflexões, instrumentos e possibilidades de atuação. A realidade tem evidenciado, neste momento, que o avanço do projeto conservador no contexto de esgotamento do neodesenvolvimentismo tem grande participação de um viés religioso, que traz repercussões retrocedentes, para, não somente o enfrentamento das ditas expressões da “questão social”, mas à garantia de direitos de segmentos identitários que, ainda que transversalizados pela contradição de classes, carregam demandas particularmente autônomas (KELLER, 2019, p. 163).

---

34 A gestão do CFESS 2008-2011 chegou a elaborar documentos problematizando essa concepção de Serviço Social e sua incompatibilidade com a concepção fundada na teoria social crítica.

Outra tendência que encontra no contexto presente elementos favoráveis para seu fortalecimento é a apropriação do pensamento pós-moderno pelo Serviço Social. Conforme já mencionado anteriormente, esse pensamento se caracteriza pela urgência do imediatismo, pela intervenção irrefletida, pela aversão às análises macrossocietárias na perspectiva da totalidade.

No Serviço Social sua incorporação tem sido funcional às demandas do modo de produção capitalista, de maneira que, contribui para a elaboração de respostas rápidas e imediatas pelo profissional assistente social, reascendendo o pragmatismo no campo profissional e retomando a incorporação de teorias que mais parecem receitas de bolo, emersas no irracionalismo<sup>35</sup>. De acordo com Barroco (2015)

O irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade (BARROCO, 2015, p. 633).

Logo, sua incorporação representa a despolitização da classe trabalhadora, no qual infere que o capitalismo é o último modo de produção possível, não restando alternativas a não ser tentar humanizá-lo. A análise pessimista da realidade fragmenta o coletivo, portanto, a adoção da pós-modernidade é funcional para este modo de produção que invoca a necessária formação de sujeitos inertes e acrílicos que, conformados com a realidade posta, passam a ser massa de manobra necessária para sua reprodução<sup>36</sup>. Dessa forma

35 “O culto pós-moderno do irracionalismo combinado com a ostensiva retomada de um cientificismo neopositivista, o elogio dos sentimentos e instintos contra a razão, o pragmatismo renovado da *realpolitik*, a negação da teoria pela revigorada ofensiva daqueles que Zizek batizou de “agnósticos da *new age*”, e, principalmente, o brutal anticomunismo, o cínico preconceito de classe contra os trabalhadores e sua mais sofisticada e sutil, mas nem por isso menos brutal, expressão acadêmica na tese do “fim do mundo do trabalho” e a sua suposta impropriedade do conceito de classe social como instrumento explicativo da sociedade contemporânea, nos alertam que os cadáveres enterrados na Itália e Alemanha tiveram tempo de liberar sua alma” (IASI, 2009, p.17, grifos do autor).

36 “[...] tanto devido ao encerramento no fragmento, nas relações microscópicas, nas singularidades, quanto à recusa da vigência dos sujeitos classistas e suas lutas, da efetividade dos antagonismos estruturais, da persistência das legalidades histórico-estruturais do sistema do capital. A “individualização e a despolitização” das relações sociais, se sabe, são componentes fulcrais do conservadorismo” (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 178).

*“o que tem favorecido o novo padrão de acumulação é o clima de “vazio ideológico” expresso na ausência de um projeto societário que se oponha a ele”* (SANTOS, 2007, p.27, grifos da autora). Santos (2007) associa a pós-modernidade como expressão ideológica do capitalismo tardio ao neoconservadorismo, tornando-os expressões de uma mesma tendência, ou seja, partindo desse pressuposto,

[...] a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto ético-político-profissional (SANTOS, 2007, p.110-111).

Nessa perspectiva a aproximação da pós-modernidade com o Serviço Social pode sinalizar um retrocesso do ponto de vista do processo de amadurecimento e acúmulo teórico numa perspectiva dialético-crítica perquiridas na apropriação do marxismo pela categoria profissional. Ao descredibilizar as teorias macrosocietárias esse pensamento refuta a perspectiva marxiana de análise e intervenção na realidade, sendo, portanto, incompatível com o Projeto Ético-Político profissional, fundamentado no pensamento marxiano, cuja direção social aponta para a necessidade de superação do modo de produção capitalista. Moljo e Silva (2018) ressaltam que essa relação com o Serviço Social tem importantes consequências, dentre elas,

[...] o culto logicista do momento presente, o fim das transformações universais, a negação de qualquer discurso emancipatório/libertador, a defesa do único, do peculiar e da subjetividade, a ênfase nos discursos e nas linguagens dos sujeitos individuais, a absoluta ausência de lutas permeadas pela classe social e a clara ênfase em identidades múltiplas que desembocam na defesa do ecletismo em nome da liberdade do indivíduo e do “pluralismo”, como conciliação ou convivência dos irreconciliáveis (MOLJO; SILVA, 2018, p.138-139).



Nesse sentido é importante diferenciar pluralismo de ecletismo. O debate sobre pluralismo surge com a ascensão da burguesia e da valorização de um individualismo exacerbado que está na base da concepção liberal de mundo (FORTI, 2017). Hoje seu debate vem sendo retomado para justificar o que Lefebvre (1991) chama de sopa metodológica, ou seja, a articulação indiscriminada de métodos diversos e contrapostos para análise e explicação do real. O ecletismo propõe uma aparente harmonia filosófica, daí o seu caráter consensual. De uma maneira geral, afirma Rocha (2005), o ecletismo não pode ser, simplesmente resumido a um sistema falho e frágil que mistura ideias variadas e mesmo opostas, precisa ser reconhecido como uma análise arbitrária da realidade, porque pautada numa visão subjetivista que toma como base a retórica e a aparência da verdade, mistificando a apreensão do real a partir de uma falsa conciliação de ideias (ROCHA, 2005) Nas palavras de Haguette (1991, p.119) , o ecletismo “se destrói a si mesmo. Ele não existe logicamente, ele é um posicionamento coerente que ignora o fio condutor da construção de sua coerência” (PRATES, 2018).

Partindo do entendimento que o conservadorismo tem se espalhado pelo Serviço Social, retomando uma relação já estabelecida na gênese dessa profissão e que a acompanhou ao longo de sua trajetória histórica retoma-se o questionamento já formulado: como o Serviço Social tem respondido à invasão neoconservadora? Uma possível resposta para essa pergunta está na construção coletiva do Projeto Ético-político profissional.

Ainda que já se tenha esboçado as primeiras relações da construção desse projeto profissional no item anterior dessa obra, cabe situar que este é caudatário de um amplo processo de reorganização e maturação coletiva do Serviço Social, cujo ponto de partida é o movimento de reconceitualização, já amplamente discutido nesse livro.

Levando em consideração que essa profissão tem menos de cem anos de história no Brasil são notórias as diferentes manifestações que a conformaram ao longo de sua trajetória histórica. Dentre as mudanças importantes mais recentes, destaca-se a construção do Projeto Ético-Político da profissão. Este projeto, fortemente discutido na segunda metade da década de 1990, trata

acerca da direção social e política da profissão. De acordo com Netto (2008),

Esquemáticamente, esse projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2008, p. 155, grifos do autor).

O Projeto Ético-Político (PEP) aponta para a tomada de posição assumida pela categoria profissional a partir da década de 1990, fundamentada na teoria marxiana e atrelada às lutas ampliadas da classe trabalhadora. Esse Projeto profissional, atrelado à matriz teórica hegemônica, defende a autonomia dos sujeitos, suas potencialidades, suas particularidades e sua condição de sujeitos de direitos. A defesa desses pressupostos se contrapõe ao modelo societário em vigência que, a partir das políticas de recorte neoliberal vem ocasionando o desmonte das políticas sociais e, logo, das garantias legais previstas pela Constituição, além de fragilizar a condição dos trabalhadores por meio da perda de direitos e garantias trabalhistas.

Esta década também demarca, a partir do avanço das legislações profissionais já mencionadas, que o Serviço Social se encontra, enquanto profissão, em um patamar onde a categoria profissional, ainda que não de maneira homogênea, tem clareza da direção social almejada, com vistas à superação desse sistema que explora e exclui os sujeitos que constroem a história da humanidade, fazendo sua opção de classe e inserindo-se na luta por uma nova ordem societária.

Cabe enfatizar que, ainda que esse projeto não esteja sistematizado em forma de documento ele incorpora como fundamento os princípios e construções que constam no Código de ética profissional, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Abramides

(2019) situa que sua construção encontrou nas experiências democratizantes do final dos anos 1970 e 1980 terreno fértil para sua elaboração. De acordo com a autora,

A experiência sócio-histórica do final dos anos 1970 e 1980, de mobilizações e lutas sociais, estabeleceu a base para a opção sociopolítica do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo pelo reconhecimento das assistentes sociais como trabalhadoras assalariadas, dos usuários dos serviços sociais como sujeitos de classe, do compromisso profissional com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, da necessária articulação entre projeto profissional e projeto societário emancipatório, o que lhe confere um estatuto ontológico. O projeto profissional de ruptura sustenta, no legado marxiano e na tradição marxista, sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de superação da sociedade capitalista de exploração, discriminação e opressão de classe que se configura em sua **direção sociopolítica estratégica** (ABRAMIDES, 2019, p. 81, grifos da autora).

Arelado a um momento histórico favorável cuja ânsia pela democracia e pelo fortalecimento dos movimentos populares e coletivos imperava, na pauta pela garantia dos direitos sociais e na ampla participação da população nos espaços de deliberação e decisão esse projeto profissional demarcou a “virada da chave” no Serviço Social acerca de sua conformação conservadora. Esse projeto profissional passou a expressar a necessidade de, vinculado à um projeto societário radical, superar o modo de produção capitalista, sem exploração de classe, dominação ou exclusão social.

Seja por meio dos princípios fundamentais do código de ética profissional que reiteram o processo de construção de uma nova ordem societária, seja através da necessidade de uma formação profissional sólida, fundamentada na teoria social crítica, ou seja no compromisso profissional dos assistentes sociais atuarem a partir dos interesses e em conjunto com as lutas da classe trabalhadora, esse projeto passou a ser um compromisso irrefutável, inadiável e inegociável.

Vasconcelos (2016) refere que o Projeto ético-político profissional fundamentado na teoria social crítica de Marx é o único projeto profissional que, articulado à um projeto societário de cariz emancipatório, é radical na necessidade urgente da construção de outra ordem societária. A autora refere que

[...] o projeto que se constitui com influência da tradição marxista, quando tomado como referência pelos profissionais na sua radicalidade, é o único projeto, no âmbito da categoria, que se propõe a enfrentar substancialmente práticas conservadoras, iluminar um exercício profissional anticapitalista e, assim, trazer, contribuições efetivas a processos de ruptura e emancipatórios (VASCONCELOS, 2016, p. 293).

Além do mais, esse projeto profissional tem a proposta da vinculação orgânica com a classe trabalhadora, por meio da articulação coletiva com os movimentos e lutas sociais. Logo, imprime o compromisso permanente da categoria profissional na luta pela ampliação dos direitos sociais ao assumir bandeiras de luta que reconheçam a diversidade humana sem desconsiderar a luta de classes que coloca a classe trabalhadora numa perspectiva antagônica da classe burguesa e cujos interesses distintos se colocam em permanente conflito.

No contexto presente em que as forças sociais estão em permanente disputa e que tem corroborado para o desmonte gradativo dos direitos sociais conquistados legitimamente pela classe trabalhadora os assistentes sociais, cuja filiação se vincule ao projeto profissional fundamentado na tradição marxista, tem o dever de fazer a defesa permanente desses direitos<sup>37</sup>. Acerca disso, Silva (2015) refere que

[...] para os que se identificam com o que se convencionou denominar Projeto ético-Político Profissional, edificado ao longo dos anos 1980 e 1990, cabe uma dupla tarefa contraditória nos dias atuais: *afirmar e defender direitos em uma sociedade que os restringe continuamente, tendo a clareza de que essa empreitada não realizará as tarefas grandiosas de superação da ordem do capital (e esse é um aspecto importante, embora pareça óbvio imediatamente)*. A defesa de direitos hoje se identifica, necessariamente, como uma orientação *anticapitalista*, e esse debate crítico deve ser também

---

37 “A defesa dos direitos inscreve-se como meio para garantia da emancipação política em um país com particular trajetória sócio-histórica, na qual este grau de emancipação sempre foi expressivamente débil; e em um contexto mundial, marcado pela crise do capital, no qual, por um lado, é cada vez mãos difícil haver reformas e, por outro lado, a regressão das conquistas civilizatórias tem se tornado fato. A defesa dos direitos como um dos princípios que atravessa o projeto profissional hegemônico, e emoldura a autoimagem profissional, não pode ser hoje mais necessária e urgente, uma vez que consiste no passo preliminar para o que, em última análise, o projeto ético-político profissional garante centralidade- a liberdade e suas exigências correlatas: “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CRESS, 2005, p. 16) (ORTIZ, 2010, p.218, grifos da autora).

Longe de uma tentativa de humanizar o modo de produção capitalista colocando a defesa de direitos como suficiente, esse projeto mantém seu caráter radical. Portanto, enfrenta entraves em sua consolidação uma vez que é diametralmente oposto ao conjunto de valores e concepções do sistema capitalista. Dessa forma, o Projeto Ético-Político profissional é caudatário de um amplo processo de reflexão, revisão e superação dos traços conservadores no campo profissional, colocando-se na contracorrente das amarras capitalistas.

Em um contexto de regressão que escancara e agudiza as desigualdades, em que a diversidade humana é relegada à ferro e fogo em nome da “família tradicional”, em que as lutas sociais são esmaecidas diante da perversidade do capital, em que as teorias macro-societárias são descaracterizadas ao passo que teorias imediatistas e fragmentadas ganham corpus o projeto profissional hegemônico do Serviço Social urge como necessário. Afinal, a categoria dos assistentes sociais é uma das poucas que tem se posicionamento firmemente contra as regressões no campo dos direitos e diante dos atropelos empreendidos à diversidade humana.

Entende-se que, sua difusão não é homogênea, visto que outros projetos profissionais permanecem na arena de disputas, tensionando e questionando sua viabilidade, no qual abordou-se algumas tendências nesse livro, mas faz-se inegociável diante da barbárie provocada pelo capital que arruína corpos e mentes no compromisso de garantir sua manutenção, ainda que não sobre “pedra sob pedra”. O **pesquisador B** sinaliza que,

O projeto ético político é patrimônio da categoria profissional. Foi construído democraticamente com a participação de acadêmicos, profissionais, estudantes de Serviço Social, isso vale também para as diretrizes curriculares. E a representação daquilo que escolhemos, desenhamos como queríamos ser identificados e como a profissão trabalharia no contexto do nosso país. Esse desenho partiu de uma avaliação do processo de formação e de trabalho construído desde sua legalização como profissão. Nesse processo, foi importante avaliar os impactos da formação pautada em outras teorias e da necessidade de redesenhar o processo a partir do aprofundamento do pensamento crítico. A defesa do projeto deve ser pauta

de todos os movimentos das Entidades da categoria e de docentes/discentes/profissionais que reconhecem no projeto a possibilidade concreta do Serviço Social enquanto profissão intervir na realidade, questionando-a e provocando ampliação de direitos sociais, pautas que são definições éticas que nos impõem a legislação que hoje regula a profissão (PESQUISADOR B).

Partindo desse pressuposto pode-se depreender que sua defesa se articula com as definições éticas e legais que orientam a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais, contudo, mais do que isso, é assumir um lado na luta de classes, visto que sua conformação imprime valores e concepções antagônicas ao modo de produção capitalista e, portanto, incompatível com sua sociabilidade. Netto (2008) ao reconhecer que o contexto presente é fortemente desafiador para a consolidação do Projeto Ético-político também sinaliza que este tem futuro, pois “aponta precisamente ao combate-ético, teórico ideológico, político e prático-social- ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 2008, p. 158).

O Serviço Social tem cumprido seu papel, tem se posicionado contra os desmontes, tem ido às ruas, tem se articulado com movimentos sociais e as lutas sociais, tem produzido conhecimento crítico que desvenda os nós contraditórios desse modo de produção, sinalizando a necessidade e a construção de estratégias coletivas para sua superação. Tem resistido, organizando eventos, produzido documentos, mesmo que com os poucos recursos destinados à área, tem tecido a crítica e convidado as outras correntes de pensamento e áreas do conhecimento para o debate. Como alerta Barroco (2015),

Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas (BARROCO, 2015, p. 634-635).

O compromisso está posto, bem como os desafios que acompanham sua permanente consolidação e reafirmação. Produzir conhecimento sobre essa realidade também é uma forma de resistir a ela, de apontar os caminhos para a reflexão e convidar para a construção das estratégias de seu enfrentamento que devem, necessariamente, ser coletivas. Outro fator que influencia radicalmente na sua defesa diz respeito ao aperfeiçoamento intelectual dos assistentes sociais, como refere Netto (2008), que perpassa pelo seu processo de formação profissional e de formação continuada que, atualmente, tem abarcado os desafios já enunciados nesse item e que impactam na (des)caracterização do projeto de formação profissional fundamentado na teoria social crítica de Marx, sendo essa discussão tecida no próximo item dessa obra.

### **“Juntos somos infinitos!”: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como constructo coletivo da categoria profissional**

*O Serviço Social, em sua prática, dispõe de condições potencialmente privilegiadas, pela proximidade que tem ao dia a dia das classes subalternas, de recriar aquela prática profissional nos rumos aventados, exigindo que a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam-se assim o desejarem- contribuir, de mãos dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos (IAMAMOTO, 2009, p. 200).*

Conforme já destacado no item anterior dessa produção, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS fundamentam, juntamente com o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão o Projeto Ético-político profissional, embora o projeto não se limite aos documentos. O título desse item “juntos somos infinitos” denota o esforço coletivo que culminou no que hoje entende-se por projeto de formação profissional gestado e conduzido pela ABEPSS em conjunto com as unidades de ensino.

No entanto, embora apreendido como produto de profícuos debates e contando com a participação de diferentes sujeitos que compõem a categoria profissional do Serviço Social o projeto de formação profissional, ao qual o autor desse livro se filia, ainda que hegemônico, não é homogêneo entre as instituições que ofertam o curso de Serviço Social.

Da mesma forma que o Projeto Ético-Político profissional se encontra permeado de tensões, o projeto de formação profissional da ABEPSS, por meio das Diretrizes Curriculares elaboradas em 1996, vem sofrendo com a precarização da educação superior<sup>38</sup> e o desmonte das Universidades Públicas<sup>39</sup>, prejudicando sua ampla difusão no Serviço Social. Outro elemento que infere no processo de afirmação destas diretrizes diz respeito ao avanço do neoconservadorismo no campo do Serviço Social, elemento este já problematizado no item anterior dessa obra.

Atendendo ao compromisso assumido pelo autor ao longo do processo de formação profissional e na tentativa de contribuir para o preenchimento de uma lacuna no campo da produção científica do Serviço Social sobre a temática, cujos resultados podem ser vistos no início desse livro, entende-se como primordial dar visibilidade a discussão da formação profissional em Serviço Social no contexto presente.

Para dar visibilidade a esse cenário é importante pontuar que a partir das transformações societárias ocorridas nas últimas décadas novos contornos foram assumidos pelo Serviço Social<sup>40</sup>, reivindicando, por sua vez, novas estratégias profissionais e atualização permanente das discussões formuladas no campo da formação profissional.

Essa mudança pode ser percebida com a elaboração do Currículo Mínimo de 1982, resultante do processo de maturação dos debates ocorridos no âmbito da categoria profissional, no qual se destacam os frutos do Movimento de Reconceituação e do Congresso da Virada de 1979 que levaram em consideração as novas exigências impostas ou aportadas à agenda do Serviço Social. A importância desse currículo é citada pelo **Pesquisador D:**

No currículo de 82 havia já um traço avançado e crítico, que trouxe a politização para a formação, inclui a profissão na sociedade e nas suas lutas. Porém, deixou de lado a especificidade profissional, lan-

---

38 Discussão aprofundada no item 3.1 da tese intitulado “Tudo se compra, tudo se vende”: a educação superior sob o prisma do mercado”.

39 Discussão aprofundada no item 3.2 da tese intitulado “A Universidade da Balbúrdia”: a decadência da Universidade enquanto Instituição Social”.

40 Conforme já demonstrado no item 2.1 dessa tese intitulado “O pulo do gato”: o movimento de reconceituação e o “Congresso da Virada” como expressão da organização coletiva da categoria profissional”.



cando para o lado a dimensão técnica da profissão como sinônimo de herança positivista da profissão (PESQUISADOR D).

O Currículo de 1982 avança na discussão da inserção do Serviço Social em uma realidade contraditória, como um esforço de superar lacunas no campo da formação profissional. Esse processo introjetou nas unidades de ensino a necessidade de adequar a formação profissional, por meio da composição curricular a estes “novos tempos”. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujo curso de Serviço Social é pioneiro no Brasil esse esforço é explicitado por Yazbek (1984) ao sinalizar que

[...] elaborou-se uma proposta de estrutura curricular que refletisse a tentativa de romper com a perspectiva de análise predominante no Serviço Social, cuja visão a-classista e a-histórica considerava o indivíduo como ser isolado, desvinculando do conjunto das relações sociais, e que superasse a fragilidade da reflexão teórica sobre o fazer profissional, que marca historicamente o Serviço Social (YAZBEK, 1984, p. 34-35).

Esse esforço remete à necessária vinculação da profissão com a classe trabalhadora, com vistas a superar a pretensa neutralidade fortemente presente no Serviço Social e a redução do sujeito a um indivíduo desconectado de um contexto social mais amplo. O contexto histórico da década de 1980 foi favorável a esse processo por conta dos esforços empreendidos no processo de redemocratização e do fortalecimento dos movimentos sociais populares em conjunto com o processo de maturação da categoria profissional dos assistentes sociais. Conforme Barroco (2006) “O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional” (BARROCO, 2006, p. 170).

A década de 1990 adentra no cenário brasileiro trazendo consigo as aproximações com o receituário neoliberal, impactando nas conquistas que recém haviam sido formalizadas com a Constituição Federal de 1988. Sob a égide da privatização e calcado em valores como o individualismo a nova década já sinalizou uma ameaça para as conquistas recentes no campo do Serviço Social. Se na década de

1980 o contexto histórico-social foi favorável para as lutas coletivas os anos seguintes fizeram front aos avanços germinados.

No entanto, embora o contexto histórico sinalizasse perdas significativas no campo dos direitos sociais para o Serviço Social a década de 1990 foi consideravelmente promissora do ponto de vista do processo de maturação profissional<sup>41</sup>. A formulação do Código de Ética Profissional de 1993, a nova Lei de Regulamentação da profissão também de 1993 e, por fim, a construção do novo currículo organizado a partir de Diretrizes Curriculares pela ABEPSS em 1996 vão materializar conquistas profissionais que perduram até a contemporaneidade.

Em 1996 tem-se ainda a elaboração da nova Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional (LEI nº 9.394/96) trazendo uma série de formulações e prerrogativas no campo da educação superior e já sinalizando o caráter privatista que se encontrava em curso no país. A LDB já apresentava, por exemplo, a possibilidade do ensino a distância nos cursos de educação superior, o que posteriormente impactou diretamente no Serviço Social.

Neste mesmo ano oficializa-se em forma de documento as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que formulam o projeto de formação profissional sob a vertente da teoria social crítica de Marx. Considerado um marco para a categoria profissional dos assistentes sociais, este documento é fruto de intensas articulações coletivas, cujos debates foram realizados, conjuntamente, pelos diversos atores do Serviço Social brasileiro. “Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais” (ABEPSS, 1996, p. 03).

Essas diretrizes curriculares denotam o esforço profissional de vinculação do Serviço Social a um projeto societário de cariz emancipatório, comprometido com a classe trabalhadora e radicalmente oposto ao projeto capitalista de sociedade, buscando afinar-se

---

41 “Esse quadro de maturação profissional- coroando esforços coletivos e a que não é estranha a politização progressista da vanguarda da categoria, evidente no ocaso da ditadura militar instaurada em 1964- tem seu marco mais saliente na contribuição oferecida pelos assistentes sociais quando dos debates, na entrada da década de noventa, para a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), processo no qual, por meio de suas entidades representativas e de alguns de seus investigadores mais operosos, a categoria profissional ofereceu um ponderável aporte à sociedade brasileira” (NETTO, 1996, p.108).

com a teoria social crítica de Marx como fundamento para a formação e trabalho profissional do assistente social. No entanto, sua formulação e aprovação não foi imune de disputas internas pela defesa de projetos antagônicos, como sinaliza o **Pesquisador B**

É importante ressaltar que o projeto da ABEPSS foi produto de uma disputa entre diversas propostas e que também nesse período havia docentes, profissionais que contrapunham a formação crítica, filiados a projetos psicologizantes e pragmáticos da intervenção profissional. Portanto, a disputa faz parte do cotidiano da formação profissional (PESQUISADOR B).

Logo, as disputas pela hegemonia no âmago da profissão denotam que os tensionamentos se perpetuam, não havendo homogeneidade no campo do Serviço Social. Portanto, se reitera a necessidade de produções científicas que revigorem e difundam as conquistas históricas indispensáveis para a consolidação da formação profissional sob o marco da teoria social crítica e vinculado à um projeto societário de ruptura com a ordem vigente.

Da mesma forma que o Código de Ética Profissional de 1993 foi uma revisão de alguns pressupostos presentes no Código de Ética de 1986 e da incorporação de novos elementos, as novas diretrizes buscaram superar algumas lacunas e equívocos constantes no Currículo de 1982, trazendo elementos que estavam em efervescência no âmago da categoria profissional. De acordo com Cardoso, Granermann, Behring e Almeida (1997)

Os processos de revisão dos currículos plenos, de fins dos anos 80 e início dos 90, estiveram atentos aos limites do currículo de 1982 e procuraram engendrar novos caminhos que repercutiram nos debates recentes da revisão curricular, muitas vezes como polêmicas. É o caso da proposição da política social como núcleo básico. Ainda que esta perspectiva identificasse componentes e mediações essenciais da ação profissional, esteve distante de configurar o componente essencial que na realidade demanda esta especialização do trabalho coletivo, do que decorre seu caráter restritivo como núcleo básico, mesmo que a política social seja um eixo importantíssimo e complementar ao que está centro proposto (CARDOSO; GRANERMANN; BEHRING; ALMEIDA, 1997, p. 21).

Os esforços empreendidos nesse processo de revisão sinalizaram a centralidade da Questão Social como eixo articulador<sup>42</sup> do processo de formação profissional. Partindo do entendimento que ela é objeto de trabalho do Serviço Social fez-se necessário atribuir-lhe destaque nas discussões apresentadas pelos componentes curriculares dos cursos de Serviço Social. Superando polêmicas apresentadas anteriormente acerca do objeto da profissão o debate da Questão Social passou a vigorar com centralidade no documento produzido pela ABEPSS.

Para Cardoso (2000) a centralidade da categoria Questão Social no processo de formação profissional em Serviço Social foi indispensável, especialmente considerando as alterações no mundo do trabalho que transformaram e agudizaram as relações de trabalho ocasionando novas demandas para o trabalho profissional do assistente social, tendo em vista sua inserção no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social e, por sua vez, a necessidade de novas respostas profissionais frente a esse novo cenário<sup>43</sup>.

A determinação da Questão Social enquanto eixo articulador do currículo é imprescindível, uma vez que, essa mesma Questão Social produz, enquanto resultante do conflito entre capital e trabalho, desigualdades sociais, (manifestas em múltiplas expressões e determinações) da mesma forma que possibilita a construção de respostas coletivas por meio de resistências, dentre as quais, a organização política da classe trabalhadora para o seu enfrentamento.

---

42 “A proposta curricular da Abepss organiza-se em eixos formativos: estruturantes e transversais. Os eixos estruturantes são considerados aqueles fundamentais, os pilares da formação, que devem dar a direção e a sustentação teórica, ética e política do processo formativo. Traduzem questões próprias do modo de produção capitalista, a produção e reprodução das relações sociais e a sociabilidade burguesa como forma de construir um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração a vida social e as contradições presentes na realidade. Os eixos transversais favorecem a interdisciplinaridade, buscando integrar temas deixados à margem do processo educacional. Possibilitam o acesso a saberes específicos, não ficando restritos a um ou outro componente curricular. São transversais porque pretendem desenvolver conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como está explicado nas direções constitutivas do exercício e da formação profissional: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo” (PORTES; PORTES, 2017, p.218, grifos das autoras).

43 “A partir dessa compreensão é que a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a gênese das sequelas inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas manifestações e expressões concretas na realidade social, particularmente a exclusão social; as estratégias de seu enfrentamento articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado neste processo; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao Serviço Social para seu desvelamento e processo de trabalho” (CARDOSO, et.al, 1997, p.26, grifos das autoras).

Para Yamamoto (2001), Questão Social é desigualdade, mas também rebeldia, [...] por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2001, p. 28).

Para o Serviço Social a questão social, por ser seu objeto de trabalho, assume a razão de existência dessa profissão, uma vez que, o Serviço Social nasce com o intento de intervir frente aos resultados desse conflito existente entre capital, representado pela burguesia e trabalho, representado pela classe trabalhadora. Conforme Yamamoto e Carvalho (2011, p.77)

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Para além da questão social, o projeto de formação profissional que culminou na elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS estabeleceu uma série de conteúdos básicos que deveriam constar nos currículos dos cursos de Serviço Social. Organizados por meio de matérias básicas estes conteúdos deveriam ser ofertados não apenas na forma de disciplinas, mas também por meio de oficinas, seminários temáticos, laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares, de forma a trazer mais dinamicidade para a formação profissional, superando a lógica conteudista e privilegiando a mediação teórico-prática<sup>44</sup> (ABEPSS, 1996).

Ressalta-se, contudo, que a mediação teórico-prática em que pese o lugar privilegiado nessas disciplinas e espaços de formação precisam ser articuladas em todas as disciplinas, especialmente numa área fundamentada na tradição marxista que não separa teoria de prática. A mediação teórico-prática possibilita que os estudantes de Serviço Social possam fazer articulações com o trabalho profis-

---

44 As Diretrizes Curriculares da ABEPSS sinalizam as seguintes matérias básicas que devem estar presentes no processo de formação profissional: Sociologia; Ciência Política; Economia Política; Psicologia; Filosofia; Antropologia; Formação sócio-histórica do Brasil; Direito; Política Social; Acumulação capitalista e desigualdades sociais; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social; Processo de Trabalho do Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional (ABEPSS, 1996).

sional no decorrer do curso, não sendo adequado privilegiar essa relação apenas quando estiverem inseridos no processo de estágio supervisionado em Serviço Social.

Outro aspecto inaugurado pela formulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS foi a criação dos **núcleos de fundamentação** constitutivos da formação profissional, estabelecendo um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a formação profissional, que podem ser visualizados no quadro ao lado:

Quadro 4 - Núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional em Serviço Social

Núcleos de fundamentação		
Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica brasileira	Núcleo de fundamentos do trabalho profissional <sup>45</sup>
<p>Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...] Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.</p>	<p>Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.</p>	<p>O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sob a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho- instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho.[...] Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.</p>

Fonte: Informações sistematizadas pelo pesquisador a partir de ABEPSS (1996, p. 10-14).

45 O núcleo de fundamentos do trabalho profissional sofre alterações importantes nas Diretrizes de 1999, de modo que este “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei” (MEC, 1999, p. 4).

Os núcleos de fundamentação são um marco importante e inédito na organização curricular do Serviço Social, sinalizando aspectos interrelacionados de discussões que devem perpassar a formação profissional em Serviço Social sem privilegiar ou estabelecer critérios de relevância de maior ou menor grau entre os conteúdos necessários à uma formação profissional com rigoroso trato teórico-metodológico. Pelo contrário, sua fundação sinaliza a indissociabilidade entre os diversos conhecimentos que são basilares para uma formação profissional qualificada. Nesse sentido “[...] os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 09).

Partindo do pressuposto que o tema desse livro aprofunda a formação profissional em Serviço Social a partir de suas múltiplas determinações e condicionantes e com o intuito de buscar responder o objetivo geral da pesquisa que originou a tese: ***“Analisar os aspectos concernentes à Formação Profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de reordenamento da educação superior para compreender os processos totalizantes que a conformam e de que modo contemplam as diretrizes curriculares da ABEPSS, no intuito de contribuir com a sua reafirmação”*** foi realizada uma pesquisa documental em 12 cursos de Serviço Social pertencentes as 06 regiões da ABEPSS, sendo 06 de natureza pública e 06 de natureza privada, sendo que todos ofertam o curso na modalidade presencial de ensino.

Para tanto, foi realizada análise dos Projetos Político-pedagógicos dos cursos participantes da pesquisa, buscando identificar aspectos como perfil do egresso, os fundamentos teóricos adotados, a relação e o compromisso com o projeto de formação construído pela ABEPSS e a abordagem da teoria social crítica de Marx no processo de formação profissional.

Após a análise dos dados, foi possível depreender que, embora alguns cursos sinalizem a incorporação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no processo de formulação de seus Projetos Político-pedagógicos o que se observou foi uma inconsistência entre a menção ao documento produzido pela ABEPSS e as definições



adotadas pelas instituições no entendimento da formação profissional em Serviço Social. Isso pode ser observado na definição do eixo articulador do currículo da **Instituição A**, onde essa sinaliza “[...] a *prática como eixo estruturante do currículo*, abordada em diferentes disciplinas e modalidades em todos os semestres do curso” (INSTITUIÇÃO A, 2016, p. 42, grifos nossos).

Nesta instituição, ao contrário do que estipula as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que determina a centralidade da questão social como eixo articulador que deve perpassar a matriz curricular, coloca-se a prática, que aqui pode ser entendida como sinônimo de trabalho profissional, como eixo estruturante do currículo. Partindo desse pressuposto é possível compreender que o curso de Serviço Social privilegia a dimensão técnico-operativa no processo de formação profissional em detrimento das demais dimensões. Calcado na “formação por competências” o referido curso destaca a importância da criação e fortalecimento do perfil profissional que esteja apto a responder as novas demandas oriundas do mercado. Essa questão pode ser observada na definição do objetivo geral do curso:

Concretizar o compromisso social da academia através da formação de um/a profissional cidadão/ã competente com **mentalidade empreendedor**a através de práticas emancipatórias visando à construção de uma sociedade mais solidária com vistas a realizar uma intervenção profissional qualificada e alicerçada em pressupostos éticos e humanos (INSTITUIÇÃO A, 2016, p.39, grifos nossos).

O pragmatismo e a formação para o mercado de trabalho são uns dos desafios presentes para o Serviço Social. Embora o mercado de trabalho assuma uma posição relevante na conformação da profissão haja vista sua constante mutabilidade e exigência de novas respostas profissionais a formação profissional não pode estar atrelada apenas a este fim. Iamamoto (2009) analisa essa relação no processo de formação profissional ao afirmar que

Essa não se confunde com a mera adequação da formação às exigências do mercado numa perspectiva instrumental, subordinando a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado, erigido como *fetich*e pelo pensamento liberal reeditado hoje nas versões neoliberais das políticas oficiais do Estado, preconizadas pelos organismos internacionais. A articulação proposta passa por outras

considerações: a exigência de uma formação profissional *sintonizada* com o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, dotada de um *distanciamento crítico* do mesmo (IAMAMOTO, 2009, p. 171, grifos da autora).

Outro ponto observado na análise dos Projetos Político-pedagógicos diz respeito ao cumprimento das matérias consideradas básicas que destacam conhecimentos que, articulados entre si a partir de múltiplas áreas do conhecimento, habilitam o assistente social a intervir na realidade e produzir conhecimento sobre ela.

Dos 12 cursos participantes da pesquisa, metade deles (06 cursos de um total de 12) são filiados à ABEPSS. Esse dado acaba refletindo na formulação dos PPP's, haja vista que metade dos cursos sinalizam a adequação dos currículos em conformidade com a ABEPSS e a outra metade não menciona o documento produzido pela associação ao longo do PPP, citando apenas a formulação do PPP do curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC em 2002 através da Resolução CNE/CES nº15, de 13 de março de 2002.

Esse dado vai impactar, consequentemente, no direcionamento dado à formação profissional em Serviço Social pelos cursos, uma vez que ao não incorporar as sugestões da ABEPSS tem-se outras concepções sobre a formação profissional. Essa questão pode ser observada na concepção de curso elaborada pela Instituição A:

A concepção do curso origina-se na ideia de que o meio acadêmico é um espaço cujo **compromisso social é expresso na formação de profissionais competentes para trabalhar junto às problemáticas sociais atuais**. Nessa perspectiva, acredita-se que a formação profissional deve buscar a formação de um/a cidadão/ã trabalhador/a (INSTITUIÇÃO A, 2016, p. 30, grifos nossos).

Nesse curso é possível perceber o obscurecimento da questão social, retomando questões já superadas pela profissão como a equivalência da questão social à noção de problemas e problemáticas sociais. Iamamoto (2001) sinaliza o equívoco de reduzir a questão social a essa noção ao referir que

corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabili-

de por suas dificuldades. Deriva na ótica dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 18, grifos da autora).

Essa análise reducionista da questão social retomando a noção de problemas sociais se encontra favorável no contexto presente a partir da incorporação dos valores individualizantes por meio do flerte do Estado com os valores neoliberais. Dessa forma, retoma-se a culpabilização dos sujeitos pela condição de vida que se encontram, bem como, pelas alternativas de superação também de cunho individual no tocante a pobreza e violação de direitos. Torna-se comum a noção de empreendedores, autônomos, autossuficientes e líderes de si mesmo como concretização desse processo, negando aos sujeitos as respostas coletivas e mediadas pela ação do Estado.

Outro elemento que pode ser depreendido a partir da análise dos PPP's dos cursos diz respeito a **concepção de Serviço Social** defendida pelas unidades de ensino. Dos 12 cursos participantes da pesquisa 07 deles identificam o Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, de caráter especializado. Ainda que com algumas particularidades nas definições reitera o entendimento já expressado por Iamamoto e Carvalho (2011) ao “[...]compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.77). Na sequência 02 cursos definem o Serviço Social como curso superior, cujo propósito deve ser a formação qualificada de assistentes sociais para trabalhar junto as expressões da questão social e, por fim, 03 cursos que não elaboram uma definição de Serviço Social ao longo do PPP.

Ainda que o entendimento do Serviço Social como profissão de caráter especializado e interventivo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e a concepção de Serviço Social como curso superior responsável pela formação profissional dos assistentes sociais esteja correto chama-se a atenção para o fato de que **apenas 01 Instituição participante sinalizou o entendimento do Serviço Social, também, como área do conhecimento.**

Esse dado chama a atenção pelo fato de, após a introdução do Serviço Social no espaço universitário, especialmente na formação da pós-graduação, da inserção pelo CNPq como área do conhecimento pertencente as ciências sociais aplicadas e reconhecimento da CAPES<sup>46</sup> que o Serviço Social passou a concorrer a editais de pesquisa, sendo reconhecido como importante produtor do conhecimento. Netto (1996) já destacava nos anos 1990 os avanços significativos do Serviço Social no campo da produção científica, com periódicos próprios e apto a receber recursos das agências de fomento. O autor refere que

alargou-se a demanda, pelo exterior, da presença de profissionais brasileiros em ações de formação e eventos acadêmicos e seus textos encontraram divulgação além-fronteiras [...] abriu-se a amplo diálogo interdisciplinar, promovendo a interlocução com importantes teóricos e intelectuais do país e do exterior (NETTO, 1996, p.107).

Da mesma forma Sposati (2007) analisa que o fortalecimento da produção acadêmica vigorou com a interlocução com outras áreas do conhecimento, sinalizando o processo de maturação acadêmico-profissional almejado pela categoria profissional. Dessa forma, “Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico dessa ‘nova’ perspectiva de análise do real” (SPOSATI, 2007, p.18).

Mota (2013), por sua vez, destaca que há uma relação de complementaridade entre o trabalho profissional e a produção de conhecimento por parte do Serviço Social, fundamentada, inclusive, na mediação teórico-prática

[...] desconhecer a configuração do Serviço Social como área do conhecimento e a sua contribuição no âmbito das ideologias e da formação de uma cultura crítica no campo da esquerda anticapitalista e socialista no Brasil é reiterar uma aparente oposição entre o campo da prática e o campo da elaboração teórico-metodológica e

---

46 Sposati (2007) refere que “O reconhecimento institucional pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da área do Serviço Social como campo específico de pesquisa é, certamente, conquista que abriu possibilidade de financiamento da pesquisa em Serviço Social e inclusão de pesquisadores do Serviço Social no quadro geral de pesquisadores do CNPq” (SPOSATI, 2007, p.17).

política, na tentativa de hipotecar a produção intelectual a uma aplicação direta e imediata às ações profissionais. (MOTA, 2013, p.19).

*Portanto, considerando os elementos apresentados parte-se do entendimento, nessa obra, que o Serviço Social é uma profissão regulamentada que, por meio de sua inserção especializada na divisão sócio-técnica do trabalho atua no enfrentamento da questão social a partir de múltiplas mediações. De igual forma concebe o Serviço Social como um curso de ensino superior que, nas últimas décadas, tem centrado esforços para garantir uma formação profissional com fundamentação na teoria social crítica e alicerçada nos princípios do Código de Ética profissional, com estreita vinculação à classe trabalhadora da qual faz parte. E, por fim, é uma área do conhecimento que mediante o acúmulo científico vem produzindo conhecimento de excelência no campo das ciências sociais aplicadas e humanas, dialogando de maneira interdisciplinar e corroborando com análises de conjuntura, de elaboração e avaliação de políticas públicas e na assessoria de movimentos sociais e coletivos da classe trabalhadora, adotando pautas e bandeiras de lutas e tornando-se um importante aliado às forças coletivas progressistas.*

Ainda no tocante as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 a respeito das matérias básicas sugeridas para compor a estrutura de formulação dos PPP's foi feita uma análise dos PPP's dos cursos participantes da pesquisa para verificar a apropriação dessas matérias compreendidas como indispensáveis para contribuir na formação profissional com densidade e rigoroso trato teórico que podem ser vistas no quadro abaixo:

Quadro 5 - Incorporação das matérias básicas pelos cursos participantes da pesquisa

<b>Matéria básica</b>	<b>Dados das Instituições</b>
Sociologia	11 cursos
Filosofia	10 cursos
Antropologia	10 cursos
Ciência Política	08 cursos
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social	12 cursos

Economia Política	12 cursos
Pesquisa Social	12 cursos
Ética Profissional	12 cursos
Formação Sócio-histórica do Brasil	09 cursos
Processo de Trabalho do Serviço Social <sup>47</sup>	12 cursos
Direito	11 cursos
Política Social	12 cursos
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	11 cursos
Psicologia	11 cursos
Administração e Planejamento Social	12 cursos
Seminários Temáticos	06 cursos
Oficinas/ Laboratórios	06 cursos

Fonte: Informações sistematizadas pelo pesquisador a partir de ABEPSS (1996, p. 15-18).

A partir da visualização do quadro é possível identificar que **menos da metade das matérias básicas (07 de um total de 15) são incorporadas por todos os cursos participantes da pesquisa**, sendo elas: *Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social*, *Economia Política*, *Ética Profissional*, *Pesquisa Social*, *Processo de Trabalho do Serviço Social*, *Política Social* e *Administração e Planejamento Social*. Na sequência aparecem as disciplinas que são incorporadas por 11 cursos de Serviço Social, sendo elas: *Sociologia*, *Direito*, *Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais* e *Psicologia*. Outras matérias básicas são menos incorporadas pelos PPP's, como é o caso de *Filosofia e Antropologia* (10 cursos), *Formação sócio-histórica do Brasil* (09 cursos) e, por fim, *Ciência Política* (08 cursos).

A análise desses dados pode sinalizar que os cursos de Serviço Social vêm privilegiando as discussões concernentes ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, tendo em vista que as disciplinas de caráter específico do Serviço Social como é o caso dos *Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social*, *Processo de Trabalho do Serviço Social* e *Ética Profissional*

<sup>47</sup> Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS a discussão de processo de trabalho apresenta a nomenclatura de "Processo de Trabalho do Serviço Social". Considerando que não existe processo de trabalho do Serviço Social e sim processos de trabalho no qual o Serviço Social se insere essa nomenclatura foi modificada posteriormente. Essa discussão é realizada ao longo da obra.

estão contempladas em todos os PPP's dos cursos de Serviço Social. Da mesma forma discussões essenciais presentes nas disciplinas de *Ciência Política e Formação sócio-histórica do Brasil* vem aparecendo de maneira secundarizada entre os cursos.

Consta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS a seguinte definição sobre a matéria básica de Ciência Política:

A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado (ABEPSS, 1996, p.15-16, grifos nossos).

A partir dessa definição reconhece-se a importância da análise propiciada pela disciplina de Ciência Política para o Serviço Social. O conhecimento sobre o Estado brasileiro permite elucidar o processo de gênese do Serviço Social, visto que ele surge a partir do exercício de mediação do Estado acerca de interesses antagônicos da classe trabalhadora e da burguesia. Da mesma forma, “estudar o Estado, as Classes Sociais e os Movimentos Sociais pressupõe a articulação com a *totalidade* social e histórica, a relação entre Estado, mercado e sociedade civil, a consideração de categorias fundantes da economia política” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.13).

Da mesma forma, a ABEPSS define a disciplina de Formação Sócio-histórica do Brasil da seguinte maneira:

A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo (ABEPSS, 1996, p. 16).

Os conteúdos que perpassam essa disciplina têm relação muito profícua a processos importantes para o Serviço Social. Destaca-se o processo de modernização conservadora muito bem esmiuçado pelo debate realizado por Netto (2011) e seus rebatimentos

para o Serviço Social. Essa disciplina também possibilita a visualização do contexto histórico favorável ao processo de redemocratização e fortalecimento dos movimentos sociais que, no âmbito do Serviço Social culminou em avanços importantes nas décadas de 1980 e 1990, como é o caso do impacto do neoliberalismo para o trabalho profissional do assistente social em sua mediação com as políticas sociais, bem como, nas novas demandas profissionais que surgiram desse período.

É preciso considerar que a ausência de matérias básicas pode comprometer a formação profissional de cunho generalista prevista pelo documento da ABEPSS. Partindo do pressuposto que o Serviço Social está inserido na área de ciências sociais aplicadas e faz um diálogo interdisciplinar com as demais áreas do conhecimento os temas abordados nas matérias básicas qualificam o debate e ampliam as articulações do Serviço Social e a realidade social numa perspectiva de totalidade.

Outro elemento indispensável para a análise dos PPP's foi a busca pela efetivação da teoria social crítica de Marx na conformação dos cursos. Essa análise foi necessária pois constituiu-se como um dos objetivos específicos da pesquisa “*Analisar como as Instituições de Ensino vêm abordando a teoria social de Marx no processo de formação profissional em Serviço Social*”.

Destacar a relevância e a centralidade da teoria social crítica de Marx tem sido um compromisso dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social que tomam a formação profissional e o trabalho profissional do assistente social como objetos de estudo. Destaca-se o comprometimento do GTEMP (Grupo de estudos sobre Teoria marxiana, Ensino e Políticas Públicas) vinculado à PUCRS no qual o autor está inserido como um importante grupo marxista que tem apresentado nos últimos anos importantes estudos acerca da mediação da teoria marxiana com o Serviço Social como é o caso das teses de Doutorado de Zacarias (2017), Bairro (2020) e Closs (2015).

Portanto, foram levantadas as disciplinas ofertadas por cada instituição, bem como, o quantitativo de bibliografias utilizadas na tentativa de mapear se, e de que maneira, as unidades de ensino vem dialogando com as obras de Marx e seus intérpretes no processo de



formação profissional em Serviço Social. Esse levantamento pode ser visualizado na tabela 1:

Tabela 1 - Organização das disciplinas ofertadas pelos cursos e suas bibliografias:

Curso/ Instituição	Total de disciplinas	Bibliogra- fia básica	Bibliografia com- plementar	Total de bi- bliografias
Instituição A	46	147	263	410
Instituição B	46	82	79	161
Instituição C	49	-	-	419
Instituição D	41	126	200	326
Instituição E	43	124	196	320
Instituição F	28	207	186	393
Instituição G	40	129	145	274
Instituição H	42	129	210	339
Instituição I	31	204	118	322
Instituição J	41	118	195	313
Instituição K	36	-	-	670
Instituição L	31	97	152	249
<b>TOTAL</b>	<b>474</b>	<b>1.364</b>	<b>1.744</b>	<b>4.196</b>

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor a partir da coleta dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos participantes da pesquisa. Os cursos das Instituições C e K não fizeram a separação entre bibliografias básicas e complementares.

Dos 12 cursos pesquisados, há a indicação de um total de **4.196 bibliografias** na composição das disciplinas ofertadas ao logo do curso, sendo destas **1.364 bibliografias básicas** e **1.744 bibliografias complementares**. Cabe destacar que várias obras são citadas em mais de um componente curricular, sendo que foram contabilizadas em cada vez que foram citadas. Dessa forma, a título de exemplificação, se uma obra de Iamamoto for citada na disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social e, novamente, for citada na disciplina de Processo de Trabalho essa obra será contabilizada duas vezes.

Essa tabela permite visualizar o universo de disciplinas e bibliografias que caracterizam a formação profissional dos assistentes

sociais e possibilita apresentar, de maneira mais didática, o diálogo com a teoria social crítica de Marx a partir do quadro seguinte.

**Quadro 6 -** Quantitativo das obras marxistas e marxianas abordadas pelos cursos participantes da pesquisa:

Instituição/ curso	Bibliografias	Referências Marxistas	Referências Marxistas de autores do Serviço Social	Marx e En- gels	Autores de outras áreas
Instituição A	410	105	96	01	305
Instituição B	161	72	59	02	89
Instituição C	419	107	80	05	312
Instituição D	326	134	113	02	192
Instituição E	320	89	80	01	231
Instituição F	393	218	190	12	175
Instituição G	274	111	86	07	163
Instituição H	339	111	106	01	228
Instituição I	322	147	90	04	175
Instituição J	313	111	101	05	202
Instituição K	670	175	123	07	495
Instituição L	249	96	84	02	153
<b>TOTAL</b>	<b>4.196</b>	<b>1.476</b>	<b>1.208</b>	<b>49</b>	<b>2.720</b>

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor a partir da coleta dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) dos cursos participantes da pesquisa.

Algumas considerações importantes podem ser apreendidas a partir da construção do referido quadro. Cabe sinalizar a quantidade de bibliografias utilizadas pelos cursos, cujo montante soma mais de quatro mil obras. Ainda que algumas obras sejam utilizadas em mais de um componente curricular, verifica-se que, embora, parcela considerável dos cursos participantes da pesquisa tenha referido ao longo da construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos do curso que adotem a teoria social crítica na formulação dos seus componentes curriculares, identifica-se que estes representam apenas **35,17% das bibliografias indicadas.**

Esse dado sinaliza um desafio que tem percorrido o Serviço Social desde que a teoria social crítica de Marx passou a ser referência para a construção teórica e interventiva da profissão, visto que as produções elaboradas por autores marxistas não predominam a composição dos componentes curriculares. Isso fica mais evidente quando se identifica que apenas a **Instituição F** comporta mais autores marxistas do que autores de outras correntes de pensamento na composição dos seus componentes curriculares, visto que das **393** bibliografias citadas pelo curso, **218** são obras construídas por autores que se filiam ao pensamento marxiano.

A Instituição F também é a participante da pesquisa que mais utiliza-se de obras marxianas, no total de **12 produções** que podem ser vistas tanto nos componentes curriculares como sugestão de bibliografias básicas quanto de bibliografias complementares. Contudo, é importante referir que, por diversas vezes, as ementas podem ser alteradas ao longo do tempo, bem como os PPP's podem sofrer alterações caso haja necessidade. Isso sinaliza que os docentes responsáveis pelos componentes curriculares podem se utilizar de outros autores que não estejam presentes nas ementas que recebem, contudo, devem adotar as referidas ementas como norteadoras da condução das discussões tecidas ao longo dos componentes curriculares.

Da mesma forma, é possível identificar que as obras marxistas elaboradas por assistentes sociais protagonizam as discussões marxistas ao longo das composições dos componentes curriculares. Netto (2011) já havia sinalizado essa situação ao referir que com a inserção dos cursos de Serviço Social nas Universidades foi possível produzir uma massa crítica que fundamentou a construção de bibliografias marxistas e que serviram de base para as discussões elaboradas pelo Serviço Social. Esse dado sinaliza que assistentes sociais protagonizam as discussões marxistas dentro do processo de formação profissional, confirmando os avanços do adensamento da produção elaborada pelo Serviço Social nas últimas décadas. Essa relação também é expressa pelo **Pesquisador B** ao referir que

[...]Para que o trabalho possa ser exercido e tenha valor social é preciso compreender a realidade, os limites impostos pela ordem do capital e como nos ensina o pensamento crítico buscar questionar e

abrir espaço para as demandas da classe que vive do trabalho. Essa contradição em marcha é que faz do Serviço Social uma profissão reconhecida. E de se ressaltar as inúmeras produções de autores importantes da área e dos Programas de Pós-Graduação com dissertações e teses que tem mostrado a importância dessa formação para o trabalho profissional (PESQUISADOR B).

Da mesma forma, esse dado sinaliza que vem sendo cumprido o compromisso de produção acadêmica pelo Serviço Social com rigoroso trato teórico e pautado dentro das particularidades do cenário brasileiro e latino-americano, haja vista que, anteriormente, muitas produções internacionais eram incorporadas ao Serviço Social em um contexto totalmente adverso a realidade e as necessidades da profissão no Brasil. Logo, é possível concluir que, no que tange a discussão marxista, os assistentes sociais vem produzindo obras importantes para reafirmar essa teoria social dentro do Serviço Social.

Como já abordado no item anterior, é de conhecimento da categoria profissional que os tensionamentos permanecem marcando presença no debate da hegemonia do marxismo dentro do Serviço Social, como é o caso da retomada da proposta do Serviço Social clínico e da ascensão do Serviço Social libertário, bem como, da difusão de autores que se filiam ao pensamento pós-moderno dentro dos cursos de Serviço Social.

Essa realidade fica manifesta com a Instituição A, onde as referências marxistas não representam nem um terço das bibliografias utilizadas pelos componentes curriculares. Esse dado fica mais evidente quando se observa que o curso tem apenas uma obra marxiana no seu Projeto Político-pedagógico, mas apresenta 14 obras de Morin e Bauman que são autores filiados ao pensamento pós-moderno. Esse curso também é, declaradamente, filiado à teoria da complexidade, não fazendo nenhuma menção as Diretrizes Curriculares da ABEPSS ou à teoria social crítica de Marx em seu PPP. Esse curso em específico, além de não ser filiado à ABEPSS é uma instituição que não adere à pactuação coletiva das Diretrizes Curriculares elaboradas coletivamente pela Associação.

Em termos de disciplinas a discussão do marxismo geralmente aparece de forma concentrada em alguns componentes curriculares nos PPP's das Instituições participantes da pesquisa. Dos 12

cursos pesquisados a teoria social crítica ganha uma disciplina específica **em apenas duas instituições: Instituição D e Instituição G.** Da mesma forma, observa-se que algumas instituições concentram obras marxianas em componentes curriculares específicos, como é o caso da disciplina de “Economia Política” da Instituição F que concentra 05 obras de Marx e da disciplina de “Ciência, Tecnologia e Sociedade” da Instituição J que concentra 03 das 05 obras marxianas citadas no PPP do curso.

Outra importante observação que já foi sinalizada na apresentação desta obra é a de que metade das instituições participantes da pesquisa não são filiadas à ABEPSS, o que pode justificar a falta de adesão às diretrizes curriculares. Outro dado que chama a atenção é que das 06 instituições filiadas à Associação 05 delas tem natureza pública e são Universidades, ficando apenas a Instituição D como representante das instituições privadas.

Embora compreenda-se que ser filiado à ABEPSS não garanta por si só a adoção das diretrizes curriculares, as instituições públicas são as que mais se aproximam das elaborações construídas pela ABEPSS. Ainda que o item 2.2 do livro intitulado “A Universidade da Balbúrdia: a decadência da Universidade enquanto Instituição Social” aprofunde a discussão da Universidade Pública faz-se necessário sinalizar que estas instituições vem sendo as grandes protagonistas pela produção do conhecimento científico brasileiro e, no caso do Serviço Social, as responsáveis pela permanência e difusão do projeto de formação profissional construído pela ABEPSS. Contudo, é importante referir que a filiação do curso à associação depende, em muitos casos, do financiamento proveniente da IES, o que, dependendo da condição financeira da instituição, pode inviabilizar essa filiação.

Outro dado importante refere-se ao fato de que **de um universo de 4.196 obras abordadas pelas instituições apenas 49 são de autoria de Marx e Engels.** Esse quantitativo representa **1,16% das bibliografias utilizadas,** demonstrando que embora os cursos refiram que se utilizam da teoria social crítica de Marx na formulação dos seus cursos o dado refere o contrário. Dessa forma é possível constatar que a formação profissional em Serviço Social no Brasil vem sendo conduzida por intérpretes do pensamento marxiano,

mas não pelas obras originais de Marx, retomando o marxismo sem Marx já apontando por Netto (1989) em estudo publicado anteriormente. De acordo com Netto (1989)

*Sem Marx e a tradição marxista, o serviço social tende a empobrecer-se- independentemente da sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos (NETTO, 1989, p. 101, grifos do autor).*

Este é um desafio que se coloca na agenda da formação profissional em Serviço Social que se diz fundamentada na obra marxiana. Longe de desconsiderar a importância das elaborações feitas por assistentes sociais que se filiam ao pensamento marxiano fazendo as mediações deste para o Serviço Social a ausência de obras marxianas apresenta uma lacuna substantiva no campo da formação profissional em Serviço Social no Brasil. Sobre essa relação de aproximação da teoria marxiana por meio de seus intérpretes Quiroga (1991) refere que

Na realidade, porém, um entendimento profundo dos intérpretes de Marx envolve, muitas vezes, um trabalho mais complexo de entendimento das determinações das quais ele é produto. Situa-los historicamente, para entender a sua contribuição e as bases de sua crítica, ou fazer uma leitura interpretativa do original é tarefa, se não mais, pelo menos tão árdua quanto ler as fontes. A leitura dos desdobramentos de Marx, em última instância, remeteria, obrigatoriamente, às fontes, como ponto de partida da crítica que essas interpretações expressam (QUIROGA, 1991, p.98).

Logo não é de se estranhar o fato de que muitos assistentes sociais concluem a graduação sem nenhum contato com as obras do pensamento marxiano, o que pode sinalizar posteriormente a adoção de discursos que retomam a discussão marxiana como ultrapassada ou incipiente para as demandas que se apresentam aos assistentes sociais ao longo do exercício da profissão. De acordo com Silva (2013)

uma apropriação empobrecida da dinâmica do mundo material tem impactos reducionistas na atuação profissional e na explicação da trama social e institucional. Isso, ao mesmo tempo, desqualifica a profissão e o profissional reduzindo-os à esfera operativa da vida social (SILVA, 2013, p. 242).

Essa interlocução com o pensamento marxiano precisa estar assentada tanto na formação quanto no trabalho profissional do assistente social, haja vista que ela possibilita uma análise do real partindo da realidade concreta, a partir de múltiplas mediações. Essa relação é compreendida como essencial para o **Pesquisador C**:

[...]os ganhos profissionais, seja na formação, seja no trabalho, reverberam a necessária interlocução com a realidade, uma vez que ela é ponto de partida e ponto de chegada; a ruptura a práticas pragmatistas, reiterativas e reprodutivas; o abandono do aspecto cartorial e fiscalizatório no cumprimento de condicionantes para acesso a um ou outro benefício, a uma ou outra política; a abstração da realidade imediata, do efêmero, do dado, na busca de determinações mais simples e condizentes com a realidade concreta daquele usuário/a que procurou a prestação de serviços do/a assistente social; a forma como nos dirigimos aos/as usuários/as, sem instituir posições e opiniões, mas tornando-os partícipes e protagonistas políticos no processo que envolve suas demandas e a vida social, em seu caráter mais privado e particular; a democratização das informações, de modo a torna-las acessíveis e entendíveis pelos/as usuários e respeitando suas decisões, independentemente das opiniões particulares – pois, as posições são profissionais e não particulares –, a defesa da liberdade, da cidadania e da democracia enquanto princípios basilares à uma sociedade participativa, democrática e justa; dentre tantos outros elementos que aqui se poderia evidenciar (PESQUISADOR C).

Essa fala do pesquisador C sinaliza outro aspecto indispensável do trabalho profissional que tem fundamento na dimensão política presente na relação com os usuários das políticas sociais e que demandam a intervenção do assistente social. É indispensável o processo de escuta qualificada e reconhecimento das trajetórias de vida e de luta dos usuários que acessam as políticas sociais que são mediatizadas pelo trabalho do assistente social. Essa relação é expressa por Yazbek (2014):

Em diferentes situações precisamos expressar que caminhamos profissionalmente junto aos nossos usuários, “sem deixar de lado

os que vão mais devagar”, levando em conta o papel estratégico da comunicação e da informação para mostrar que não se está só na luta. Nesse âmbito evidencia-se a relevância da dimensão cultural e política do exercício da profissão (YAZBEK, 2014, p. 687).

Portanto, faz-se necessária a retomada do compromisso firmado ao longo da construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS: Marx deve compor as bibliografias básicas dos componentes curriculares. Não há como pensar a adoção da teoria social crítica de Marx sem que suas contribuições estejam, minimamente, presentes nas discussões. Categorias do pensamento marxiano como *transformação social*, *emancipação política* e *emancipação humana* aparecem de forma secundarizada na construção dos PPP's ou até mesmo tratadas de modo distorcido, a partir de concepções reducionistas. Nesse sentido, apenas 03 instituições fazem menção às categorias marxianas mencionadas, contudo, não sem interpretações equivocadas, como é o caso da **Instituição L**:

Visto que, o Assistente Social é o profissional que atua nas expressões mais variadas da questão social, e na sua atuação, deve **ter o compromisso de tornar um atendimento à população usuária uma prática que busque a emancipação destes** (INSTITUIÇÃO L, 2016, p. 38, grifos nossos).

Essa apreensão equivocada sinaliza dois erros comuns ao tratar da categoria marxiana da emancipação humana. Inicialmente destaca, de maneira messiânica, o trabalho profissional do assistente social como se ele, na condição de trabalhador assalariado, dispusesse de instrumentos e condições para protagonizar a emancipação dos sujeitos, seja ela de caráter humano ou político. Outro erro comum é a concepção da possibilidade real de emancipação humana dentro desse modo de produção. Marx (2010) ao fazer uma análise da emancipação política e emancipação humana refere que

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico*



na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” (forças próprias) como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *politica* (MARX, 2010, p. 54, grifos do autor).

Dessa forma é preciso retomar o marxismo como pauta e como objeto de investigação, pois esse exercício possibilita a superação de equívocos como o mencionado anteriormente. Da mesma forma, é preciso retomar essa discussão no conjunto das entidades organizativas e representativas da profissão. O pensamento marxiano não pode ficar encapsulado dentro de eventos acadêmicos ou produções científicas. O pensamento marxiano precisa estar presente nos cursos de Serviço Social que são os grandes responsáveis pela formação de assistentes sociais. É a formação profissional que dará o suporte inicial para essa aproximação, pois é parte substantiva do processo de formação as primeiras aproximações com o conhecimento já construído, onde os alunos são imbuídos da curiosidade, das primeiras aproximações com o exercício da pesquisa, com novas formas de interpretar e intervir no mundo, sendo terreno fértil para a defesa e difusão dessa corrente do pensamento. Concorde-se com Netto (1989) quando este afirma que

Parece-me inteiramente supérfluo assinalar que esta interlocução exige dos assistentes sociais uma *postura intelectual* que não dispõe de grande lastro entre nós: um esforço de rigor teórico, de consequência investigativa e de ampliação do nosso universo cultural. Nas condições atuais, em que se afirmam os cursos de pós-graduação e as instituições e organismos de pesquisa, assim como novas formas organizativas no campo profissional, são injustificáveis a utilização de manuais de vulgarização, o não recurso à fontes primárias e originais e o ecletismo e o modismo. De fato, não só crescem as exigências teóricas e intelectuais no âmbito da profissão, mas também surgem circunstâncias propícias para responder positivamente a elas (NETTO, 1989, p.100, grifos do autor).

Logo, é na apropriação do pensamento marxiano, a partir de um processo de mergulho em suas obras que novas mediações serão tecidas. Os docentes dos cursos de Serviço Social precisam estimular essas primeiras aproximações junto aos alunos, para que

estes desmistifiquem a teoria marxiana como inacessível e de difícil compreensão. De acordo com a ABEPSS (1996)

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996, p.08).

No que diz respeito as Diretrizes Curriculares, efetua-se no ano de 1999 uma revisão desse documento por especialistas da área do Serviço Social que, posteriormente, a encaminham ao MEC com alterações consideráveis sob o ponto de vista da elaboração anterior, efetivadas em 1996. Dentre as modificações destaca-se a alteração nas matérias básicas e a elaboração do perfil do egresso em Serviço Social. Estas mudanças podem ser identificadas no quadro 7.

Quadro 7 - Matérias básicas nas Diretrizes Curriculares de 1996 e 1999

<b>Diretrizes Curriculares de 1996</b>	<b>Diretrizes elaboradas por especialistas e encaminhadas ao MEC em 1999</b>
Ciência Política	Teoria Política
Direito	Direito e Legislação Social
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
Processo de Trabalho do Serviço Social	Serviço Social e Processos de Trabalho

Fonte: Sistematização elaborada pelo autor a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e das Diretrizes Curriculares elaborada por especialistas e encaminhada ao MEC, de 1999.

Ainda que se mantenham substancialmente os avanços das Diretrizes Curriculares de 1996, as Diretrizes Curriculares de 1999 adensam o debate da categoria profissional dos assistentes sociais acerca dos temas da Questão Social e do processo de trabalho<sup>48</sup>, para

48 “Observou-se que a nomenclatura da matéria Processo de Trabalho do Serviço Social sofre uma mudança de fundo- supera-se a ideia de um processo de trabalho próprio do Serviço Social para propor Serviço Social e processos de trabalho, uma concepção muito distinta do ponto de vista teórico-metodológico e com desdobramentos importantes e positivos no conteúdo das disciplinas que tratam sobre Trabalho e Serviço Social, justificando, também, novos conhecimentos em “trabalho e sociabilidade” (MOTA, 2007, p. 65-66).

além disso, suprimem e alteram as ementas das disciplinas de filosofia e economia política. Iamamoto (2009) avança nessa discussão ao afirmar que não existe um processo de trabalho do assistente social, tendo em vista que este se insere na divisão sócio-técnica do trabalho participando de processos de trabalho coletivos. Neste sentido, “o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 63-64).

Outro elemento importante destas Diretrizes Curriculares de 1999 diz respeito à criação das matérias básicas de “**classes e movimentos sociais**” e “**trabalho e sociabilidade**”. Privilegiar a discussão dos movimentos sociais em forma de disciplina na formação profissional dos assistentes sociais é primordial, haja vista a relação de inserção desta profissão como parte e aliada aos interesses da classe trabalhadora, uma vez que constitui-se enquanto direito do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.”(CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993) da mesma forma em que se constitui como competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 1993). Para além destes aspectos, os movimentos sociais são fundamentais na constituição da questão social, sendo elemento de resistência que a conforma, como espaço privilegiado na construção de pressões e tensionamentos que compõe as lutas sociais.

Contudo, quando essas Diretrizes chegam ao MEC elas passam por um processo importante de descaracterização que modificam a essência do documento elaborado pela ABEPSS. Essa aprovação se dá em 13 de março de 2002 por meio da Resolução CNE/CES 15/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Um dos aspectos que foram reeditados pelo MEC diz respeito ao perfil de egresso que passou a ser concebido como

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento,

com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MEC, 2002).

Esta concepção descaracteriza, inclusive, o Serviço Social enquanto profissão, uma vez que delega a este a capacidade de promover o exercício pleno da cidadania como se esta relação fosse possível por meio do seu trabalho profissional. Essa concepção corrobora para a reprodução de uma visão messiânica<sup>49</sup> do Serviço Social já problematizada por Netto (2011) e Iamamoto (2013). Ferreira (2004) refere que

O esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade (FERREIRA, 2004, p.24).

Essa descaracterização do documento da ABEPSS conduzida pelo MEC não significa apenas a retração dos avanços consolidados em 1996. Essa descaracterização filia a formação profissional em Serviço Social a um nicho de mercado que exige uma formação veloz e apta a responder as demandas que surgem de forma imediata e irrefletida, que atenda a interesses particularistas e que se conecte ao projeto de sociedade presidido pelo modo de produção capitalista. Logo, compactuam com um projeto de formação profissional antagônico ao projeto construído coletivamente pela ABEPSS.

As diretrizes curriculares nacionais aprovadas pelo MEC, no intento de privilegiar as habilidades técnicas incluem nas competências e habilidades do Assistente Social “a utilização dos recursos de informática” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002), afinando as habilidades profissionais às novas exigências e requisições do mercado. Faleiros (2000) suscita que “as mudanças curriculares estão profundamente vinculadas às políticas de ensino superior,

49 [...] o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (IAMAMOTO, 2013, p. 136).

hoje inseridas no contexto neoliberal de sucateamento, privatização e mercantilização do Estado e da universidade” (FALEIROS, 2000, p. 165).

A habilidade do conhecimento da informática como requisito profissional pode ser observada também nos cursos participantes da pesquisa. Em três instituições a utilização dos recursos da informática figura como competência e habilidade necessária para desempenhar o trabalho profissional do assistente social, além de uma instituição incluir a disciplina de “Práticas de Informática em Serviço Social”. Chama-se a atenção para o fato que a **Instituição L** possui como disciplina obrigatória “Gestão da Tecnologia da Informação”, mas deixa de ofertar disciplinas importantes como “Sociologia”, “Filosofia”, “Ciência Política”, “Antropologia” e “Formação sócio-histórica do Brasil” na sua matriz curricular.

Contudo, assim como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram articuladas e implantadas coletivamente pela categoria profissional dos assistentes sociais também foram coletivos os esforços para o seu processo de implementação e fortalecimento. Foram realizadas pesquisas nacionais que avaliaram a implementação das referidas Diretrizes junto às Unidades de Ensino durante os 10 primeiros anos de sua elaboração, com vistas à sua avaliação, aperfeiçoamento e incorporação, cujos resultados podem ser vistos, dentre outras formas, no número 14 da *Revista Temporalis*, publicado em 2007.

Da mesma força, no intento de aproximar a categoria profissional na defesa desse projeto coletivo, bem como, de qualificação profissional foi criado o Projeto “ABEPSS itinerante” no ano de 2011. Esse projeto teve como objetivo geral

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das DC como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (reforço dos eixos: Fundamentos, Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática) (ABEPSS, 2011, p. 15).

Constituído na forma de curso de atualização esse projeto possibilitou que a ABEPSS se conectasse junto às unidades de ensino visando promover e fortalecer suas Diretrizes Curriculares, bem como, aproximar e chamar para o debate a categoria profissional dos assistentes sociais, como forma de qualificar e democratizar acerca dos debates em torno do documento formulado em 1996.

Iniciado em 2012 o curso debateu, em todo o Brasil, eixos centrais no processo de formação profissional contando com assistentes sociais pesquisadores cujas trajetórias de pesquisa e produção científica percorriam as diferentes temáticas abordadas durante o curso. Esse projeto que se estendeu posteriormente em outras edições contando com o apoio da ENESSO, do CFESS, das unidades de ensino e dos CRESS concretizou os esforços depreendidos pelas entidades representativas e organizativas da profissão em ampliar o debate acerca dessas Diretrizes e legitimar sua contribuição para uma formação profissional crítica, com rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social.

Cabe destacar que esse esforço deve ser permanente e, principalmente, ampliado como espaço democrático e legítimo de defesa de um projeto de formação profissional filiado ao pensamento marxiano e cujo aprofundamento permite conhecer, avaliar, debater, tensionar e intervir na realidade social desnudando-a diante de suas contradições. Não se pode perder de vista que não existe batalha vencida e que as disputas de projetos antagônicos percorrem toda a trajetória do Serviço Social brasileiro. Para além de um projeto de formação profissional as Diretrizes Curriculares são fundamentais para contribuir na consolidação da direção social assumida coletivamente com vistas à superação de todas as formas de exploração e dominação que conjuram o atual modo de produção.

Ainda com relação as Diretrizes Curriculares da ABEPSS no que diz respeito aos pesquisadores participantes da pesquisa, quando estes foram questionados sobre os elementos que favorecem e/ou dificultam a materialização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram elencados os seguintes elementos que podem ser visualizados no quadro que segue:

Quadro 8 - Elementos que favorecem e/ou dificultam a materialização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS conforme os pesquisadores:

<b>Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)</b>	
<i>Elementos que favorecem as Diretrizes Curriculares</i>	<i>Elementos que dificultam a materialização das Diretrizes Curriculares</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O papel das entidades organizativas no processo de revisão e reafirmação do documento elaborado pela ABEPSS;</li> <li>• O processo de construção e fortalecimento da massa crítica com clareza da direção social hegemônica no âmago da categoria profissional dos assistentes sociais;</li> <li>• A consolidação e expansão da pós-graduação por meio da formação de um corpo docente qualificado e crítico;</li> <li>• A construção de conhecimento com maior rigor científico no campo do Serviço Social, com ampliação de periódicos especializados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo de aligeiramento e precarização da formação profissional em Serviço Social pela expansão privatista da educação superior, no qual destaca-se o EAD e o sucateamento das Universidades públicas;</li> <li>• A prevalência do ensino em detrimento das atividades de pesquisa e extensão haja vista a formação profissional ser protagonizada por faculdades isoladas;</li> <li>• A expansão do mercado de trabalho profissional, sem uma proporcionalidade de escolas de qualidade e criticidade;</li> <li>• As investidas conservadoras no campo da educação, da formação profissional e da pesquisa.</li> </ul>

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor a partir dos questionários enviados aos pesquisadores participantes da pesquisa.

A partir do apontamento dos pesquisadores é possível analisar que as dificuldades de materialização das Diretrizes Curriculares estão vinculadas à atual conformação da formação profissional em Serviço Social. Afinal, essa formação profissional vem sendo comprimida pelo avançado processo de mercantilização da educação superior que transforma a educação em rentável nicho de mercado e que tem relegado ao Serviço Social brasileiro uma trajetória de formação profissional em instituições privadas, com modesta participa-

ção do setor público e ampliação substantiva do ensino a distância que se dissemina nas duas últimas décadas.

Dessa forma é impossível problematizar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS sem considerar esses elementos que dão materialidade à forma como esse projeto de formação é incorporado pelas unidades de ensino, uma vez que essas são mergulhadas em um contexto de difusão ampliada do neoliberalismo cujas metas privatistas intensificam o processo de contrarreforma do Estado e impactam na organização e oferta dos cursos que materializam a formação profissional em Serviço Social. Da mesma forma, analisar esse processo é um dos objetivos da pesquisa que visa *“Identificar como os cursos de Serviço Social vêm se organizando/estruturando em tempos de reordenamento da educação superior”*.

A formação profissional em Serviço Social na cena contemporânea vem sendo permeada de desafios dado o caráter privatizante com que vindo sendo assumida. Sua materialidade vai depender dos elementos que a constituem, podendo sofrer alterações significativas a partir das diferentes formas como as instituições de ensino superior a concebem.

Com vistas a formar profissionais que estejam aptos a formular respostas críticas e propositivas às demandas que emergem no cotidiano profissional a formação profissional em serviço social sofreu alterações diante das novas configurações e exigências postas à profissão. Logo, para dialogar com a temática da formação profissional em Serviço Social esta

[...] deve ser tratada enquanto um processo sócio-histórico, no qual se estabelecem relações entre a formulação e a objetivação, ou implementação, dessa formação; ou seja, entre um projeto de formação, formulado previamente pelos sujeitos que constituem o corpo profissional e o resultado desse projeto, ou melhor, sua efetivação concreta por meio da ação desses mesmos sujeitos inseridos em processos sociais que interferem sobre suas escolhas e ações (FONSECA, 2016, p.194-195).

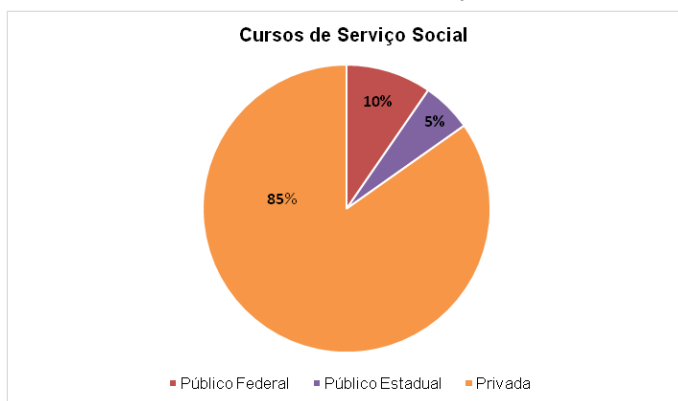
Dessa forma a formação profissional está vinculada a um processo mais amplo, de forma que diversos elementos a conformam, assim como, particularidades poderão ser evidenciadas pelas condições institucionais, pedagógicas e humanas que a compõem.



Para analisar sua materialidade e configuração é preciso investigar a natureza das instituições que ofertam o curso de Serviço Social e o número de instituições que ofertam o curso de Serviço Social.

Para problematizar as atuais configurações da formação profissional em Serviço Social se faz necessário investigar a natureza dos cursos de Serviço Social. Para tanto foi realizada uma pesquisa junto aos dados publicados pelo Censo da educação superior de 2019 cujos resultados podem ser visualizados no gráfico que segue:

Gráfico 4 - Natureza dos cursos de Serviço Social no Brasil



Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir da coleta no Censo da Educação Superior (2019)

De acordo com o censo da educação superior (2019) existem atualmente **404 instituições** que ofertam o curso de Serviço Social, sendo **59 de natureza pública e 345 de natureza privada**. Importante destacar que uma instituição pode ofertar mais de um curso de Serviço Social, levando em consideração que se, por exemplo, existe um curso de Serviço Social ofertado no período diurno e outro no período noturno contabilizam-se dois cursos distintos ainda que sejam ofertados na mesma instituição.

Esse dado evidencia um desafio histórico que se perpetua no Serviço Social, visto que a formação profissional de natureza privada é a marca dessa profissão no Brasil. Ainda que conte com importantes cursos de natureza pública, o Serviço Social constitui-se

como uma profissão germinada nas instituições privadas. Essa relação cuja face privada prepondera não deixa essa profissão inerte aos rebatimentos de sua vinculação com os ditames e necessidades do mercado. Sobre essa relação, Reidel (2010) refere que

[...]a atual proposta de formação profissional em Serviço Social vem, na contramão de um modelo vigente, onde se super valoriza a competitividade, a produtividade, a rentabilidade, a flexibilidade e a eficiência, que instituem uma mentalidade utilitarista aliada ao reforço do individualismo em que cada um deve se virar no mercado. Essa formação individual e competitiva infere nas diferentes formas de relações sociais, e dentre elas, a identidade, de sujeitos coletivos (REIDEL, 2010, p. 74).

Essa relação embrionária entre o mercado e a formação profissional também impacta nas diferentes concepções de Serviço Social que são delineadas nos PPP's dos cursos, como pode se observar, inclusive, nos cursos participantes da pesquisa. Cabe dizer que uma relação mercadológica empobrece a formação profissional distanciando-a da direção social assumida pela profissão e os pressupostos essenciais que garantem uma formação profissional com qualidade, permeada de posicionamento crítico, competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Sobre o perfil profissional desejado pelo mercado Koike (2009) refere que

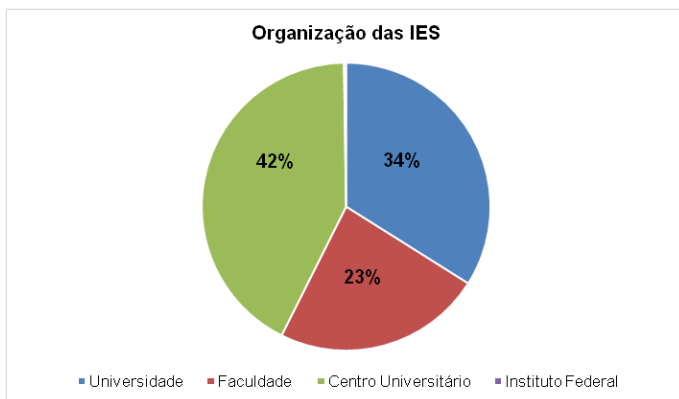
É necessário conformar perfis socioprofissionais que imprimam novos atributos, ideias e valores à força de trabalho. Prevaecem atributos comportamentais que se exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise (KAIKE, 2009, p.204).

Ainda segundo o censo da educação superior (2019) existem 501 cursos de Serviço Social no Brasil, sendo que 71 são ofertados em instituições públicas e 430 em instituições privadas, o que confirma a tendência da educação superior brasileira de tornar o direito a educação um nicho de rentável exploração do mercado<sup>50</sup>. No caso dos cursos de Serviço Social presenciais estes são ofertados da seguinte forma:

---

50 A discussão sobre a configuração da educação superior brasileira será debatida no item 3.1 dessa tese.

Gráfico 5 - Oferta dos cursos de Serviço Social por organização administrativa das IES:



Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir da coleta no Censo da Educação Superior (2019).

Pelo gráfico é possível depreender que a grande maioria dos cursos de Serviço Social na modalidade presencial são ofertados por centros universitários, com a oferta de 181 cursos (42%), seguido de universidades responsáveis pela oferta de 145 cursos (34%), das faculdades que, atualmente, ofertam 100 cursos (23%) e os Institutos Federais assumem a última posição com a oferta de apenas um curso<sup>51</sup> (1%).

Esses dados evidenciam que a formação profissional em Serviço Social vem sendo conduzida, majoritariamente, por faculdades e centros universitários, no qual a Universidade assume um papel secundarizado nesse processo<sup>52</sup>. Netto (2011) retoma essa discussão no qual refere que a grande massa crítica que elevou a produção do conhecimento produzido pelo Serviço Social foi concebida no interior das Universidades ainda na década de 1980. Conforme Netto (2011) “Neste espaço foi possível, vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de prática *autogeridas*” (NETTO, 2011, p. 251, grifos do autor).

51 O curso de Serviço Social é ofertado pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) tendo sido criado a partir da Resolução IFCE nº 023, de 31 de maio de 2010 e, atualmente, é o único Bacharelado em Serviço Social ofertado por Institutos Federais.

52 O item 2.2 do livro intitulado “A Universidade da Balbúrdia”: a decadência da Universidade enquanto Instituição Social” retoma essa discussão com maior profundidade.

Se for somada a quantidade de cursos que são ofertados por Centros Universitários (181 cursos) e faculdades (100 cursos) identifica-se que a formação profissional vem sendo conduzida sem a necessidade de atividades para além do ensino. Logo, a introdução ao universo da iniciação científica que fortalece a dimensão investigativa do estudante de Serviço Social e possibilita que esse realize uma mediação teórico-prática ao coletar, tabular e analisar dados da realidade fica comprometida. Da mesma forma, diminui-se a possibilidade dos estudantes de participarem de atividades e projetos de extensão, que dialogam diretamente com a comunidade que se encontra para além dos muros institucionais e que possibilita a interlocução de diferentes sujeitos nesse processo.

A ausência da obrigatoriedade de atividades de pesquisa e extensão diferenciam os Centros Universitários e as faculdades das Universidades, uma vez que essas instituições se voltam prioritariamente para atividades de ensino. Também é comum nessas instituições a ausência de cursos de pós-graduação, o que impede uma relação crucial de troca de conhecimento nos diferentes níveis da formação profissional. Esses elementos também têm relação com o vínculo empregatício dos docentes, visto que, nessas instituições é comum os docentes serem contratados na condição de horistas, destinando suas cargas horárias exclusivamente para atividades de ensino.

Da mesma forma, conforme os dados coletados no Censo da Educação Superior (2019) existem 74 cursos de Serviço Social ofertados na modalidade à distância. Destes cursos 27 são ofertados por Universidades, 38 por Centros Universitários e 9 por Faculdades. Esse dado poderia parecer insignificante do ponto de vista quantitativo se não houvesse o fato de que esses cursos são responsáveis pela maioria significativa do número de matrículas do curso de Serviço Social no país.

No último Censo da Educação Superior publicado (2019) os cursos de Serviço Social na modalidade à distância são responsáveis pela oferta de 173.856 novas vagas, sendo que houve 190.144 candidatos aos processos seletivos, resultando no ingresso de 38.654 novos estudantes no curso de Serviço Social nesta modalidade. Para fins de elucidação, no caso dos cursos presenciais de Serviço Social

que somam mais de 400 cursos foram ofertadas 47.929 novas vagas, resultando no ingresso de 12.155 novos alunos. Iamamoto (2011) refere que

O estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais- este sim o seu objetivo maior- a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como face de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 441).

Essa formação desenfreada que tem se ampliado substancialmente nos últimos anos impacta na concepção de Serviço Social adotada, visto o distanciamento desses cursos das entidades representativas e organizativas da categoria profissional. Logo, impacta nos perfis profissionais formados, no qual pouco se tem informações, dado a dificuldade de acesso aos PPP's desses cursos. Retoma-se a formação simplificada por meio de manuais, nos quais, inclusive docentes são convidados a elaborar apostilas condensadas sobre os componentes curriculares e precariza o trabalho profissional ao expandir um contingente profissional de reserva, uma vez que o mercado não consegue absorver os profissionais na mesma velocidade com que esses se graduam, acarretando perda salarial e nas condições mais precarizadas dos vínculos empregatícios. Iamamoto (2011) também sinaliza que

Esse panorama do ensino universitário compromete a direção social do projeto profissional que se propõe hegemônica, estimulando a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização dessa categoria (IAMAMOTO, 2011, p. 441).

As entidades representativas e organizativas da categoria profissional do Serviço Social têm se posicionado contrárias a modalidade de ensino a distância para a formação profissional em Serviço Social desde que surgiram os primeiros cursos de Serviço Social nessa modalidade na segunda metade dos anos 2000. Portanto, partem do entendimento de sua incompatibilidade com o projeto de formação profissional que se fundamenta em uma formação sólida,

com qualidade e avessa à precarização que essa modalidade representa.

No ano de 2010 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) elaborou e chegou a publicizar a campanha “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”. Essa campanha teve ampla repercussão na categoria profissional, onde destacou os rumos que a formação profissional em Serviço Social vinha levando. No entanto, antes mesmo que pudesse circular em todas as instituições a campanha acabou sendo proibida pelo Ministério da Educação (MEC), resultando no recolhimento dos materiais produzidos como um claro processo de censura ao conjunto da categoria profissional.

Novamente, em 2011 foi lançada a publicação do CFESS sobre a “Incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social”, onde a entidade destaca os elementos que contrariam a possibilidade de o Serviço Social ser ofertado nessa modalidade. Segundo o documento,

A questão a ser problematizada é a ‘produção’ de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa (CFESS, 2011, p.12).

Dentre outros aspectos destaca-se a precarização do processo de estágio supervisionado em Serviço Social nessa modalidade de ensino, uma vez que é comum nesses cursos a ausência da interlocução entre supervisão de campo e supervisão acadêmica, assim como a ausência de coordenadores de estágio, relegando ao aluno a busca pelo campo de estágio o que acarreta uma irregularidade. Também se sinaliza a dificuldade de fiscalização desses espaços, não se tendo clareza de como o processo de estágio vem sendo efetivamente conduzido (CFESS, 2011). Outro elemento corresponde a dificuldade já mencionada de acesso aos documentos produzidos por essas unidades, onde

São poucas as informações sobre a dinâmica de implementação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (monografias finais), não sendo

identificadas pelos CRESS e ABEPSS informações sobre processo de orientação e avaliação (por exemplo: se há bancas e se há orientação presencial). Também são desconstruídas ou ausentes informações sobre o papel da tutoria nos cursos, bem como exigências para sua contratação pelas instituições, a exemplo de ser ou não assistente social para disciplinas privativas, conforme estabelece a Lei 8662/1993 (CFESS, 2011, p.21).

No ano de 2014 é lançado um segundo volume do documento produzido pelo CFESS atualizando os dados apresentados no primeiro volume de 2011 e centralizando o debate na particularidade do estágio supervisionado em Serviço Social nessa modalidade de ensino visto que ele corresponde a grande maioria das denúncias recebidas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) que são os responsáveis pela fiscalização destas denúncias. A partir do mapeamento realizado pelo documento identificou-se algumas irregularidades no que tange o cumprimento da Resolução nº 533/2008 elaborada pelo CFESS:

- ausência de supervisão acadêmica;
- supervisão acadêmica realizada à distância;
- quando presencial, realizada de forma esporádica;
- o acúmulo de papéis, com o/a supervisor/a acadêmico/a realizando o duplo papel de supervisor/a acadêmico/a (docente) e de campo (assistente social);
- supervisores/as acadêmicos/as com registros em outros estados;
- supervisores/as acadêmicos/as com excesso de estagiários/as supervisionados/as (CFESS, 2014, p. 28-29).

O estágio supervisionado em Serviço Social compreende um momento crucial no processo de formação profissional em Serviço Social, afinal, o estagiário estará no contato direto com o trabalho profissional do assistente social, observando e participando das decisões institucionais que impactam diretamente nas demandas postas ao profissional e na construção das respostas profissionais dadas por ele. Os conhecimentos obtidos durante esse processo também servirão de referência para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que poderá ser produto do processo vivenciado, refletido e avaliado pelo estudante nesse momento da formação profissional. Portanto, dada a particularidade desse momento da formação profissional, é necessária uma mediação organizada entre

a instituição de ensino e o local de estágio que o estudante estará inserido. Exige, portanto, articulação sistemática e compartilhada entre a tríade do estágio supervisionado, salvaguardas as devidas condições para um exercício qualificado, o que nas condições reais da formação e do trabalho profissional torna-se um desafio.

[...] Tal situação é agravada pelo exíguo espaço de tempo destinado às supervisões, em sua dimensão formativa, pela falta de apoio de apoio das instituições que delegam aos assistentes sociais uma quantidade de serviços dos quais também participam os estagiários, e que nem sempre reflete a matriz da questão social como direção da profissão. Os alunos são subutilizados tecnicamente e percebidos como mão de obra de baixo custo e como alternativa para evitar ampliação do quadro técnico; o estagiário se vê, portanto, como um funcionário responsável pela prestação de serviços institucionais (LEWGOY, 2010, p. 126).

Entende-se que o EAD, mas não somente ele, incorpora o processo de aligeiramento da formação profissional e representa um retrocesso do ponto de vista da ampliação pública de formação profissional revestido pelo discurso da democratização e ampliação do acesso à educação superior. Outro elemento que dificulta a sua compreensão diz respeito à dificuldade de acesso aos PPP's dos cursos ofertados nessa modalidade e da resistência dos profissionais desses cursos em participar de estudos e pesquisas que avaliem a relação do Serviço Social com a educação a distância.

Levando em consideração a amplitude de vagas anuais que essa modalidade representa é preciso considerar que em breve a maioria dos assistentes sociais brasileiros serão egressos de cursos de Serviço Social a distância, o que coloca em risco as conquistas profissionais sob o ponto de vista do adensamento do conhecimento produzido pela categoria profissional como também da hegemonia do Projeto Ético-político profissional haja vista o conhecimento limitado que se tem das concepções de profissão defendidas por esses cursos.

Não é correto afirmar que a precarização da formação profissional em Serviço Social esteja atrelada apenas a essa modalidade de ensino, visto que os cursos participantes da pesquisa também apresentaram inconsistências sob o ponto de vista do projeto de



formação profissional formulado pela ABEPSS. Contudo, é correto dizer que essa modalidade de ensino assevera e distancia elementos essenciais para a formação profissional em Serviço Social como a construção e mediação do conhecimento a partir do espaço da sala de aula, a possibilidade de inserção dos alunos em projetos de iniciação científica, de ensino e extensão, a contraposição e formulação de argumentos na batalha das ideias e a vinculação do estudante com as vivências universitárias. Conforme Moraes (2016)

Nos cursos a distância, a dimensão do ensino crítico e qualificado torna-se extremamente fragilizada, por falta de experiências coletivas vivenciadas durante a formação profissional pelo discente, por falta de possibilidade de inserção em movimentos sociais (com destaque para os estudantis), ausência da relação pedagógica, da participação na vida acadêmica, em projetos e atividades de pesquisa e extensão, Assim, a formação profissional é desconfigurada, alterando a imagem do professor pelo “tutor” e do perfil do futuro assistente social (MORAES, 2016, p.125).

Não se constrói conhecimento sem debate, não se formulam respostas profissionais qualificadas sem a articulação coletiva entre diferentes sujeitos. Não é possível formar profissionais críticos e propositivos sem o adensamento teórico e a fundamentação ético-política necessários para a intervenção profissional na realidade social. **O pesquisador C** destaca que os elementos substanciais de uma formação profissional de cariz crítico

[...]demanda o debruçamento e o exercício ininterrupto da problematização, das articulações, das indagações, da mediação, da busca de elementos que possam se constituir enquanto indicativos para a apreensão das múltiplas determinações da realidade, que se mostra nua e crua (PESQUISADOR C).

O contexto presente exige cautela, frieza e análise precisa da conjuntura. Ademais, esse momento reitera a necessidade de defesa do projeto de formação profissional construído e difundido pela ABEPSS junto às unidades de ensino. Ainda que a pesquisa esteja sofrendo um processo de inviabilização não se pode perder de vista a necessidade mais do que urgente de se voltar os olhos para o Serviço Social e seu processo de formação profissional.

O projeto de formação profissional depende desse esforço que deve ser coletivo em todo o território nacional, visto que o Serviço Social tem, historicamente, amadurecido as suas concepções como também tem sido importante opositor aos desmontes que vem se consolidando nos últimos anos. Nunca é demais lembrar que não existe batalha vencida no campo profissional, de forma que velhas discussões têm sido retomadas no escopo profissional. Esse debate sobre o projeto de formação profissional defendido

[...] tem que ser orientado por um consistente e coerente projeto de profissão, no qual se explicita claramente *de que Serviço Social estamos falando*, sendo evidenciada uma clara concepção de profissão, seus objetivos, o conjunto de atribuições e competências sócio-profissionais e políticas e os padrões de respostas demandados à realidade atual, as racionalidades presentes em tais respostas e as alternativas de construção de novas respostas às tradicionais requisições institucionais (GUERRA, 2018, p. 28-29, grifos da autora).

O conhecimento é um importante instrumento de luta que nas mãos de sujeitos comprometidos com o Serviço Social crítico pode mobilizar estudantes e unidades de ensino na reafirmação do documento da ABEPSS. O tema da formação profissional precisa voltar a ser pauta de discussão no Serviço Social, não podendo ser privilegiado apenas em eventos científicos que contam com a participação limitada da categoria profissional. A formação profissional deve ser avaliada permanentemente dentro das unidades de ensino e reflexões desse processo precisam ser publicizadas e difundidas.

As entidades representativas e organizativas da categoria profissional também precisam estar mais próximas da categoria profissional dos assistentes sociais. Levando em consideração a necessidade de formação continuada essas entidades podem ofertar cursos como o projeto “ABEPSS itinerante” que convidem os assistentes sociais que estejam desempenhando suas funções profissionais a retomar os elementos preconizados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no intuito de fortalecê-las.

Um agravante que ameaça a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o projeto de formação construído pela entidade diz respeito ao avançado processo de mercantilização da educação superior, que incorpora valores mercadológicos que se

distanciam dos valores profissionais defendidos pelos documentos e estatutos profissionais do Serviço Social. De acordo com o **Pesquisador E** o processo de mercantilização da educação superior no Serviço Social impacta no

[...] aligeiramento da formação e reestruturação de currículos nas privadas, com ciclos comuns e temas do “modismo” acadêmico da lógica de mercado (empreendedorismo, responsabilidade social etc.); redução do quadro docente e superexploração, prejudicando o ensino, a pesquisa e extensão; diminuição nas políticas de assistência estudantil com sérios impactos nas condições de vida dos estudantes e sua permanência nos cursos; redução do financiamento da pesquisa e da extensão, com prejuízos numa formação ampla, para além do espaço da sala de aula; avanço do conservadorismo com impactos em termos do ensino e da pesquisa na área do marxismo (PESQUISADOR E).

Esse processo de mercantilização também corrobora para o sucateamento das Universidades Públicas que passam a ser duplamente atacadas. Primeiramente sob o ponto de vista do seu financiamento, onde pode se observar nos últimos anos cortes significativos que, logo, inviabilizarão as suas atividades básicas, assim como, em um segundo momento o contexto presente tem se mostrado desfavorável para os estudos e pesquisas que se filiam ao pensamento crítico, que sofrem perseguições tanto dentro da Universidade como fora de seus muros, em um claro processo de censura e perseguição da liberdade de pensamento no qual essas instituições se fundamentam, sendo essas as discussões realizadas no capítulo seguinte dessa obra.



## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO FIO DA NAVALHA: STATUS DE DIREITO VERSUS EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA**

A partir da adoção do Estado pelos preceitos neoliberais os direitos sociais, amplamente requisitados e constitucionalmente garantidos foram relegados às flutuações e instabilidades do mercado. Nessa perspectiva direitos como saúde, habitação e educação passam por um dilema que os colocam na contramão daquilo que se compreende enquanto política pública com financiamento do Estado. No campo da educação, o Estado se retira gradativamente de sua oferta, ainda que injete recursos públicos nas ditas parcerias público-privadas.

O primeiro subitem desse capítulo analisa o processo de mercantilização da educação superior, onde a educação, concebida como direito social, cuja função precípua é formar sujeitos críticos, questionadores e partícipes da vida social acaba sendo direcionada às necessidades e ofertas do mercado. Essa característica influi diretamente na composição das instituições de ensino superior que ofertam a educação superior. As IES vão se constituir a partir desses interesses dicotômicos, que ora garantem o acesso da população ao ensino superior, ora atendem aos novos nichos de mercado.

O segundo subitem desse capítulo evidencia os impactos desse processo para a Universidade, especialmente a Pública, que, historicamente conformada como instituição social, passa a introjetar alguns valores do mercado como individualismo, competição, produtividade e eficiência no seu processo de funcionamento. Ao mesmo tempo propõe analisar o desmonte gradativo dessas instituições no contexto presente, destacando o corte no orçamento destinado para sua manutenção como também os ataques sofridos por essa diante do conhecimento crítico que tem produzido.

O terceiro subitem discorre sobre o processo de precarização do mundo do trabalho e a perspectiva de retirada de direitos que impactam severamente na classe trabalhadora em um contexto de inseguranças, perda da estabilidade, aumento da jornada e elevação

das exigências do trabalho. As exigências de qualificação permanente e produtividade quantitativa coexistem com um cenário de degradação do trabalho e redução dos salários, dada a contingência elevada de trabalhadores partícipes do “exército de reserva”. Destaca também a interrelação desses desmontes para o trabalho dos assistentes sociais, onde estes, não ficarão imunes, visto que se encontram com vínculos de trabalho fragilizados, sendo exigidas desses profissionais respostas imediatas, irrefletidas e pragmáticas acerca das demandas que se apresentam.

### **“Tudo se compra, tudo se vende”: a educação superior sob o prisma do mercado**

“A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição da satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana”. (FRIGOTTO, 2010a, p. 34).

Os direitos sociais são conquistas legítimas resultantes das reivindicações da classe trabalhadora ao longo da trajetória sócio-histórica. Sua efetivação legal não está imune de tensões provenientes de interesses contraditórios. No campo da sociedade brasileira estas tensões têm se apresentado com mais latência a partir dos anos 1990, justamente, poucos anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que relegou estes direitos à sua condição legal.

Neste aspecto, as classes antagônicas (classe trabalhadora e classe burguesa) disputam sua conformação exigindo do Estado respostas que se opõem. À classe trabalhadora é relegado o papel de pressionar o Estado para que este amplie sua atuação de modo a abranger, cada vez mais, segmentos populacionais na garantia dos direitos sociais que são materializados por meio de políticas públicas. Nesta perspectiva, estes direitos devem ser executados com recursos públicos e amplamente acessados. À classe burguesa, por sua vez, cabe o papel, como mecanismo de manter seus privilégios de classe, de exigir que o Estado se afaste, gradativamente, de suas

funções precípuas, devendo ser estas relegadas ao mercado. Nesta perspectiva, os direitos assumem status de serviços, devendo ser acessados por segmentos que disponham de recursos para tal.

Essa disputa pode ser identificada em discursos imersos em princípios da meritocracia, onde as classes sociais, embora em posições diametralmente opostas, são fincadas na mesma posição social numa falsa ilusão de oportunidades iguais para todos onde posiciona os sujeitos nas mesmas condições de acesso aos bens socialmente produzidos.

O campo de disputa dos direitos sociais<sup>53</sup>, inicialmente, pode ser visualizado no Brasil, com mais intensidade, nos marcos do processo de industrialização, onde a população trabalhadora, passou a compor as cidades e, conseqüentemente, exigir serviços urbanos que, minimamente, garantissem melhores condições de vida. A precariedade da vida na cidade somava-se às condições degradantes nos espaços de trabalho, onde inexistiam legislações sociais que garantissem o trabalho protegido nos diversos espaços.

Estes direitos sociais, garantidos pelo Estado como mecanismo de apaziguamento dos conflitos entre as classes antagônicas foram materializados por meio das políticas sociais ainda na década de 1940<sup>54</sup>. Carvalho (2015) sinaliza que “o período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis” (CARVALHO, 2015, p. 114).

A trajetórias das Políticas Sociais no Brasil atravessa momentos de expansão e recuo no seu trato, a depender do modo como os governos lidavam com essa questão nas diferentes conjunturas históricas e sociais. De acordo com Pereira (2013), a política social “refere-se ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos” (PEREIRA, 2013, p. 67).

Ainda durante o período da ditadura militar no Brasil os movimentos sociais, os sindicatos e classe trabalhadora organizada

53 Couto (2010) esclarece esse processo de disputas e de consolidação dos direitos sociais na trajetória brasileira.

54 Na literatura especializada do Serviço Social relevantes são os estudos que tratam dessa temática a exemplo de Pereira (2013), Pereira-Pereira (2009), Couto (2010), Behring (2009) e Behring e Boschetti (2011).

tiveram papel fundamental no pressionamento do Estado frente às mudanças estruturais no campo dos direitos sociais, políticos e civis. Estas lutas organizadas, somadas ao enfraquecimento do regime militar resultaram em uma conquista no campo legal na promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988.

No entanto, o que se visualiza logo nos primeiros anos da década seguinte foi a fragilidade das conquistas democráticas<sup>55</sup>. Esse cenário mencionado pode ser visualizado com maior clareza pela incorporação dos preceitos do neoliberalismo cuja pauta já havia entrado na cena latino-americana pelo Chile, à época sob o governo do ditador Augusto Pinochet, ainda na década de 1970. No Brasil, o neoliberalismo faz parte da agenda econômica no governo de Fernando Collor de Mello (1990), fortalecendo-se nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A adoção dessa teoria econômica vem como uma verdadeira avalanche que obstaculiza a ampliação e garantia dos recém conquistados direitos sociais. Na esfera do Estado, ao incorporar esse ditame, assume uma face gerencial que pelos critérios da eficácia e eficiência corrobora com o sucateamento das políticas públicas e sociais através da mercantilização dos direitos sociais, causando uma lacuna na garantia desses direitos. Nessa realidade o Estado recua nas suas funções e transfere para a condução do mercado aquilo que deveria tomar para si no trato com os direitos sociais. Nesse contexto, refere Pereira (2009),

O Estado é definido como ineficiente, burocrático, sendo urgente reformá-lo, o que implica colocá-lo como mero financiador e gerenciador de políticas, desresponsabilizando-o de uma série de funções e “filtrando” a possibilidade de controle social por parte da sociedade civil (PEREIRA, 2009, p. 271).

---

55 “De um lado desenvolveu-se um processo singular de reformas, no que se refere à ampliação do processo de democracia - evidenciada pela transição dos governos militares para governos civis - e à organização política e jurídica - especialmente demonstrada no desenho da Constituição promulgada em 1988, considerada, pela maioria dos teóricos que a analisaram, como balizadora da tentativa do estabelecimento de novas relações sociais no país. Por outro lado, efetivou-se um processo de grande recessão e contradições no campo econômico, onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento da social” (COUTO, 2010, p. 139).



A adoção do receituário neoliberal vai impactar não só no papel do Estado como nas demais esferas da sociedade. Esse processo vem acompanhado da acumulação flexível<sup>56</sup> na esfera da gestão e produção do trabalho, de mudanças significativas no campo da cultura, em especial no que diz respeito à crítica das teorias macro-societárias, tendo a pós-modernidade<sup>57</sup> como principal difusora e no campo das conquistas democráticas da década anterior. Sendo assim, a partir da década de 1990, o país sofre um rebatimento direto nas políticas sociais e nos direitos sociais. Segundo Behring e Boschetti (2011),

o desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 133).

Ao adotar essa nova concepção pelo Estado, visualiza-se um processo de contrarreforma<sup>58</sup> deste. Direitos como previdência social, saúde, assistência social e educação<sup>59</sup> sofrem com o impacto do afastamento do Estado e da transferência da responsabilidade para a esfera privada e sociedade civil. Netto (2000) analisa esta questão ao situá-la, historicamente, no movimento contraditório da sociedade.

Qual seria o processo “normal” da reforma do Estado? Seria precisamente adequar as estruturas do Executivo, Legislativo e Judiciário ao novo ordenamento jurídico-político do país. E foi exatamente isso que não aconteceu. Por que não? Porque, curiosamente, enquanto o país registrava, nos anos 80, uma mobilização amplamente democratizante, que atingiu importantes segmentos da sociedade brasileira o mundo parecia girar no sentido contrário” (NETTO, 2000, p. 12).

---

56 Essa discussão será apresentada no item 2.3 do livro intitulado ““O trabalho doente”: a precarização do mundo do trabalho e seus rebatimentos para o trabalho do assistente social”.

57 Essa discussão é apresentada no item 1.3 do livro intitulado ““Não passarão!”: a ofensiva da onda conservadora no Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional no contrafluxo desse processo”.

58 Behring (2009) situa a discussão da contrarreforma que assume na “Reforma do Estado” um caráter de enxugamento dos direitos sociais e das conquistas democráticas diametralmente oposto às conquistas democráticas de ampliação dos direitos sociais legitimados na década anterior.

59 Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 2010, p.28).

Nessa perspectiva, o Estado seria “ineficiente”, logo, inadequado para a condução das atividades econômicas, ficando apenas com a responsabilidade de financiar e gerenciar as políticas, mas não de executá-las, cabendo ao mercado essa função. Esse abismo se amplia no ano 1995 com a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), sob responsabilidade do então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) do Governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Já no início do documento, que se apresenta como um necessário instrumento para revalidar a eficácia do Estado, coloca a necessidade de uma reforma, sendo que esta “[...] passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1995, p.6). Nessa perspectiva retoma-se a concepção de que o crescimento econômico, reduziria, automaticamente as taxas de desigualdade social e concentração de renda.

No campo da educação, este plano retrocede os ganhos da Constituição Federal de 1988 ao considerar a educação como um “serviço não-exclusivo do Estado”. Na perspectiva do plano,

[...] o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano (BRASIL, 1995, p. 13).

Essa reforma, atribuiu a educação (e outras políticas públicas) um status de serviço altamente rentável, logo, devendo ser acessada por intermédio do mercado. Da mesma forma, atenta-se a defesa da Teoria do Capital Humano, que ganhou destaque no cenário internacional no início dos anos 1970. Essa teoria, cujo precursor é o economista ganhador do Prêmio Nobel de Economia Theodore W. Schultz, preconiza que o trabalhador, quando investido por intermédio da educação pode ser tornar ainda mais rentável.

Schultz (1973) refere que, embora essa terminologia possa causar estranheza à muitos pesquisadores, sua definição é essencial

para entender o capital por completo. Segundo definição de Schultz (1973),

a característica distintiva do capital humano é a de que ele é parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros investimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui (SCHULTZ, 1973, p. 53, grifos do autor).

O economista parte do pressuposto que o ser humano pode trazer retornos de produtividade substanciais, quando investido, papel este que ele relega à educação. Da mesma forma tem o entendimento que quanto mais qualificado for maior êxito profissional terá. Em seus termos “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras porque os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ, 1973, p. 33).

Pelo menos dois pontos cruciais podem ser analisados a partir da concepção do economista. Um deles refere-se ao papel que a educação assume na concepção de Schultz (1973), uma vez que, sua função parece ser a garantia da acumulação do capital por meio da formação de “trabalhadores produtivos”. O segundo aspecto, igualmente importante, refere-se à responsabilização dos sujeitos pelo seu sucesso profissional, onde aqueles que investem em si devem, por mérito, ascender profissionalmente em relação aos demais, como uma forma de naturalizar, ou até mesmo, desconsiderar as contradições do modo de produção vigente. Essa concepção fica ainda mais nítida quando este refere que “os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, como o folclore colocaria esta questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (SCHULTZ, 1973, p. 35).

Contudo, a Teoria do Capital Humano também é objeto de investigação importantes por pesquisadores da sociologia da educa-

ção, dentre eles, Frigotto (2010), onde afirma que “a teoria mostra-se fecunda enquanto uma ideologia, tanto no sentido de falseamento da realidade quanto no de organização de uma consciência alienada” (FRIGOTTO, 2010b, p. 46).

Frigotto (2010) toma esta teoria como centro de sua análise na obra “A produtividade da escola improdutiva”, originalmente publicada em 1989. Para Frigotto (2010) esta teoria embora se diga neutra, em suma “deriva necessariamente da concepção de homem, de sociedade, que ela busca veicular e legitimar, e da função de escamoteamento das relações de produção que ocorrem concretamente na sociedade capitalista” (FRIGOTTO, 2010b, p.63).

Logo, esta teoria atua em oposição da defesa de uma educação crítica, reflexiva e questionadora, trabalhando, justamente, na contramão dessa concepção ao difundir os princípios econômicos capitalistas revestida de uma pseudoneutralidade<sup>60</sup> científica. Esses princípios do individualismo, meritocracia e do esforço individual, como valores centrais do modo de produção capitalista são também analisados por Frigotto (2010b) ao referir que

dentro dessa ótica a sociedade capitalista não está dividida em classes, mas sim em estratos. A estratificação decorre de uma analogia do mecanismo de concorrência perfeita. Os indivíduos ganham seu lugar na hierarquia de estratificação segundo o critério de mérito (FRIGOTTO, 2010b, p. 73).

Este aspecto da meritocracia pode ser destacado na obra de Schultz (1973) quando este refere que “a utilização do tempo de lazer para a melhoria das capacidades técnicas e de conhecimentos” (SCHULTZ,1973, p.32) poderia ser um fator de reconhecimento destes trabalhadores diante dos demais.

Nos anos 1990, tem-se ainda a aproximação do governo brasileiro com as recomendações internacionais do Banco Mundial (BM), cujo papel é “auxiliar técnica e economicamente” na construção de estratégias de enfrentamento à pobreza pelos países periféricos por intermédio da educação. Essas diretrizes “vem orientando um conjunto de reformas econômicas e políticas realizadas nos países da periferia do capitalismo” (LIMA, 2007, p. 51).

60 “Uma das preocupações fundamentais do pensamento econômico burguês é veicular a ideia de que a economia é uma ciência neutra, isto é, que existe uma independência entre os valores e posições do pesquisador e do processo de investigação” (FRIGOTTO, 2010, p. 66).

Lima (2007) ainda destaca o discurso do Banco mundial numa perspectiva da educação como fator de produção e inclusão. As reformas no campo educacional seriam inevitáveis para uma afinação com a perspectiva de ajuste estrutural dos países periféricos e como um esforço de garantir a inclusão dos segmentos pauperizados. De acordo com Lima (2007),

Este projeto apresenta, na imediaticidade, a noção de que o acesso à capacitação, particularmente, a capacitação tecnológica, será o passaporte de cada indivíduo para a empregabilidade. É nesse sentido que a reforma educacional imposta pelos organismos internacionais articula a retomada da teoria do capital humano (o investimento nas capacidades, habilidades, e competências de cada indivíduo) associada à teoria do capital social (a ação de grupos voluntários, de organizações não-governamentais e da responsabilidade social do empresariado para viabilizar a execução e o financiamento compartilhados da política educacional) (LIMA, 2007, p. 52).

Essas afirmações podem ser conferidas no documento lançado pelo Banco mundial no ano de 1994 intitulado “*La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*”. Este documento ao fazer a análise sobre a educação superior na América Latina estabelece quatro orientações, conforme segue,

\*Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas;

\*Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados;

\*Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior;

\*Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidade (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 1995).

Dois aspectos importantes, pelo menos, podem ser considerados a partir dessas orientações do Banco Mundial. A primeira consiste no entendimento de “maior diferenciação” entre as Instituições de Ensino Superior (IES). Essa orientação impactou consideravelmente na constituição do ensino superior brasileiro ao

secundarizar a Universidade em prol de um crescente número de faculdades e centros universitários que foram criados na década de 1990. Cabe lembrar que nessas instituições não-universitárias não é obrigatório o desenvolvimento de projetos na área de pesquisa, ensino e extensão, o que se considera um entrave para uma formação profissional consistente e de qualidade.

Outro elemento diz respeito à possibilidade de diversificação nas fontes de financiamento das Universidades, sinalizando a possibilidade de cobrança de taxas para os alunos. Essa orientação culminaria em um derradeiro processo de descaracterização da Universidade pública e gratuita, mostrando a face privatista desses organismos internacionais no trato com as instituições públicas. Cabe ressaltar que a legislação prevê a possibilidade de cobrança de cursos de pós-graduação *latu sensu* nas Universidades Públicas.

No campo legal, tem-se, em 1996 a criação da Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional (LEI nº 9.394/96) que apresenta uma série de formulações e prerrogativas no campo da educação superior, direcionadas para as transformações que naquele momento estavam em curso no país. Essa lei traz as formulações e competências mínimas que as Instituições de Ensino Superior (em suas diversas modalidades) devem obrigatoriamente seguir.

O desenho da educação superior nos anos 1990 no Brasil é de profundo antagonismo à perspectiva de direito social. Distante da concepção de universalização da educação pública o que se identifica é a educação mercadológica, rentável, de natureza privada. No campo da formação a pretensão não é formar sujeitos críticos, reflexivos, participativos e propositivos. Conforme Mészáros (2008),

uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionais e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Silva Jr e Sguissardi (2001) analisando “as novas faces da educação superior” revelam que esse novo desenho de educação criado no governo FHC a partir da incorporação dos ditames dos Organismos Internacionais “cria importantes dissonâncias com a identidade das IES, além de contribuir na produção de uma cultura

organizacional, que não valoriza a crítica, mas o consenso coercitivo e a imersão acrítica na sociedade civil e no mercado” (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p. 214-215).

A proposta do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) reflete sobre a importância do papel econômico da educação, tendo em vista que a “*proposta* refere-se negativamente à rede federal de ensino superior, que “precisaria ser revista”, silenciando-se quanto ao conjunto do ensino privado, que é majoritário e, inegavelmente, de qualidade bem inferior” (CUNHA, 2003, p. 39).

A ampliação destas instituições de natureza privada, ainda que muitas contem com a injeção de financiamento público, denota a primazia privada no campo da educação superior. No último ano do Governo FHC, com base nos dados coletados no Censo da educação superior de 2002 sua organização dava-se da seguinte forma:

Tabela 2 - Natureza das IES no último ano do governo FHC (2002)

Brasil	Total	Universidades	Faculdades Integradas	Centros Universitários	Faculdades (escolas e institutos)	CET
	1.637	162	105	77	1.240	53
Pública	195	78	03	03	80	31
Privada	1.442	84	102	74	1.160	22

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2002. Dados sistematizados pelo autor.

Esses dados dão materialidade a discussão realizada nesse livro até este momento. A partir da tabela 2 pode-se visualizar a maioria absoluta de instituições de natureza privada durante o último ano de governo de FHC (2002). Chama-se a atenção para a predominância de faculdades na oferta da educação superior brasileira neste momento, reafirmando a clara posição de escamoteamento da Universidade, especialmente a pública, neste período.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva inicia com uma promessa de democratização e ampliação dos direitos sociais e conquistas democráticas no ano de 2003. No entanto, o que se observa é um novo fenômeno na Educação Superior brasileira. Adotando a contribuição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) começa-se

a buscar pela Reforma da Educação Superior, a qual privilegia as áreas de inovação e tecnologia no campo da pesquisa. Nessa perspectiva, a partir da promulgação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004), um novo direcionamento é adotado no campo da pesquisa brasileira, ao privilegiar as pesquisas no campo da inovação tecnológica como promotoras do desenvolvimento nacional em detrimento das pesquisas nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas.

No campo da expansão da educação superior ocorrida nos dois mandatos de Lula (2003-2010) houve uma ampliação considerável de cursos de ensino superior. Afinado com a perspectiva mercadológica do governo FHC no campo da educação salvo particularidades que serão discutidas na sequência dessa produção o que se observa foi uma ampliação de cursos que possuem poucas exigências de laboratórios.

Nesse momento tem-se a expansão dos cursos superiores no grau “tecnólogo”<sup>61</sup>, e cursos na área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, como é o caso do Serviço Social (PEREIRA, 2008). Também se presencia um incentivo do uso das Tecnologias da Informação (TI) com vistas a criação da “Universidade Aberta do Brasil” (UAB)<sup>62</sup> para ofertar graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

A modalidade à distância, inclusive, foi uma forte marca do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente sob o discurso de democratização do acesso ao ensino superior a regiões afastadas o

61 Os cursos na modalidade de tecnólogo, embora confira o grau de educação superior aos profissionais tem a característica de terem a duração dos cursos reduzida, servindo como uma resposta ainda mais “eficiente” à demanda do capital por trabalhadores “qualificados”.

62 “O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil” (MEC, 2020).



que se observa ao longo deste período é um alargamento do número de matrículas na educação privada à distância pautado no discurso do acesso, conforme visualiza-se na tabela 3 e tabela 4:

Tabela 3 - Matrículas à distância no último ano do governo Lula (2010)

Brasil	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades (escolas e institutos)	IF e CET
	930.179	654.737	95.049	161.459	18.934
Pública	-	162.668	-	-	13.364
Privada	-	492.069	95.049	161.459	-

Fonte: INEP. Sinopse da Educação Superior, 2009. Dados sistematizados pelo autor.

Tabela 4 - Matrículas presenciais no último ano do governo Lula (2010)

Brasil	Universidades	Centros Universitários	Faculdades (escolas e institutos)	IF e CET
	.809.974	741.631	1.828.943	68.572
Pública	.272.971	14.166	105.987	68.572
Privada	.537.003	727.465	1.722.956	-

Fonte: INEP. Sinopse da Educação Superior, 2010. Dados sistematizados pelo autor.

A partir dos dados das tabelas, pode-se verificar que, no último ano do governo Lula, a educação a distância correspondia à, aproximadamente, 14,6% das matrículas no ensino superior. Se analisado esse quantitativo na oferta da educação à distância nas Universidades esse percentual sobe para 18,9%. As IES públicas representaram 12,8% das matrículas no período. O número de matrículas à distância no ano final do governo FHC (2002) era de 40.714, ou seja, 1,2% do total de estudantes matriculados no ensino superior. O que se pode concluir a partir destes dados é que houve um aumento de 13,4% de estudantes na modalidade à distância ano final do Governo Lula em comparação ao ano final do Governo FHC<sup>63</sup>.

63 Cabe destacar, contudo, que a Sinopse Estatística do Ensino Superior presente no Censo de 2002 apresenta os dados coletados até o dia 30/06/2002. Caso o censo apresentasse os dados do ano completo provavelmente os dados sofreriam alterações.

Outra marca da educação superior no Governo Lula são as parcerias público-privadas no trato desta política pública, instituídas pela Lei nº 11.079/2004. O Programa Universidade para todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (FIES) são expressões desse período. Ao mesmo tempo em que se buscam parcerias entre as esferas público-privado, tem-se o REUNI<sup>64</sup>, cuja expressão é a expansão do Ensino Superior público em regiões afastadas dos grandes centros do país, e a oferta desenfreada do ensino superior na modalidade a distância, conforme os dados apresentados anteriormente.

Por outro lado, embora o governo Lula tenha representado uma face contraditória sob a perspectiva da democratização do ensino, vide as parcerias público-privadas (o PROUNI e FIES são exemplos disso) e a expansão do ensino à distância conforme proferiu-se anteriormente, não se podem negar alguns avanços no campo da educação pública. Neste governo houve uma expansão, ainda que insuficiente, de vagas e instituições de natureza pública. Conforme o Ministério da Educação (MEC),

Por meio do programa de expansão da educação superior, 14<sup>65</sup> universidades federais foram criadas a partir de 2003. Dez delas voltadas para a interiorização do ensino superior público. As outras quatro, planejadas para a integração regional e internacional (MEC, 2010).

Esse processo de interiorização é uma resposta às lutas históricas pela democratização da educação não só nos grandes centros, mas em regiões afastadas cujo direito não é acessado<sup>66</sup>. Diante desse

---

64 O plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo decreto 6.096/07 tem como objetivo “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação” (BRASIL, 2007, p.01).

65 “Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR Universidade Federal do ABC - UFABC Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB (2010) – (em implantação)” (MEC, 2010).

66 O autor dessa tese, por exemplo, é um dos milhares de estudantes que acessaram a Universidade Pública criadas no governo Lula. Na Universidade Federal do Pampa, criada pela Lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008, fez sua graduação em Serviço Social (2014) e Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos (2015).

fato, não se pode negar a ampliação do acesso ao ensino superior, nesse período, para “os filhos da classe trabalhadora que, até então, não tinham possibilidades reais de acesso à graduação. Essa ampliação pode ser conferida na tabela 5 onde destaca-se o aumento de instituições públicas<sup>67</sup> no último ano do governo Lula (2010) se comparado ao último ano do governo FHC (2002):

Tabela 5 - Natureza das IES no último ano do governo Lula (2010)

Brasil	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades (escolas e institutos)	IF e CET
	2.378	190	126	2.025	37
Pública	278	101	07	133	37
Privada	2.100	89	119	1.892	-

Fonte: INEP. Sinopse da Educação Superior, 2010. Dados sistematizados pelo autor.

Essa produção tem clareza sobre o processo de fixar “um olho no peixe e o outro no gato”<sup>68</sup> típicos dos governos do Partido dos Trabalhadores e, portanto, não se exige da crítica aos aspectos negativos que esta expansão acarretou, principalmente, no que Lima (2013) considera enquanto “certificação em grande escala”. No entanto, destaca-se que essas contradições são provenientes dos traços do neodesenvolvimentismo<sup>69</sup> presente nos governos de Lula e que ganharam sequência nos governos Dilma.

O governo Dilma é marcado pela continuidade do governo Lula no que diz respeito à política de educação superior. Foi no seu governo que a maior greve da história da educação superior brasileira ocorreu, sendo realizada pelos docentes das Universidades Públicas com duração de quase quatro meses. A greve contou com o apoio de estudantes e atingiu o índice de 95% das Universidades Federais Brasileiras.

67 Esse aumento corresponde a instituições públicas geridas pelos estados, não sendo, em sua totalidade, Universidades Federais. Da mesma forma, a lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 instituiu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

68 Expressão usada como conotação para expressar a tentativa de “agradar” dois senhores “burguesia” e “proletariado” por meio da conciliação de classes.

69 A discussão sobre os traços do neodesenvolvimentismo nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015) e seus impactos para o Serviço Social são, brilhantemente, discutidas na obra “A ofensiva do conservadorismo: Serviço Social em tempos de crise”, de autoria da assistente social doutora Suéllen Bezerra Alves Keller, publicada em 2019.

Outra característica do seu governo foi o investimento na área da educação profissional com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513/2011. Esse programa tem como público-alvo estudantes ou concluintes do ensino médio da rede pública de ensino, os trabalhadores e os beneficiários dos programas de transferência de renda (MEC, 2020). Este programa objetiva qualificar a mão-de-obra dos trabalhadores, por meio da oferta de cursos em instituições públicas, tendo os institutos federais como exemplo, ou privadas, como é o caso das empresas vinculadas ao sistema “S”.

No seu segundo governo sob o lema “Pátria Educadora” Dilma é reeleita sob o discurso de ampliação dos recursos para o financiamento da educação, bem como, a continuidade do processo de “democratização do ensino”. Para tanto, é aprovado no seu governo o Plano Nacional de Educação (PNE) a partir da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Lima (2015) refere que as metas deste plano, são uma continuidade das orientações do REUNI, uma vez que,

[...]o novo PNE realiza dois movimentos: aprofunda a certificação em larga escala operada pelo Reuni, bem como fortalece o empresariamento da educação (básica e superior) através das vagas “públicas” nas entidades privadas do sistema S e da ampliação da isenção fiscal aos empresários da Educação Superior pelo FIES (nos cursos privados de graduação de pós-graduação, ambos nas modalidades presencial e a distância) (LIMA, 2015, p.40).

No que diz respeito à expansão do ensino superior no governo Dilma pode-se identificar um crescimento nos números de IES no seu governo. Ao todo foram criados 03 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), 07 Universidades Públicas e 37 Centros Universitários. Neste aspecto mantém-se a característica dos governos petistas de ampliação das IES brasileiras com aumento das instituições de natureza pública, mas com a predominância das IES privadas. Os dados podem ser visualizados na tabela 6 que apresenta a natureza das IES no último ano de governo Dilma:

Tabela 6 - Natureza das IES no último ano do governo Dilma (2016)

Brasil	Total	Univer- sidades	Centros Universitá- rios	Faculdades (escolas e institutos)	IF e CET
	2.407	197	166	2.004	40
Pública	296	108	10	138	40
Privada	2.111	89	156	1.866	-

Fonte: INEP. Sinopse da Educação Superior, 2016. Dados sistematizados pelo autor.

O governo de Dilma Rousseff, democraticamente eleito por 54 milhões de brasileiros teve um fim precipitado no ano de 2016 por meio de um golpe parlamentar. Demier (2017) faz uma análise deste momento histórico e situa na direita brasileira uma importante protagonista desse movimento, onde essa “se dedicou a criar um clima de instabilidade política que, por si só, inviabilizava a reversão da crise econômica, isto é, inviabilizava a recuperação da alta lucratividade do capital” (DEMIER, 2017, p. 97).

Demier (2017) refere que durante um período de 10 anos o Partido dos Trabalhadores conseguiu governar “por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia” (DEMIER, 2017, p. 83). No entanto, a partir dos anos finais do primeiro mandato a crise econômica começou a invadir a vida dos brasileiros onde “os índices econômicos começaram a cair abruptamente, o desemprego aumentou e a inflação começou a corroer o poder de compra dos trabalhadores (DEMIER, 2017, p. 84).

Somados a isso, a direita brasileira, em sua face mais reacionária, com o risco de perda dos próprios privilégios e tomada, substancialmente, pelo ódio ao PT articulou-se para a retirada deste do poder. As manifestações protagonizadas pela direita brasileira insatisfeitas com o resultado das eleições de 2015 tomaram um espaço que, em raiz, não lhes pertencia: as ruas. Do início do segundo mandato do governo Dilma até a sua queda em 2016 o Brasil viveu uma série de movimentos liderados pela nova direita, de composição “extremista, *internética* e adepta de um anticomunismo irascível” (DEMIER, 2017, p. 86, grifos do autor).

O resultado desse processo é de amplo conhecimento de toda a população. A simbologia do pato da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), as caras-pintadas de verde amarelo, os desfiles com a bandeira do Brasil, os bonecos do ex-presidente Lula vestidos como presidiários, os adesivos machistas e misóginos de conotação sexual utilizando a figura da então presidente Dilma Rousseff, o trabalho incansável de marginalização dos governos petistas pela mídia hegemônica representada pela Rede Globo de Televisão culminam na abertura e votação do processo de *impeachment*.

Sob condução de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos deputados presenciou-se uma das cenas mais aterrorizantes da frágil democracia brasileira. Com dedicatórias “à família”, “aos amigos”, a “Deus”, “ao combate à corrupção” o pedido de *impeachment* foi aprovado na câmara dos deputados no dia 17 de abril de 2016 por 367 votos a favor, 137 contrários e 09 abstenções sem que se tivesse sido debatido a real razão para o processo de admissibilidade do processo de *impeachment*: o “crime” de responsabilidade fiscal. No Senado Federal, no dia 12 de maio de 2016, os senadores aprovaram a admissibilidade do pedido de *impeachment* por 55 votos a favor e 22 contrários.

Com o vice-presidente Michel Temer assumindo a Presidência da República, em um governo ilegítimo, uma nova era de perdas democráticas se instaurou na sociedade brasileira. Uma grave crise político-econômica cujos reflexos já estão sendo identificados no campo dos direitos sociais, como a ampliação da idade de aposentadoria por meio da construção da reforma da previdência<sup>70</sup>, a retomada da discussão sobre a diminuição da maioria penal, a intensa flexibilização das legislações trabalhistas por meio da reforma trabalhista, a redução de recursos que seriam destinados à saúde e educação com o novo direcionamento dos lucros provindos do pré-sal e o contingenciamento dos gastos públicos na área social pelo período de 20 anos aprovado e sancionado na Emenda Constitucional 95/2016 foram apenas alguns dos retrocessos desse período.

No campo da educação superior, o contingenciamento dos gastos públicos para o investimento da educação por 20 anos mostra o intento de derruição da Universidade Pública no país, intensifican-

---

<sup>70</sup> Tendo essa sido aprovada no dia 23 de outubro de 2019 sob o governo de Jair Messias Bolsonaro.

do seu sucateamento não só físico como da promoção da pesquisa, dados os crescentes cortes no financiamento desta nos últimos anos. Sob constantes ataques cujos conteúdos e atividades são postos cotidianamente “à prova” o cenário para a pesquisa científica brasileira e a permanência da Universidade Pública é desanimador. Portanto, o papel desse livro é, inclusive na produção do conhecimento, auxiliar para o desvendamento desse processo e contribuir para a defesa de uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade. O compromisso do autor com a Universidade Pública atrela-se à um projeto de sociedade cuja educação crítica seja de acesso para toda a população.

Ademais num contexto regressivo de avanço do conservadorismo e de forças que ameaçam os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, onde se inclui o acesso à educação e uma formação de qualidade, a unidade da classe trabalhadora é fundamental, pois o acirramento da luta de classes, sem dúvida, será uma marca dos novos tempos que se avizinham.

A concepção de educação defendida nessa obra alia-se à sua face emancipatória, pois entende que o conhecimento, como patrimônio da humanidade, deve estar ao acesso de toda a população. Esta educação, de natureza plural, deve estimular o questionamento, novas indagações, acolher outras formas de manifestação do pensamento. O conhecimento crítico é instrumento de luta e serve para descortinar os meandros, as farsas, as ilusões, a unilateralidade, “a receita de bolo”, a formação para o consenso, que o modo de produção capitalista insiste em definir como educação.

Nesse sentido, a forma como a política superior vem sendo conduzida pelo Estado corrobora para o desmonte das Universidades públicas ao mesmo tempo em que o setor privado avança no provimento dos cursos superiores. As forças contraditórias para a derruição do aspecto público e universal da Universidade são inúmeras. Para elucidar, tem-se o Projeto de Lei nº782/2015 de autoria do então Deputado Federal Marcelo Crivella que “dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino superior”. O projeto acabou sendo arquivado no ano de 2018, mas demonstra o permanente tensionamento entre a universalização do público e a mercadorização deste. A discussão da Universidade frente a esse cenário contraditório será realizada na sequência desta produção.

## **“A Universidade da Balbúrdia”: a decadência da Universidade enquanto Instituição Social**

Quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade como passa a ser uma necessidade. Afinal, quanto maior é o exército de analfabetos ou analfabetos funcionais, maiores serão as chances de oferecer serviços em forma de cursos fast food. E desta maneira, serviços “educacionais” compensatórios e voltados aos interesses imediatos de empresas passam a ser o cânone, descaracterizando a quase milenar proposta/missão da hoje (ex) universitas. (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p.105).

No item anterior deste livro buscou-se dar visibilidade ao debate da educação superior especialmente a partir do seu processo de reordenamento iniciado nos anos 1990. Identificou-se que, desde então, as investidas do capital mediadas pela ação do Estado têm relegado à educação um nicho de mercado em crescente expansão e alta lucratividade. Esse processo de mercantilização corrobora para a aniquilação desta educação enquanto direito social garantido na Constituição Federal de 1988.

As estratégias criadas no governo FHC que ganharam continuidade nos governos Lula e Dilma e dão sinais de agravamento no governo Bolsonaro consistem em uma maior diversificação dessas instituições no que tange sua natureza administrativa, bem como, em suas fontes de financiamento. A Universidade, é uma das instituições que, historicamente, tem se encarregado de materializar a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação no campo da educação superior brasileira. No entanto, ela não é priorizada como instituição central para a condução da política de educação superior no Brasil, ficando essa função relegada às faculdades, conforme dados já apresentados neste estudo.

Esse item, objetiva situar a Universidade como a principal instituição promotora das pesquisas e do avanço da ciência no Brasil e, na contramão, o seu permanente desafio de garantir uma formação graduada e pós-graduada de qualidade em um contexto que a deslegitima, questiona seu papel social, tolhe sua autonomia e enxuga os recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Os ataques à Universidade, especialmente a pública, tem sido cada vez mais frequentes, seja na forma dos questionamentos acerca



dos estudos científicos que tem sido produzidos nas instituições, julgando-lhes como de “cunho ideológico”, seja na conduta persecutória e fiscalizadora à grupos de pesquisa e produções científicas de conteúdo crítico. Termos como “ideologia de gênero”, “Marxismo cultural” e o “escola sem partido” passaram a figurar entre debates e projetos de lei cujo conteúdo expressa o avanço neoconservador e persecutório dentro e fora das instituições de ensino. Marafon e Souza (2018) destacam que

Com o argumento de defesa da família tradicional frente a uma supostamente perigosa infiltração da perspectiva de gênero tanto nas instituições, quanto nas políticas públicas e na vida cotidiana, essa narrativa constrói estratégias em meio a um campo de disputa de poder que encontra adesão também de outras matrizes religiosas, não somente católica, pois setores neopentecostais, especialmente na América Latina, também se apropriaram do termo “ideologia de gênero” e do discurso antigênero, contribuindo para a sua disseminação. (MARAFON; SOUZA, 2018, p. 76).

Essas temáticas passaram a reverberar nos discursos dos setores conservadores e por meio dos seus representantes políticos, provocando uma criminalização dos cursos e pesquisadores que traçam estudos nessa área. A resistência à estas temáticas e os movimentos contrários à sua ampla divulgação atacam à liberdade de expressão e ferem a ciência. Marafon e Souza (2018) analisam que esta postura “é uma ameaça que intimida liberdades, tenta calar e amordaçar, num jogo político, as vozes dissonantes de grupos que há tempos não eram ouvidos e vinham articulando outros discursos” (MARAFON; SOUZA, 2018, p. 81).

Seja pela desvalorização das ciências humanas e ciências sociais aplicadas “no bolo” dos recursos das agências de fomento<sup>71</sup>, seja pela falta de investimentos em recursos humanos e materiais, seja pela permanente cobrança de produtividade e eficiência, dentre outros fatores, a universidade pública vem sendo tolhida em um processo extenuante de precarização. Esses embates têm relegado

---

71 Em estudo recentemente publicado Ribeiro et al. (2020) fazem uma análise do financiamento das pesquisas pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014 onde identificaram que a grande área da linguística e das ciências humanas receberam o menor montante de recursos para a realização de pesquisas se comparado à outras áreas de conhecimento como ciências biológicas, engenharias e ciência da saúde, dentre outras. Para acessar os dados completos do estudo sugere-se a leitura do artigo de Ribeiro et al. (2020).

à Universidade Pública a difícil tarefa de manter seu compromisso com a ciência, com o conhecimento plural, a realização de pesquisas, a consolidação da graduação e a ampliação da pós-graduação e o compromisso social historicamente firmado.

Na conjuntura brasileira essa realidade se agrava com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, de ultradireita, em outubro de 2018. O atual Presidente da República, pautado em um discurso moralizante e persecutório, já amplamente publicizado ainda no período de campanha eleitoral, relegava à educação uma amarga batalha a ser enfrentada, seja pela sua descrença no conhecimento científico<sup>72</sup>, seja pela sua política de contingenciamento no orçamento dessas instituições, seja pela sua perseguição pública à esquerda brasileira e aos conhecimentos críticos por ela produzidos, ou ainda pela escolha dos Ministros que conduzirão a Política de Educação a partir do início de seu mandato.

Durante o período eleitoral o então candidato, Jair Bolsonaro, em uma clara tentativa de descaracterizar e perseguir a Universidade Pública, chegou a indicar, caso fosse eleito, que criaria o “voucher educação”, uma espécie de vale que poderia ser usado, como garantia à educação superior, pelas famílias brasileiras em Universidades Privadas “à sua escolha”. À época chegou a retomar a discussão sobre a possibilidade de cobrar mensalidade dos alunos “mais ricos” em Universidades Públicas<sup>73</sup>.

A Universidade brasileira não está isenta das crises econômicas, políticas e sociais pelas quais passa o país. Essas inseguranças não somente rebatem no financiamento dessas instituições como na sua razão de existir. Chauí (2001) refere que a Universidade é uma instituição social, “Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Com trajetória milenar, a partir de seu surgimento na Europa, até a origem dessas instituições no Brasil, na década de 1920<sup>74</sup>, sua

72 Que ganhou nitidez no modo como o governo tem “enfrentado” a questão da covid-19.

73 Matéria intitulada “‘vouchers’, ensino à distância e Universidade paga, os planos na mesa de Bolsonaro” publicada pelo “el país brasil” em 05 de novembro de 2018. disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541111385\\_565042.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541111385_565042.html)>. acesso em: 02 maio 2020.

74 A primeira Universidade brasileira é criada a partir do Decreto nº14.343, de 07 de setembro

conformação foi se redesenhando no movimento histórico e as permanentes tensões tem atacado três funções precípuas da Universidade: a construção do conhecimento científico, a sua função autônoma e a livre manifestação do saber.

Sobre a composição da Universidade, em seu sentido mais amplo, Sobrinho (2010) refere que,

A universidade é muito mais do que aquilo que dizem a seu respeito. Essa complexidade de sentido tem a ver com o fato de que ela é uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, sociais, portanto, ações constitutivas do ético e do político. Não se trata da formação apenas prática, ainda que isso hoje ganhe grande valor, em uma hora em que valor é entendido como preço. Não obstante essa tendência, é sempre importante não esquecer que a ética exige que a universidade seja um espaço institucional de formação de seres sociais pensantes, críticos, reflexivos.” (SOBRINHO, 2010, p. 31).

Partindo desse ponto de vista a Universidade, em seu interior, tem sido pressionada a reproduzir os valores e princípios que legitimam o modo de produção capitalista, coibida a tolher processos de construção crítica do conhecimento que tenham como objetivo exclusivo a formação humana. Esse fato ocasiona em um atenuante processo de esvaziamento da construção do livre pensar, do processo investigativo, do empolgante trajeto da descoberta, dos devaneios e tortuosos caminhos necessários para a consolidação da ciência, bem como do fortalecimento da formação humana<sup>75</sup>.

Nesse cenário torna-se corriqueiro visualizar a Universidade como se esta fosse uma grande empresa, onde se criam rankings em que as pontuações concedidas são determinantes para o reconhecimento externo da instituição perante a sociedade e nas disputas que se criam entre instituições diferentes. Embora essa realidade seja

---

de 1920, correspondendo a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

75 Tonet (2006) compreende que a formação humana em plenitude não poderá ser alcançada dentro desse modo de produção. Para o autor “Se definimos a formação humana integral como o acesso, por parte do indivíduo, aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, então formação integral implica emancipação. Vale dizer, uma forma de sociedade na qual todos os indivíduos possam ter garantido esse acesso. Porém, uma tal forma de sociedade requer, necessariamente, um tipo de trabalho que tenha eliminado a exploração e a dominação do homem pelo homem. Somente uma sociabilidade baseada nessa forma de trabalho poderá garantir aquele acesso.” (TONET, 2006, p. 14-15).

mais comum em Universidades privadas, essa relação competitiva não está completamente ausente nas Universidades públicas. Esta breve contextualização é necessária para demarcar o território de tensões das quais a Universidade brasileira vem se revestindo.

Chauí (2003) ao analisar esse contexto confere que a Universidade, neste momento, deixa de ser Instituição Social e passa a ser concebida enquanto Organização Social, incorporando as funções e organizações de uma grande empresa, cujos valores da competitividade e eficiência passarão a ser princípios norteadores da sua atuação. Esclarece a autora que,

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. [...]Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe (CHAUÍ, 2003, p. 06).

Nesse sentido, a Universidade incorpora uma face que afasta os interesses da grande maioria da população. Essa “nova” Universidade, de caráter gerencial, passa a servir como um modelo de uma grande empresa cujo serviço ofertado passa a ser a educação, ou seja, fica à disposição da parcela da população que dispõem de recursos para acessá-la, cujo produto passa a ser o conhecimento que ali é produzido. Esta nova organização passa a ser reflexo das transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do avanço do processo de acumulação de capital. Neste momento é importante localizar esta instituição como parte dos movimentos do capital e dos seus rebatimentos na realidade social.

Chauí (2003) refere que a Universidade, na sua condição de organização social, passa a ser concebida enquanto uma Universidade Operacional. Neste sentido,

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUÍ, 2003, p. 07).

Estes fatores são reflexos dessa articulação entre Universidade e mercado, cuja atuação se confunde por expressarem valores que estão inter-relacionados. O conhecimento passa a ser “encomendado”; a produtividade passa a ser valor indispensável para a avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação; instituem-se rankings que criam e acirram disputas entre cursos e entre instituições; o financiamento para as pesquisas volta-se para áreas da tecnologia que “trarão desenvolvimento” para o país<sup>76</sup>, refutando as análises fundamentais tecidas pelas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas; ampliam-se as instituições privadas, reforçando a tradição de uma educação privada como marca no Brasil; os estabelecimentos isolados, marca da trajetória da educação brasileira, tornam-se mais comuns e cujos reflexos atingem o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, uma vez que, nestes estabelecimentos sua provisão não é obrigatória; incentivam-se as parcerias público-privadas, distanciando ainda mais, da consolidação da educação pública no país e, por fim, é fragilizada a relação da Universidade com a comunidade, como se esta fosse uma instituição desvinculada do contexto social em que se insere.

Essa constituição da universidade mercantilizada atende a interesses particulares muito bem definidos, logo ela é parte essencial da difusão de valores<sup>77</sup>, ideologia, princípios e projetos que comungam com este modo de produção. Sobre esta questão Antunes e Pinto (2017) referem que,

A educação requisitada atualmente pelo capital deve ser “ágil”, “flexível” e “enxuta”, como são as empresas geridas pelo sistema toyotista. Não foi por acaso que as grandes corporações inventaram a “universidade corporativa”. Se as universidades, com especial destaque às públicas, produzem pesquisa e avançam na discussão das possibilidades e da necessidade permanente de uma sociedade baseada em outro modo de produção e de vida, as corporações privadas desempenharam, por sua vez, sua própria universidade para

---

76 “Apenas o conhecimento útil, gerador de riquezas materiais, tem valor de destaque nessa ótica. É valorizada somente a instituição que produz conhecimento útil e/ou forma profissionais com as competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho” (SOBRINHO, 2010, p. 81).

77 “Não basta ter uma formação de qualidade, tem que ser de “qualidade total”; não há mais garantia de emprego, o sujeito tem que se tornar empregável; e tornar-se empregável implica escolher as competências que o mercado reconhece como necessárias aos seus objetivos e adequá-las permanentemente; por fim, resta o espaço da ideologia de ser “patrão de si mesmo”, assumindo o “dom” de empreendedor.” (FRIGOTTO, 2018, p. 21).

forjar trabalhadores/as dentro dos seus *valores empresariais*. Feito o experimento da “universidade corporativa”, é hora de propagá-lo para todo espaço da educação formal, em todos os seus níveis, do ensino básico à pós-graduação (ANTUNES, PINTO, 2017, p. 100, grifos dos autores).

Todos esses fatores rebatem não somente na organização e estruturação destas instituições, agora com status de organização, mas também na forma como a educação superior e, consequentemente, o conhecimento são tratados na realidade brasileira. Chauí (2003), refere que esta Universidade

é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural (CHAUÍ, 2003, p. 9).

Desse modo, estas instituições também sofrem com os ditames e requisitos que o mercado vai impondo, afetando na estruturação dos cursos, na composição do corpo docente e no estreitamento das relações entre Universidade e empresas privadas. Segundo dados da Sinopse da educação superior de 2019 atualmente o Brasil conta com 2.608 instituições de ensino superior (IES) que podem ser conferidas na tabela a seguir:

Tabela 7 - Natureza das IES no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019)

Brasil	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades (escolas e institutos)	IF e CET
	2.608	198	294	2.076	40
Pública	302	108	11	143	40
Privada	2.306	90	283	1933	-

Fonte: INEP. Sinopse da Educação Superior, 2019. Dados sistematizados pelo autor.

Os dados apresentados na tabela evidenciam a tendência privatista da educação superior no Brasil conforme os dados apresentados nesta obra no item anterior. Comparado ao último ano do

governo Dilma (2016), o último censo da educação superior publicado evidencia que houve um aumento de 201 novas instituições de ensino superior, com a criação de 06 novas instituições de natureza pública (sendo 03 novas instituições federais) e 195 instituições de natureza privada, com destaque para os centros universitários (127 novas IES) e faculdades (67 novas IES). Esses dados mostram com clareza que a Universidade, seja ela de natureza pública ou privada, não protagoniza a condução da educação superior brasileira.

A negação destas instituições como promotoras e protagonistas do conhecimento científico brasileiro foi mencionada por Bolsonaro em entrevista concedida à *jovem Pan* no dia 08 de abril de 2019 sobre o balanço dos primeiros cem dias de sua gestão à frente da Presidência da República. No momento da entrevista Bolsonaro mencionou que “Poucas universidades têm pesquisa e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada”<sup>78</sup> (BOLSONARO, 2019) destacando o protagonismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie nesse processo.

No entanto, refutando a fala de Bolsonaro o Jornal da USP publicou uma matéria logo na sequência onde apresenta dados coletados pela organização internacional *Clarivate Analytics* cujos resultados sinalizam que, aproximadamente, 95% das pesquisas realizadas nas Universidades brasileiras estão sendo comandadas pelas instituições públicas, o que denota o protagonismo destas instituições para a promoção da ciência no país. Ainda de acordo com os dados<sup>79</sup> a universidade privada mais bem colocada no ranking desse levantamento ocupa a 37ª posição e corresponde à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Importante destacar que a grande maioria dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) brasileiros estão vinculados a instituições públicas. Segundo dados coletados na Plataforma Geocapes (2020) de um total de 4.526 Programas de Pós-graduação 58,2% dos PPG's são vinculados à Universidades Federais (2.634 programas), 23% em Universidades Estaduais (1.040 programas), 18,1% à Universi-

---

78 A entrevista do presidente Jair Bolsonaro à *jovem pan* pode ser conferida na íntegra por meio do link: <[https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahAct\\_Y&ab\\_channel=OsPingos-nosIs](https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahAct_Y&ab_channel=OsPingos-nosIs)> Acesso em: 11 de dez. 2020.

79 A tabela completa pode ser encontrada no link:<<https://ciencianarua.net/wp-content/uploads/2019/04/100-univ-inst-com-mais-artigos-2014-a-2018-BRASIL.pdf>> Acesso em: 11 de dez. 2020.

dades Privadas (819 programas) e 0,7% em instituições municipais (33 programas) (BRASIL/CAPES,2020). Esses dados trazem que a pós-graduação brasileira inverte a lógica privatista da graduação, sendo majoritariamente conduzida por Universidades Públicas. Desse modo, também é possível observar que, consequentemente, a produção científica será mais expressiva nestas instituições.

Outro aspecto fundamental que necessita ser considerado diz respeito ao financiamento da Universidade Pública brasileira cuja manutenção está ameaçada especialmente por conta do teto de gastos públicos aprovados pela EC nº 95/2016<sup>80</sup>. Essa emenda à constituição prevê o congelamento por 20 anos dos gastos relativos a políticas<sup>81</sup> como a educação e saúde. Leher e Santos (2020) sobre esta nova realidade destacam que,

A EC nº95/2016 estabeleceu um teto declinante das despesas primárias do Governo Federal por vinte anos. Isso significa que, até 2036, o orçamento federal estará restrito ao valor executado em 2016, corrigido em 7,2% no ano de 2017, e nos anos seguintes pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A medida estabelece que os gastos primários federais sejam reajustados por esse indicador da inflação nacional. A regra de ouro do “Novo regime Fiscal” poderá ser alterada somente após 10 anos de vigência e seu descumprimento por parte de qualquer órgão federal implicará em várias sanções, como o impedimento de contratar novos funcionários e de criar novas despesas (LEHER, SANTOS, 2020, p. 232).

Esse montante, a longo prazo, denota a insustentabilidade da manutenção, inclusive física, das Universidades e Institutos federais, o que representa um projeto claro de desmonte gradual da educação superior pública brasileira. No ano de 2019 muitas instituições chegaram a declarar que, com o bloqueio orçamentário de

---

80 “No contexto da crise econômico-política, sobreveio o golpe jurídico-parlamentar, que, por sua vez, foi coroado com a aprovação da Emenda Constitucional nº95 (EC95), de 15 de dezembro de 2015, a conhecida emenda de teto de gastos. Ela impôs constrangimentos sucessivos e progressivos ao orçamento da administração federal, colocando em xeque, antes de tudo, as despesas discricionárias, dinâmica que força, em seguida, o encolhimento das despesas obrigatórias. Mais precisamente, o objetivo principal da EC 95 não é simplesmente o de constrianger o orçamento da União, mas, por meio desse expediente, diminuir o tamanho do Estado brasileiro. Eis porque desfraldou-se, com todo o vigor, a bandeira da privatização ampla e irrestrita” (GIOLO, 2020, p. 22).

81 “É a medida que reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com as políticas sociais e os investimentos públicos” (LEHER, 2019, p. 31).



30% pelo governo federal, talvez não conseguiriam arcar com suas despesas básicas e a finalização do ano letivo estava ameaçada<sup>82</sup>.

De acordo com o portal da transparência da união nos últimos cinco anos foram investidos os seguintes recursos para a educação conforme tabela abaixo:

Tabela 8 - Despesas pagas pela União nos últimos 05 anos

Ano	Total de despesas pagas	Despesas pagas com a educação	Despesas para educação superior
2016	R\$2.488.291.540.081,71	R\$95.184.486.040,65 (3,82% do total de despesas pagas)	R\$29.534.698.747,49 (31,03% do total de despesas pagas com a educação)
2017	R\$2.394.603.835.626,22	R\$101.815.636.008,00 (4,25% do total de despesas pagas)	R\$30.676.748.178,23 (30,13% do total de despesas pagas com a educação)
2018	R\$2.522.851.485.622,20	R\$95.590.471.550,92 (3,79% do total de despesas pagas)	R\$29.646.098.104,22 (31,01% do total de despesas pagas com a educação)
2019	R\$2.607.035.269.465,40	R\$94.473.991.504,89 (3,62% do total de despesas pagas)	R\$30.408.260.031,27 (32,19% do total de despesas pagas com a educação)

Dados sistematizados pelo autor a partir dos dados coletados pelo portal da transparência da união (2020).

Pode-se analisar a partir dos dados que os gastos com educação não correspondem nem à 5% do total de despesas pagas, evidenciando que, a educação, de fato, não é uma prioridade governamental no que tange a destinação de recursos. Percebe-se também que, embora o valor das despesas pagas tenha aumentado ao longo dos últimos anos, houve uma diminuição desses recursos para a área da educação.

82 Universidades tradicionais como a UFRJ e a UFRGS não tinham recursos para o pagamento da luz, no primeiro semestre de 2019. Cabe lembrar que uma parcela considerável do recurso para a educação chegou a ser negociada com a bancada do congresso nacional, por meio da injeção de recursos para emendas parlamentares, como barganha política para a aprovação da reforma da previdência.

Faz-se necessário destacar que estas medidas fazem parte de um projeto, projeto este que pretende corroer as bases de sustentação das instituições públicas, tornando exíguos os recursos para despesas, manutenção e desenvolvimento destas instituições. Este projeto é idealizado por um governo que demonstra ser desfavorável ao conhecimento científico, antagonico à democratização da educação pública, avesso aos professores e profissionais da área da educação e “*terrivelmente contrário*”<sup>83</sup> ao pensamento crítico.

Outro fato contundente que protagoniza o processo de privatização das Universidades Públicas se deu por meio do *projeto future-se*. Na gestão do então ministro da educação Abraham Weintraub este projeto mercantilista chegou a ser encaminhado para apreciação do congresso nacional. Caracterizado como Projeto de Lei nº3076/2020 o projeto prevê, dentre outras coisas, que a Universidade teria “autonomia” para buscar outras fontes de financiamento, desresponsabilizando o governo federal da manutenção das instituições públicas.

Sob a égide do *livramento da formação militante e da plantação de maconha*<sup>84</sup> no interior das Universidades Públicas o discurso do então ministro, embora tomado por traços ensandecidos, é certo: naquilo que se propõe: a balbúrdia, que ao seu ver, desprestigia o ethos universitário e as vaidades acadêmicas, tem pintado as instituições universitárias de povo, de classe trabalhadora, de diversidade étnico-cultural, da pluralidade de pensamento. O *future-se* não trata apenas do financiamento da universidade e sim, acima de qualquer coisa, do questionamento de sua autonomia enquanto instituição social. Giolo (2020) infere que

O *future-se* não tem apenas a pretensão de solucionar problemas econômicos e administrativos; quer neutralizar uma hipotética cosmovisão marxista. Os ingredientes de ordem administrativa que estão presentes nas duas versões do *Future-se* revelam uma tentativa de aparelhamento autoritário com fins, além dos declarados, de expurgo ideológico. (GIOLO, 2020, p. 28).

---

83 Fazendo alusão à fala do Presidente da república quando este afirmou que iria indicar um ministro “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal (STF).

84 O então ministro da educação falou em entrevista para o Jornal da cidade online que as universidades públicas “têm plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas em algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda a tecnologia que tem à disposição” (WEINTRAUB, 2019).

Nesse sentido, o programa atinge em plenitude a autonomia das instituições, com uma espécie de controle das produções realizadas em seu âmbito, ferindo, dentre outros fatores, a liberdade de cátedra com um permanente tensionamento que questiona sua legitimidade e importância. Atento às propostas desse projeto, Leher (2019) analisa que

A ideia-chave é que as instituições devem ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o governo federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Para isso, propugna contratos de gestão com Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária (LEHER, 2019, p.31).

Outro elemento que corrobora com a captura da autonomia da universidade diz respeito à eleição de reitores pelo colegiado eleitoral das instituições. Embora a lei nº 9.192/95 refira que os reitores e vice-reitores das universidades serão nomeados pelo(a) Presidente da República por meio de uma lista tríplice sempre foi tradição que o(a) Presidente da República respeitasse a decisão do colegiado máximo da instituição e nomeasse o(a) candidato(a) mais votado(a) no processo eleitoral. Esse mecanismo serve para respeitar a autonomia da instituição em eleger suas representações, bem como, dialoga com processos democráticos que são cruciais dentro (e fora) do ambiente universitário.

No entanto, esse pressuposto não vem sendo respeitado no governo Bolsonaro. Até meados de outubro de 2020, por exemplo, o Presidente havia interferido em, pelo menos, sete resultados<sup>85</sup> eleitorais de universidades brasileiras, desconsiderando os resultados eleitorais e nomeando candidatos mais afinados com seu governo, sendo mais uma medida de conteúdo antidemocrático tomada pelo atual governo.

---

85 São os casos que o primeiro colocado na eleição não foi nomeado pelo Presidente da República: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). São casos que o nomeado pelo Presidente da República não constava na lista tríplice: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O conhecimento crítico é um importante instrumento de resistência, logo sua difusão é um compromisso social e político. Partindo desse pressuposto não é do interesse da classe dominante<sup>86</sup> que a classe trabalhadora seja instigada a pensar, problematizar, questionar, pois isso significa desatar os nós e questionar os papéis que desempenham nesse modo de produção. Para esse modo de produção que se ancora na desigualdade social e econômica pré-estabelecida questionar os papéis tradicionais é, conseqüentemente, problematizar as bases de sustentação desse modo econômico, logo passa a ser “o inimigo que precisa ser aniquilado”.

Esse questionamento clarifica os fundamentos de desmonte das universidades públicas. Por isso, essa obra reafirma seu compromisso com o conhecimento crítico, com o livre pensar, com a autonomia das instituições. Em um contexto de cerceamento das liberdades democráticas e da livre construção do conhecimento esta tese assume um lado da história: o lado da classe trabalhadora e da democracia.

O presente momento exige a defesa urgente da Universidade Pública, da Universidade que potencialize a formação dos sujeitos, que desperte nestes atores sociais o seu papel na contracorrente do desmonte dos direitos. A defesa feita aqui é de uma Universidade que, como o nome já diz, apresente um universo de possibilidades com vistas à construção do conhecimento que “resista”, que lute, que questione, que “desate os nós”. Nos termos de Iamamoto (2011), a defesa é por,

uma universidade plural e democrática, que forme cidadãos participantes e conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais; mas que zele por sua autoqualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados aos horizontes do amanhã” (IAMAMOTO, 2011, p. 433).

Para consolidar essa defesa é preciso compreender que se vive um momento<sup>87</sup> em que o tensionamento contra as forças con-

<sup>86</sup> Importante mencionar que em julho de 2020 foi encaminhada ao Congresso Nacional uma parte da proposta de reforma tributária que prevê, dentre outras coisas, a taxação de livros com alíquota de 12%. Certamente essa proposta é uma das alternativas governamentais encontradas para dificultar o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento universalmente produzido.

<sup>87</sup> “[...] a ofensiva contra o pensamento crítico segue cerrada, violenta e ainda sem respostas

servadoras que oprimem deve ser permanente. “A balbúrdia” precisa chegar a mais atores e novas forças devem ser estabelecidas. Novos atores e mais vozes precisam entoar o canto em defesa da universidade pública. Estas instituições precisam se pintar de povo, reunir os diferentes grupos e camadas sociais e cantar em uníssono que este espaço é, de direito, de todos e todas.

A universidade precisa se reencontrar com suas bases, retomar seus princípios, realizar ensino, fomentar a pesquisa, expandir a extensão. Precisa dialogar com a comunidade, implodir seus muros e ficar mais próxima da população. Como uma instituição social precisa estar de portas abertas para a classe trabalhadora, como verdadeira força motriz da promoção da ciência e do conhecimento científico.

Afinal, uma série de desmontes no campo dos direitos está demarcando um período de muitos retrocessos e perdas, não sendo poucas as tensões provenientes desse processo. Esses retrocessos extrapolam as instituições e atingem a população com uma série de medidas que retiram direitos e impactam na vida cotidiana de homens e mulheres. Trabalhadores da universidade e fora dela passam a conviver com incertezas, instabilidades e inseguranças, com sobrecarga de trabalho, redução dos postos de trabalho e intensificação das demandas que lhes são exigidas. É essa discussão que será realizada no item seguinte dessa produção.

### **“O trabalho doente”: a precarização do mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional do assistente social**

*“Como, diabos, pode um homem gostar de ser acordado às 6h30 da manhã por um despertador; sair da cama, vestir-se, alimentar-se à força, cagar; mijar; escovar os dentes e os cabelos, enfrentar o tráfego para chegar a um lugar onde essencialmente o que fará é encher de dinheiro os bolsos de outro sujeito e ainda por cima ser obrigado a mostrar gratidão por receber essa oportunidade?” (BUKOWSKI, 2011)*

---

capazes de alterar a correlação de forças. Ainda está em processo a constituição de um arco de forças capaz de enfrentar e derrotar o irracionalismo que impera no Estado. São muitas as iniciativas em curso, porém, as áreas de confluência ainda precisam ser construídas, assim como é preciso consensuar como realizar convocatórias unitárias, indagando sobre as organizações, movimentos, sindicatos, partidos, e sobretudo, agendas políticas que possibilitem confluências em prol de alternativas” (LEHER, 2019, p. 202).

A base de sustentação do modo de produção capitalista é a propriedade privada. Dessa forma, sua organização se pauta na apropriação privada dos meios de produção, cujas relações determinam quem produz e quem se apropria do produto destes processos de produção. Logo, para que uma classe, a classe dominante, possa usufruir dos bens produzidos por intermédio do trabalho, a classe trabalhadora precisa colocar à venda seu único bem que é sua força de trabalho como maneira de garantir a satisfação de suas necessidades humanas mais básicas (MARX, 2010).

No contexto atual de pandemia mundial esse antagonismo entre as classes se evidencia de maneira mais expressiva, onde os privilégios de classe escancararam a classe protegida e a classe que fica à mercê de sua própria sorte na dinâmica do capitalismo. Ademais, a partir do momento em que os números de casos da covid-19 se espalharam pelo mundo, criou-se o discurso uníssono da grande importância do distanciamento e isolamento social para a proteção da vida humana.

Contudo, logo que as primeiras medidas de isolamento social iniciaram ficou escancarada a desigualdade de condições entre as diferentes categorias que compõem a classe trabalhadora. Enquanto grandes empresários tiveram a possibilidade de encapsularem-se no conforto de seus lares, outros trabalhadores tiveram que se arriscar e enfrentar o inimigo invisível chamado coronavírus<sup>88</sup>. Partindo desse pressuposto não é de se espantar que uma das primeiras vítimas da covid-19 no Brasil tenha sido uma empregada doméstica<sup>89</sup> que não teve a garantia do trabalho protegido nesse momento, escrachando o contraditório mercado de trabalho e trazendo à tona o abismo que caracteriza a composição das classes sociais.

Essa realidade contraditória que é germinada desde o surgimento do capitalismo foi objeto de pesquisa de Karl Marx. Marx (2010a) vai desvendar os seus nós e expor a raiz que sustenta seu

---

88 Para além dos trabalhadores da saúde, da assistência social e outras políticas públicas esta parcela da classe trabalhadora exerce sua função no comércio, na indústria, entre outras atividades ou de maneira autônoma e desprotegida.

89 O nome desta mulher não foi divulgado atendendo ao desejo da família. Contudo, informações obtidas pela imprensa destacaram que ela percorria mais de 120 km semanalmente de sua casa até a casa de sua patroa, deslocamento este permeado de riscos, onde a mesma teria contraído o vírus, supostamente, de sua patroa que teria voltado recentemente de uma viagem ao exterior e que não a teria dispensado do trabalho mesmo já estando contaminada pelo coronavírus.

funcionamento, tecendo sua crítica a essa condição de subserviência a que são submetidos os sujeitos que não são proprietários dos meios de produção.

Este modo de produção, vai introjetar valores e padronizar a construção de modos de vida que garantam a sua continuidade mesmo em cenários de crise. Logo, preconiza por valores centrais como a liberdade de mercado e a igualdade, apenas no campo formal, como mecanismos de funcionamento deste sistema. Nesse horizonte, o autor desmistifica os fetiches da mercadoria, desvenda as relações de trabalho e expõe seus aspectos contraditórios, apontando os impactos disso para a classe trabalhadora.

O único bem que o trabalhador dispõe, que é sua força de trabalho, acaba lhe sendo extraída em troca da garantia de sua sobrevivência. No entanto, dispor da força de trabalho não garante, automaticamente, que este trabalhador terá suas necessidades humanas mais básicas sanadas. Como bem observa Marx (2010), “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de efetivar sua atividade” (MARX, 2010a, p. 25).

Este processo fica ainda mais evidente quando se trata do acesso aos bens produzidos, uma vez que, o produto final do seu trabalho não lhe pertence e, sim, ao comprador de sua força de trabalho. Logo, é comum, neste modo de produção, que trabalhadores do setor automobilístico não possuam carros ou trabalhadores da construção civil não possuam imóveis próprios. Esse é um dos aspectos contraditórios desse modo de produção, no qual

O preço médio que se paga pelo trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Por conseguinte, o que o operário recebe com o seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução de sua existência (MARX, 2006, p. 53).

Desse modo, o salário que recebe como retorno do trabalho empregado não permite que este adquira bens para além daqueles que garantam sua subsistência, acentuando sua condição de subalternidade e impedindo o acesso ao produto do seu trabalho. Esse

processo também é analisado por Marx (2010a), quando o mesmo sinaliza,

Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina- e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga-, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante (MARX, 2010a, p. 26).

Logo, não é permitido ao criador o usufruto de sua própria criatura. Marx (2010) refere que “o capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele” (MARX, 2010a, p. 23). Essa condição se acentua por conta do contingente de trabalhadores habilitados para o ingresso no mercado de trabalho, aumentando a oferta da força de trabalho a ser consumida pelos proprietários dos meios de produção e diminuindo, conseqüentemente, a valorização desta atividade humana que se reduz à forma de mercadoria.

Dessa forma, a classe trabalhadora, neste modo de produção, é a mais preterida com as relações de compra e venda da força de trabalho. O trabalhador enfrenta este dilema em, pelo menos, três momentos. Primeiramente ele precisa ser inserido no mundo do trabalho para garantir que sua força de trabalho seja adquirida. Em um segundo momento, precisa gerenciar sua vida financeira para que, por meio de seu salário, consiga atender às suas necessidades humanas mais imediatas e, por fim, em um terceiro momento, precisa se manter no exercício de suas funções, haja vista a competitividade estabelecida propositalmente dentro das relações sociais capitalistas. Ademais, é importante frisar que o único objetivo do capitalista é o lucro, logo acumular riquezas. Nesse sentido, o seu interesse tende sempre a ir na contramão dos interesses do restante da sociedade (MARX, 2010).

Ao analisar a relação entre o trabalhador e a objetivação de seu trabalho, Marx (2010) refere que o trabalhador, no sistema capitalista, tem em relação ao objeto de seu trabalho uma relação estranhada. Dessa forma, quanto mais riquezas o trabalhador pro-



duzir mais explorado este será, uma vez que a quantidade de mais valia extraída deste processo será maior. Essa relação se estabelece justamente pelo fato que o acesso às mercadorias que produz é infinitamente menor do que a riqueza que dela se origina. Acrescenta-se, ainda, a mecanização do processo produtivo, exaurindo o prazer proveniente do processo de trabalho porque este é realizado somente para garantir a sua subsistência, de forma automática, sem que seja estimulada sua liberdade criativa e criadora.

Uma das facetas mais contraditórias desse sistema capitalista diz respeito ao fato que, embora os homens sejam “livres”, sua condição de trabalhadores assalariados os aprisiona a relações de exploração a qual são submetidos para manter sua existência. Logo, sua liberdade, restringe-se a determinar para quem irá negociar a venda de sua força de trabalho. Marx (2011) refere que “na sociedade, no entanto, a relação do produtor com o produto, tão logo este esteja acabado, é uma relação exterior, e o retorno do objeto ao sujeito depende de suas relações com os outros indivíduos” (MARX, 2011, p. 49).

Desse modo, embora a produção seja coletiva sua apropriação torna-se privada. Para além disso, com a instauração do sistema capitalista, ao contrário dos sistemas econômicos anteriores, o capitalista se apropria não do trabalhador, mas sim dos frutos de seu trabalho. “Ou seja, ao contrário do que ocorre em outros modos de produção, o capital não se apropria do trabalhador, mas do trabalho, mediado pela troca” (MARX, 2011, p. 497-498).

Outro aspecto inaugurado nesse modo de produção refere-se a divisão do trabalho. Dessa forma, se até então um único trabalhador detinha o conhecimento e manejo de todo o processo de trabalho este passa a ser fragmentado, desmembrado. Nesta nova lógica, o trabalhador que até então dispunha de saber próprio e dos recursos necessários para produzir mercadorias, passa a depender do trabalho dos demais trabalhadores para efetivar esta produção<sup>90</sup>.

---

90 Essa dependência entre os trabalhadores também engloba a questão do salário. O filme francês “Dois dias, uma noite” (Deux jours, une nuit, no título original), de 2014, narra a história de uma trabalhadora que é demitida por conta da promoção de seus colegas e tem apenas um final de semana para convencer estes que ela precisa do emprego. No entanto, seu retorno ao trabalho significaria a perda das promoções recebidas pelos demais. Esse filme aponta a forma como o modo de produção capitalista coloca os trabalhadores em uma arena de disputa, desconsiderando que as medidas que os atingem não são decididas por eles.

Destarte, “de produto individual de um artesão independente, que faz várias coisas, a mercadoria converte-se no produto social de uma união de artesãos, em que cada um executa continuamente apenas uma e sempre a mesma operação parcial”<sup>91</sup> (MARX, 2013, p. 412). A divisão do trabalho passa a ser uma estratégia de controle do capital sobre o trabalho, extraindo do trabalhador o controle do seu próprio processo de trabalho<sup>92</sup>.

Mudanças substanciais na composição deste modo de produção puderam ser observadas com a primeira Revolução Industrial, na metade do século XVIII. Neste processo, os trabalhadores se depararam com uma nova organização do mundo do trabalho, cujo expoente passa a ser o ingresso da máquina a vapor no desenvolvimento das forças produtivas que, contraditoriamente, acarretou na degradação e intensificação da exploração do trabalho humano. Com a maquinaria, a produção tornou-se mais rápida ao mesmo passo que a mão-de-obra se tornou mais barata. Para tanto, passam a ser empregados o uso do trabalho feminino e infantil<sup>93</sup> nas recentes fábricas (MARX, 2013).

Marx (2005) acrescenta que

o crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojam a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se quer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender (MARX, 2005, p. 46).

Além disso, com o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do advento da indústria, o trabalhador identificará que seu

---

91 Essa relação pode ser vista no filme de 1936 “Tempos modernos”, do cineasta Charles Chaplin, como uma das mais importantes produções audiovisuais sobre a crítica radical ao modo de produção capitalista e das condições degradantes dos trabalhadores no período da Revolução Industrial.

92 “Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que faz de fato o trabalho” (HARVEY, 2010, p. 119).

93 “Quanto menos habilidade e força o trabalho manual exige, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo” (MARX, 2005, p. 46).

conhecimento passa a ser desvinculado do processo produtivo. Nesse sentido, com a divisão do trabalho, cria-se uma divisão também entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Marx e Engels (2006) salientam que com essa divisão a classe dominante além de deter os meios de produção também deterá o conhecimento produzido,

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes da sua época (MARX & ENGELS, 2006, p. 29)

Ora, não é de se estranhar o fato de que a classe burguesa apresente sumária resistência no campo do pensamento crítico como já apontado nesta tese anteriormente. Nunca é demais ressaltar que o conhecimento dominante não é adepto à reflexão crítica dos processos sociais e, tampouco, legitima sua propagação. Inúmeras tem sido as tentativas, inclusive governamentais, de preterir e desqualificar o conhecimento produzido, especialmente, pelas ciências humanas e sociais. Essa lógica fica evidente quando se trata do trabalho, uma vez que, conhecer sua raiz contraditória e desigual, neste modo de produção, seria permitir o questionamento de suas bases e analisar a viabilidade de sua perpetuação.

Nesse sentido, na sociedade capitalista a classe dominante exercerá o papel intelectual ao passo que os trabalhadores, por sua vez, assumirão um papel receptivo frente a essas “ideias construídas”, uma vez que “dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e ideias sobre as suas próprias pessoas” (MARX & ENGELS,

2006, p. 30). Eminentemente, à classe dominante será relegado o papel de propagar que este modo de produção é o único possível, sendo seus argumentos balizados “como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (MARX & ENGELS, 2006, p. 30).

O sistema capitalista apresenta em sua trajetória histórica ciclos distintos, permeado de crises e reorganizações que tem garantido sua continuidade<sup>94</sup>. Logo, suas necessidades foram se alterando nas últimas décadas, exigindo, por sua vez, organizações diferentes no que tange a gestão do trabalho, para atender as demandas provenientes do mercado. Dessa forma, novos modelos de gestão têm surgido no período histórico recente para garantir a continuidade do processo de acumulação de capital.

Como já mencionado, esse mundo do trabalho é constituído por trabalhadores que vendem sua força de trabalho, sendo essa a única alternativa para garantir sua subsistência. As novas configurações do mundo do trabalho têm exigido novas qualificações e habilidades profissionais que correspondam e atendam estas demandas emergentes. Essas novas exigências acarretam na busca incessante de novos conhecimentos, que somados ao processo de concorrência, resultam, à médio e longo prazo, num processo de adoecimento e de incertezas acerca de seu trabalho profissional.

Nessa direção, Marx e Engels (2009) ressaltam que

Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25, grifos dos autores).

Portanto, o modo de produção capitalista vai além do modo como se produzem as mercadorias. Ele formula pensamentos, incita

94 Autores como Marx (2013), Alves (2014), Antunes (2011, 2018) e Harvey (2013), dentre outros, vêm construindo argumentos teóricos para compreender e problematizar as particularidades que permeiam esse modo de produção.

a competição entre os trabalhadores, pulveriza a coletividade, captura as subjetividades e determina o modo de vida das pessoas, na construção de suas identidades e na forma como estabelecem suas relações sociais mais íntimas<sup>95</sup>.

Esse novo modo de vida também sofreu alterações a partir da década de 1980, com a crise dos modelos fordista e taylorista “onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização<sup>96</sup> da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2011, p. 34). Desse modo, instaura-se a defesa pela abertura da economia, devendo ser conduzida pelo livre jogo das forças de mercado, com influências diretas do Toyotismo<sup>97</sup> (WÜNSCH, 2013).

Com o advento do neoliberalismo<sup>98</sup>, já trabalhado no segundo capítulo desta tese, inauguram-se novas formas de sociabilidade na sociedade burguesa. É neste contexto, especialmente após a queda do muro de Berlim e a crise da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o “fencimento do socialismo real”, que as influências teóricas do neoliberalismo são fortalecidas em detrimento do enfraquecimento do keynesianismo no processo de mundialização do capital. Como consequência desta mundialização,

---

95 “Além disso, as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida” (HARVEY, 2010, p.118).

96 Antunes (2018) refere que “a flexibilidade ou flexibilização constitui hoje uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (ANTUNES, 2018, p. 141).

97 “Em relação ao Toyotismo, pode-se afirmar que o mesmo difere do Taylorismo-Fordismo ao avançar no oposto da especialização, transformando os trabalhadores em multifuncionais e polivalentes. Isso torna necessária uma nova concepção de linha de produção e mesmo um trabalhador mais subordinado à lógica do capital” (WÜNSCH, 2013, p. 76).

98 “O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração” (HARVEY, 2014, p. 13).

a fim de aumentar a taxa de mais-valia, o capital estimula a adoção de novos padrões organizacionais, a exemplo da descentralização produtiva via subcontratação e terceirização da força de trabalho [...] onde há uma maior precarização das relações e condições de trabalho e um menor salário (WÜNSCH, 2013, p. 70).

Essas novas configurações demarcam um novo desenho no mundo do trabalho, retomando o espectro do inimigo invisível. Essa dinâmica retoma o sentimento do outro como adversário em uma disputa em que quem sai como vencedor é o empregador. A essa sensação de insegurança soma-se à precarização da vida, uma vez que, para além do ambiente de trabalho, estes sujeitos enfrentam a desproteção social, a barbarização das relações humanas e a fragmentação das lutas coletivas.

O individualismo como valor intrínseco neste modo de produção é funcional para sua manutenção. O trabalhador ao negar o outro trabalhador como seu semelhante o coloca em um patamar de disputa, adversidade. Marx (2010) faz uma crítica contundente ao individualismo e ao egocentrismo que marca a sociabilidade burguesa, afirmando que, “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo” (MARX, 2010b, p. 49, grifos do autor).

Na sociedade burguesa, diz Marx (2010) “o homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro, somente sob a forma de cidadão abstrato (MARX, 2010, p.48). Portanto, a ideologia burguesa dissemina a separação entre os trabalhadores na contramão de sua unidade e consciência de classe, o que é agravado pelo sobretrabalho, na medida em que dificulta espaços de aproximação, identificação e organização da classe.

Essa discussão é tecida por Alves (2014) ao considerar essas novas configurações no mundo do trabalho. Para tanto, o autor avalia que a partir do processo de mundialização do capital, concomitantemente com a quarta revolução tecnológica, a flexibilidade tornou-se uma das principais estratégias para garantir a acumulação do capital. Nesse sentido,

é a flexibilidade da força de trabalho que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir - ou ainda, submeter e subordinar - o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpetuação subelevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho (ALVES, 2014, p. 74).

Como resultado desse processo, os trabalhadores são induzidos, ainda mais, à condição de subalternidade e dependência das oscilações e incertezas cada vez mais frequentes no mundo do trabalho. Passa a ser corriqueira a opção pelas terceirizações, subcontratações e empregos informais. Com o aumento do uso das tecnologias novas competências são requeridas aos profissionais, requisitando “uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário” (ALVES, 2014, p. 76). Da mesma forma, passa a ser demandada ao profissional, além do conhecimento técnico, aspectos comportamentais, sendo desejado o apassivamento da classe trabalhadora.

Desse modo, nesse processo, são adotadas terminologias que obscurecem as contradições e antagonismos do mundo do trabalho. A substituição do termo “trabalhador” nas empresas pelo termo “colaborador” exemplifica esse processo. Essa alteração não tem caráter apenas semântico, uma vez que, faz com que o trabalhador, ilusoriamente, passe a se sentir pertencente à empresa ou instituição onde se insere, tomando para si os problemas e conflitos decorrentes da competição dentro do mercado capitalista. Essa situação ocasiona o que Alves (2014) denomina de modo de vida<sup>99</sup> *Just-in-time*. Nesse ritmo o trabalhador fica mais horas no local de trabalho, com acúmulo de funções, responsabilidades e demandas e, conseqüentemente, passa a dispor de menos tempo para explorar os outros aspectos que compõe a sua vida.

Esse modo de vida *just-in-time* auxilia na redução do tempo de vida a tempo de trabalho, como consequência, o tempo livre dos trabalhadores torna-se cada vez mais reduzido e a exigência de pro-

99 “Por modo de vida entendemos a instância da reprodução social que implica organização (e o uso) do espaço-tempo de circulação, distribuição e consumo das pessoas nas cidades. Por exemplo, o tempo (e o modo) de trajeto de casa para o local de trabalho; ou ainda, as modalidades de consumo- material e imaterial- e de lazer das pessoas; o modo de utilização do tempo de vida disponível e o próprio padrão de sociabilidade, constituem importantes elementos de reprodução social, pressupostos necessários e imprescindíveis à própria organização do trabalho e produção da vida, principalmente nas condições sociais do habitus metropolitano” (ALVES, 2014, p. 93, grifos do autor”).

atividade entra numa escala crescente<sup>100</sup>. Elencam-se ainda fatores externos ao local de trabalho que também contribuem para o processo de adoecimento do trabalhador, como é o caso da dificuldade no deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, a violência e sensação de insegurança, a precariedade do transporte e demais serviços públicos, etc. (ALVES, 2014).

Acrescenta-se a “captura” da subjetividade do trabalhador, de forma que corpo e alma passam a estar a serviço do capitalismo<sup>101</sup>. Alves (2014) refere que “a vida reduzida é vida “capturada”, na medida em que ocorre a introjeção de valores-fetiches do capital no sujeito-que-colabora [...] a vida “capturada” é vida manipulada intensa e extensivamente nas mais diversas esferas da vida social” (ALVES, 2014, p. 24). Além disso, coloca-se sob a responsabilidade do trabalhador os resultados de seu sucesso ou fracasso, de forma que este tem de dispor de mecanismos que lhe possibilitem a sua ascensão e manutenção da carreira profissional.

Essa vida reduzida às necessidades do corpo, desconsiderando as necessidades da alma como a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista são observadas por Marx (2010a) ao sinalizar que

[...]Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires, etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, *teu* capital. Quanto menos tu *fores*, quanto menos externares a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. (MARX, 2010a, p. 141-142, grifos do autor).

---

100 Esse cenário de “vida veloz” tem feito do trabalhador um instrumento útil à acumulação do capital ao mesmo tempo em que se degradam as condições de existência do trabalho vivo. Restam-lhe poucas alternativas de superar essa realidade, uma vez que dependem da inserção nesse mundo do trabalho para manter-se vivo. Contraditoriamente, é no convívio com esse mesmo mundo do trabalho, movido por ele, que o trabalhador tem visto sua vida esvair-se a cada novo dia de trabalho. Conforme Marx, (2010a) “ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores” (MARX, 2010a, p. 28).

101 O modo de produção capitalista e o modo de vida imbuído a ele capturou as habilidades humanas mais sensíveis. Os trabalhadores necessitam de tempo para experimentar novas sensações, aguçar os sentidos, refletir sobre suas práticas, problematizar o contexto em que se inserem, pensar novas alternativas e possibilidades de vida.



Essa dinâmica impacta em todas as especialidades e categorias profissionais que compõem o mundo do trabalho. Os assistentes sociais, como parte dessa classe trabalhadora e inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, na condição de trabalhadores assalariados<sup>102</sup>, vivenciam todos os conflitos desse processo. Por serem profissionais que formulam, avaliam e executam políticas públicas acabam enfrentando, cotidianamente, pelo menos, três desafios explícitos.

O primeiro deles, tem relação direta com o corte de orçamento no campo das políticas públicas<sup>103</sup>, culminando na precarização e oferta dos serviços e em uma redução significativa do atendimento das demandas tanto imediatas quanto permanentes da população<sup>104</sup>. Matos (2015) refere que

O afrontamento dos direitos da classe trabalhadora se espalha em diferentes nuances. Assistentes sociais, profissionais historicamente com inserção na esfera estatal- mas não somente-, vêm tendo suas condições de trabalho afetadas, com a redução de recursos e “enxugamento” das políticas sociais, mas vêm enfrentando “na carne” esse afrontamento (MATOS, 2015, p. 687).

O segundo desafio diz respeito as condições éticas e técnicas do trabalho profissional, cuja realidade tem sinalizado, uma ampliação das demandas, ao mesmo passo em que se observa uma redução do número de profissionais e recursos institucionais que são necessários para garantir um atendimento qualificado, embora amplie-se o número de profissionais desempregados e desalentados.

O terceiro desafio tem relação com o vínculo empregatício destes profissionais, visto que, como parte da classe trabalhadora,

---

102 “A condição assalariada envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, estabelecendo as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas”. (IAMAMOTO, 2017, p. 28, grifos da autora).

103 Como preconiza a Emenda Constitucional nº95 já mencionada nesta tese.

104 “No contexto social brasileiro, sob o discurso da crise econômica e da escassez de recursos, tendem a ser estruturadas ações que ferem a condição de direito das políticas sociais de caráter universalista. As orientações da política social em geral e da assistência social em particular fundamentam-se, para a força de trabalho que as executam, com fortes traços e tendências de precarização, focalização e descentralização, e nesse quadro, as atividades filantrópicas e voluntárias e os novos “entes” do estado brasileiro tornam-se parceiros importantes e, supostamente, ajudam a tecer a “gestão da pobreza” (ALENCAR, GRANEMANN, 2009, p. 166).

também enfrentam vínculos precários, como terceirização, subcontratação, contratos temporários, ou até mesmo acúmulo de funções, limitando seu trabalho profissional, haja vista a alta rotatividade destes profissionais nos serviços em que se inserem. Sob este aspecto, Mota (2014) pontua que

No campo do Serviço Social, as terceirizações, o trabalho por projeto, a contratação por horas de trabalho etc. podem contribuir para a desprofissionalização sob o signo da multifuncionalidade e da multidisciplinaridade, criando verdadeiras subespecializações profissionais, diante das quais o saber-fazer constitui a antítese do trabalho intelectual e negação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Sem dúvida, esses processos são favorecidos pela expansão do *exército de reserva profissional* (MOTA, 2014, p. 702, grifos da autora).

Essa precarização do trabalho profissional do assistente social se intensificou no contexto de pandemia mundial por conta do coronavírus exigindo novas demandas dos profissionais da “linha de frente”. Sob este aspecto cabe mencionar que, para além dos trabalhadores da política de saúde, a demanda no campo da política de assistência social aumentou significativamente neste período dado o aumento do desemprego que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021) chegou a 14,1 milhões de desocupados no último trimestre de 2020.

Os assistentes sociais compõem as equipes que executam os serviços considerados essenciais para o atendimento da população<sup>105</sup>. A falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), condições materiais precárias de trabalho, sobrecarga de demandas, agravamento de situações de violência, empobrecimento da classe trabalhadora em ritmo veloz, exposição ao vírus e trabalho desprotegido passam a figurar entre o rol de desafios atuais para o trabalho profissional.

Contraditoriamente, ainda que inseridos em serviços considerados essenciais e atuando na linha de frente, inclusive, nos momentos mais severos da pandemia mundial, agindo conforme os princípios éticos preconizados pela profissão, os assistentes sociais não

---

105 De acordo com o Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020 são considerados, entre outros, serviços essenciais a saúde e assistência social, duas políticas que empregam, majoritariamente, os assistentes sociais brasileiros.

fizeram parte dos grupos prioritários a serem imunizados contra o coronavírus, ainda que sejam trabalhadores liberais que compõem as equipes multiprofissionais da saúde<sup>106</sup>.

Somado a isso a cobrança por respostas imediatas em uma realidade complexa, cuja desigualdade social se acentuou, exigiu dos profissionais do Serviço Social novas respostas profissionais em um contexto histórico sem precedentes. Guerra (2017) problematiza a imediatividade no trabalho profissional do assistente social no qual refere que

[...] o cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas a elas. Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2017, p.55-56).

Estas respostas irrefletidas e imediatas corroboram para o esvaziamento de mediações consistentes que são fundamentais para o trabalho profissional qualificado. Essa questão se apresenta como um nó no campo do Serviço Social servindo como um engodo para a proliferação de discursos que distanciam a teoria da prática, culminando na reprodução de discursos e perspectivas profissionais que beiram o senso comum. A necessidade de respostas imediatas, receitadas e resolutivas corrobora para a descaracterização e negação da unidade teórico-prática. Santos (2015) problematiza essa questão ao referir que

As respostas às demandas imediatas não podem ser também imediatas; é necessário que se conheçam os fundamentos dessas demandas, um conhecimento teórico-prático. Exige-se então, uma formação que contemple uma competência técnica- que saiba então operacionalizar os projetos-, uma competência ético-política-que avalie as prioridades e as alternativas viáveis à ação, que analise

---

106 No mês de abril de 2021, momento em que este item foi escrito poucos foram os profissionais assistentes sociais imunizados contra o coronavírus, aumentando o sofrimento e incerteza desses profissionais nos espaços de trabalho em que desempenham suas atividades profissionais.

as correlações de forças e que saiba fazer alianças- e teórica- que permita a elaboração de análises, inclusive para investigar novas demandas para criar projetos (SANTOS, 2015, p. 86).

Por essa razão reforça-se, mais uma vez, a importância de uma formação profissional que qualifique os futuros profissionais na defesa das conquistas e avanços históricos do Serviço Social brasileiro. Ainda que os assistentes sociais estejam, majoritariamente, inseridos em instituições e, por diversas vezes, sucumbidos às demandas imediatas e desmandos de superiores é preciso que estes profissionais tenham clareza do seu papel e das suas atribuições para o exercício qualificado dessa profissão, na tentativa de evitar que demandas que extrapolam ou não sejam compatíveis à suas funções sejam executadas.

Percebe-se a partir desses elementos elencados que o trabalhador e, dentre eles o assistente social, precisa vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência. No caso do Serviço Social é preciso considerar que esta profissão é imbuída de um processo contraditório, cujas polarizações permeiam seu cotidiano profissional. Sob este aspecto Cardoso (2013) refere que “*atendemos sempre, tendo consciência disso ou não, querendo ou não, aos interesses antagônicos destas duas classes ao mesmo tempo, e, justamente por esta característica, temos a possibilidade de fortalecer uma ou outra classe na mediação com seu oposto*” (CARDOSO, 2013, p. 100, grifos da autora).

Nunca é demais reforçar que, para além das condições objetivas para o desenvolvimento de seu trabalho profissional é indispensável considerar as condições subjetivas empregadas nesse processo. De acordo com Santos e Stampa (2019) “esta consideração se torna importante na medida em que as respostas profissionais apresentadas pelos trabalhadores assistentes sociais, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, estão intrinsecamente vinculadas aos seus valores, às suas concepções, bem como ao seu posicionamento ético-político” (SANTOS; STAMPA, 2019, p.96).

Nesse contexto, cabe retomar a discussão já realizada nesta obra que sinaliza a disputa permanente de projetos de profissão que são antagônicos. Ou seja, o trabalho profissional exercido estará imbuído dos valores ético-políticos e culturais dos profissionais que

farão sua execução. Logo, deve ser um esforço permanente garantir que práticas conservadoras, excludentes e violadoras não ganhem tonicidade no campo de disputa desta profissão, sendo necessária à aversão permanente aos processos que descaracterizem e deturpam os avanços históricos da categoria profissional.

No campo das condições subjetivas no que tange ao trabalho profissional também se torna um desafio as diferentes tendências antagonônicas que cercam o modo como os assistentes sociais analisam e intervêm na realidade concreta. Santos e Manfroi (2015) destacam que estes aspectos subjetivos

“[...] quais sejam, as ideologias neoliberais, as concepções pós-modernas e neoconservadoras. São, muitas vezes, “o canto da sereia”, que encanta os menos avisados e que impacta diretamente na forma de se compreender o real e, consequentemente, no agir do assistente social” (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 180).

Dessa forma Raichelis (2011) aponta que as pesquisas sobre a precarização do trabalho profissional feita por assistentes sociais não incluem e não priorizam o processo de adoecimento vivenciado pelos próprios assistentes sociais, logo, estes estudos não identificam “[...] o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos.” (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Este livro foi escrito por um sujeito vivo, trabalhador assistente social que está no exercício desta profissão, vivendo cotidianamente, os tensionamentos, desafios, desgastes e processos de adoecimento que o tempo presente colocam na agenda profissional dos assistentes sociais. Logo, quando se trata do trabalho profissional do assistente social, não é possível desvincular as situações cotidianas vividas pelo autor, cujo contexto político e societal presente quer colocar esta profissão na penumbra mergulhada pelo obscurantismo e cujos anseios e possibilidades são vividos intensamente<sup>107</sup>.

107 “O entendimento do assistente social como trabalhador especializado, que, como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho no mercado profissional em troca de um salário é, portanto, imprescindível, para que através da própria vivência, da experiência profissional, sejam planejadas ações eficazes, mais condizentes, também, com a garantia dos direitos dos trabalhadores usuários dos serviços” (SANTOS; STAMPA, 2019, p. 90).

Logo, o autor entende que exercer a profissão de assistente social é tomar posição cotidianamente. Os entraves e tensionamentos, sejam das instituições por meio de seus gestores ou nos atravessamentos oriundos das disputas no campo ideopolítico compõem o cotidiano do trabalho profissional. Para tanto, o profissional necessita usufruir de sua relativa autonomia para firmar o seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora na defesa dos direitos sociais. Ademais, concorda-se com Raichelis e Arregui (2021), quando referem que

O cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação e enfrentamento das requisições impostas, às quais os(as) assistentes sociais não estão sendo obrigados(as) a se submeter, dispondo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 150).

Esta relativa autonomia pode indicar “a luz no fim do túnel” no emaranhado de contradições que compõem o mundo do trabalho no qual os assistentes sociais se inserem. Ainda que limitada e por vezes sufocada pelos desmandos institucionais essa relativa autonomia possibilita que o profissional assistente social articule escolhas e teça estratégias no exercício dessa profissão. Essa mesma autonomia permite que não haja “jogo vencido”, dispondo o profissional de possibilidades reais para a construção de estratégias profissionais que não solapem os princípios fundamentais que caracterizam a conformação dessa profissão. Iamamoto (2018) refere que “o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais” (IAMAMOTO, 2018, p.83).

Ao trazer à tona a discussão dos processos contraditórios deste modo de produção e de que maneira sua composição afeta a classe trabalhadora o objetivo desta obra não é relegar à esta classe o papel de passividade e subalternidade. Pelo contrário, esta classe que sofre com os efeitos deletérios deste modo de produção é a mesma que resiste e busca estratégias coletivas para o enfrentamento das barbá-

ries que atingem sumariamente suas vidas. O confronto, a oposição à naturalização do capitalismo como fim em si mesmo e a construção de estratégias devem ser o primeiro passo para a derruição deste sistema. Cabe resgatar Antunes (2018) quando refere que

[...] a precarização da classe trabalhadora é uma processualidade resultante também da luta entre as classes, da capacidade de resistência do proletariado, podendo, por isso, tanto se ampliar como se reduzir. Dessa forma, esse movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital (ANTUNES, 2018, p. 60).

Ressalta ainda Marx (2010) “um povo, para se cultivar [de forma] espiritualmente mais livre, não pode permanecer na escravidão de suas necessidades corpóreas, não pode continuar a ser servo do corpo. Acima de tudo, tem de lhe restar *tempo* para *poder* também criar espiritualmente e fruir espiritualmente” (MARX, 2010, p. 31-32, grifos do autor).

Da mesma forma, embora entenda-se que o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, precisa mediar seus princípios profissionais e adotar estratégias políticas para responder às demandas que chegam até ele, também não se pode ignorar o potencial político-organizativo desta profissão que levanta bandeiras e não sucumbe aos processos de precarização. Longe de adotar uma visão romantizada desta profissão que é um produto da história há de se reconhecer que, nas últimas décadas, o Serviço Social tem se posicionado fortemente na defesa dos direitos sociais e garantias fundamentais para a vida da classe trabalhadora.

Sua organização política e sua vinculação às bandeiras de lutas mais amplas da classe trabalhadora demonstram que o projeto ético-político ainda pulsa com força no Serviço Social. Essa capacidade de resistir às adversidades que se espraiam por todos os segmentos da vida cotidiana, dão um caráter político fundamental à esta profissão, seja nas trincheiras de luta, seja na construção qualificada do conhecimento ou seja dentro dos espaços de formação e trabalho profissional.

O compromisso com o amadurecimento teórico-organizativo e sua efetivação não pode ficar relegado apenas à vanguarda profis-

sional, devendo os jovens assistentes sociais terem acesso aos processos extenuantes que elevaram o Serviço Social ao status que vive hoje. Por isso, espaços de reflexão, organização e debate são fundamentais para o avivamento da categoria profissional que é coletiva, plural e democrática e, mais ainda, visibilizar e problematizar essa realidade é fundamental no processo de construção do conhecimento, como este livro que se encaminha para a sua conclusão.



## CONCLUSÃO

É chegado o final da travessia. Ainda que este tenha sido um caminho propício para um profundo processo de descobertas faz-se necessária a construção de novas sínteses, de novos começos. Finalizar um processo é reconhecer o momento exato de colocar o ponto final, sem, contudo, deixar de iniciar novas caminhadas, pois como a realidade é mutável e o conhecimento é fulcral para construir a história, outros desafios serão colocados no caminho, exigindo a elaboração de novas sínteses, sempre de caráter provisório. Essa é a estrada do conhecimento!

Escrever um livro em um contexto marcado pelo desmonte progressivo dos direitos e seus impactos na vida cotidiana foi extremamente desafiador, visto que o desmonte, além de gradativo, passou a fazer parte do cotidiano, tornando árduo o processo de analisá-lo e identificar seus impactos, bem como, projetar os efeitos a curto, médio e longo prazo. Cabe enfatizar que o início do doutorado se deu no ano seguinte ao golpe sofrido pela então Presidente da República Dilma Rousseff, sendo que a tese, produto desse processo, foi germinada e construída em um momento que, escrever criticamente, passou a ser considerado subversão à ordem e cujo pensamento crítico voltou a ser demonizado. Portanto, construir uma tese de doutorado, com pesquisa fundamentada no pensamento marxiano, que se propõe questionar o instituído e balançar as vigas do obscurantismo tornam esse estudo mais do que um procedimento teórico/formal para a conclusão de um rito acadêmico, torna-se um instrumento de luta que evoca para o debate e para a ampla divulgação do conhecimento como patrimônio da humanidade.

Para tanto, incorrer sobre o caminho da formação profissional em Serviço Social na cena contemporânea é assumir o compromisso de analisá-la a partir de múltiplas determinações que a caracterizam e lhe dão conformação. Dessa forma, exige desvendar a realidade que, diante de nós contraditórios, cercam esse objeto e criam possibilidades de problematizá-lo à luz da totalidade. Esses questionamentos levaram a elaboração do problema de pesquisa que guiou a construção da tese: *“Como vem se conformando a formação*

***profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de avanço do Conservadorismo e de reordenamento da Educação Superior?”.***

Tomando como ponto de partida essa indagação foi aceito o desafio de problematizar essa realidade a partir dos aportes da teoria social crítica de Marx.

É impensável discorrer sobre essa temática sem considerar os contornos assumidos pelo Serviço Social em sua trajetória histórica, visto que, essas mudanças no âmago da categoria profissional, a partir de múltiplos movimentos, a colocaram na posição que hoje assume perante a sociedade. O Serviço Social, historicamente inserido na dinâmica das relações sociais capitalistas, foi construído sob bases alicerçadas no pensamento social da Igreja Católica, que, fundamentado no neotomismo e pela mediação do Estado lhe atribuiu um caráter conservador, apaziguando os conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia com o objetivo de apagar e naturalizar as contradições de classe, basilares para a perpetuação e manutenção da ordem social vigente.

Posteriormente, inspirado pelos processos revolucionários incursionados ao redor do mundo e fundamentado a partir de teorias importadas dos Estados Unidos essa dinâmica presente desde sua gênese passou a ser questionada, diante da necessidade de revisão dos pressupostos e princípios dessa profissão, gerando a tarefa de pensar essa profissão a partir da adoção de uma teoria que subsidiasse a formação e o trabalho profissional diante das novas demandas que se colocavam em cena quando se inicia a vinculação com a teoria social crítica de Marx, ainda que com alguns equívocos.

Esse processo fica mais evidente com a construção do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ainda na década de 1960, culminando em um processo articulado em toda a América Latina, ainda que considerando as particularidades histórico-sociais de cada um dos países envolvidos nesse processo. Partindo do esforço de atribuir outro caráter no campo profissional esse movimento foi fundamental, especialmente pelo fato de ter sido coletivo, para o processo de revisão dos compromissos assumidos pelo Serviço Social até então.

Com o golpe militar de 1964 seus ideais progressistas foram deturpados diante do autoritarismo e censura comandada pelos mi-

litares, postergando, sem, contudo, abandonar seus frutos, o processo de erosão de suas bases tradicionais. Diante desse movimento já estava claro para a profissão que esta já não cabia mais nos moldes que lhe haviam sido atribuídos em seus primeiros passos, invitando o corpo profissional a assumir “o outro lado da força” na sociedade de classes. Essa questão fica mais explícita na condução do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) posteriormente conhecido como o Congresso da Virada, ocorrido em 1979.

Contudo, analisar a trajetória histórica do Serviço Social não permite o esmaecimento do caráter conservador que lhe acompanhou desde sua origem e que é retomado substancialmente em condições históricas favoráveis. O contexto presente brasileiro tem sido terreno fértil para o ressurgimento de concepções ideoteóricas que pareciam ter sido superadas no cenário profissional pela categoria dos assistentes sociais. Pelo fato de o Serviço Social não ser uma ilha este não fica imune dos valores e princípios que estão imbuídos na realidade social.

Este é o caso da incorporação do pensamento pós-moderno como substrato teórico pelo Serviço Social, que se expressa pelo privilegiamento dos aspectos subjetivos e individualizantes em detrimento de uma leitura totalizante da realidade social, fortalecendo uma análise microscópica e fragmentada dessa mesma realidade, sob a perspectiva do imediato, do irrefletido, do efêmero e do indivíduo desconectado do coletivo. Essa aproximação culmina com a reprodução do jargão “na prática a teoria é outra” que tem sido recorrente no campo profissional especialmente pelos profissionais que não reconhecem o marxismo como suficiente para explicar as particularidades do tempo presente.

Acerca dessa relação destaca-se sua incompatibilidade com o projeto profissional atualmente hegemônico na categoria profissional denominado Projeto Ético-Político Profissional que é fundamentado no pensamento marxiano. Dessa forma, é correto dizer que os profissionais que se apropriam do pensamento pós-moderno para produzir conhecimento ou intervir na realidade o fazem sem a observância do referido projeto.

No tempo presente quando o conservadorismo ganha novas roupagens, assumindo sua faceta neoconservadora, o estabe-

lecimento de outras alianças ganha solo fértil, como é o caso do neoliberalismo. Este, por sua vez, distante de ser apenas uma teoria econômica, passa a criar subjetividades, impactando nos modos de vida e na captura dessas subjetividades, na reprodução de valores e princípios que regulam a mente e o corpo humanos e os distanciam de sua dimensão coletiva.

Esse mesmo neoliberalismo que reduz a função do Estado a regulador de bens e serviços promove a mercantilização dos direitos sociais, reconfigurando a lógica do direito em serviço e transformando esses mesmos direitos em serviços lucrativos que só podem ser acessados por quem dispor de condições econômicas para tal. Esse mesmo neoliberalismo, retomado com força na última década, privatiza a vida humana, passando a intervir na cultura, no conhecimento e nos valores. Logo, não é de se espantar o processo de esfacelamento e aniquilação do “diferente”, daqueles que destoam do padrão socialmente aceito, dos valores socialmente legitimados, da religião hegemônica, da família tradicional.

No campo da educação superior essa lógica pode ser facilmente observada diante de sua face privada que ainda predomina na trajetória histórica brasileira. Alicerçada nas recomendações dos Organismos Internacionais, como o FMI e o Banco Mundial a educação superior passa a ser vista como fator produtivo, cuja fundamentação na teoria do capital humano a coloca a serviço dos interesses dominantes, visto que privilegiam “as ideias da classe dominante”, separando “quem pensa” de “quem executa”.

Mesmo diante da criação do REUNI no governo Lula que, dentre outros elementos, preconizou a expansão pública da educação superior por meio da criação de IES afastadas dos grandes centros urbano-industriais ainda se mantém, de forma esmagadora, a oferta do ensino superior via instituições de natureza privada. Com a promessa de garantir a ampliação do ensino superior público, gratuito e de qualidade cujas esperanças foram depositadas nos governos de Lula e Dilma pouco se mexeu na estrutura dessas instituições, mantendo-se a condução privada da educação superior brasileira.

Uma educação privada não fica imune aos valores privatistas que a conforma, logo, as consequências desse processo impactam sumariamente nas concepções adotadas por essas instituições. Per-

cebe-se esse processo na criação de rankings entre as instituições, no estímulo ao produtivismo acadêmico, nas disputas entre as diversas áreas do conhecimento por uma “fatia do financiamento público” como condicionante para a realização de projetos de pesquisa, no qual, aliás, as ciências sociais aplicadas são secundarizadas na distribuição dos recursos.

Esse desprestígio das ciências sociais aplicadas, aliás, sob os olhos do governo não é ingênuo. Afinal, essa área do conhecimento vai na raiz do modo de produção capitalista e aponta suas contradições. Ademais, é aliada da livre manifestação do pensamento, permitindo a liberdade criativa dos atores para mergulhar na vastidão do conhecimento produzido. Reconhece as particularidades e individualidades da diversidade humana sem desvinculá-las da coletividade. Assume lutas, firma posicionamentos, promove o debate e aponta contradições, o que, de certo modo, é contraproducente do ponto de vista de uma educação que privilegia a ideologia e conhecimento produzido pela classe dominante que se utiliza dessa mesma educação como ferramenta de perpetuar seus valores, concepções e crenças.

Esse processo também impacta diretamente nas Universidades, no qual destacam-se especialmente as públicas. O governo Bolsonaro, em especial, tem conjurado forças para tornar essas instituições sociais insustentáveis. Com a redução drástica diante do congelamento de 20 anos dos gastos públicos e sem haver a reversão desse processo a manutenção dessas instituições a curto prazo será praticamente impossível. Nunca é tarde para dizer: esse desmonte é parte de um projeto! Não é do interesse de governos autoritários com traços fascistas que o conhecimento crítico e consistente seja disseminado. Afinal, quem conhece questiona, mobiliza, se articula, estuda, analisa, pesquisa, produz conhecimento, elabora novas sínteses, debate, se aprofunda, torna-se uma ameaça à verdade absoluta, ao instituído, ao que está posto. O conservadorismo sinaliza isso, a imutabilidade da realidade social e a necessidade de se adequar às suas exigências.

Logo, situar o Serviço Social nesse debate e discutir sobre a formação profissional em Serviço Social nesse percurso é perquirir a manutenção dos avanços significativos que tem acompanhado essa

profissão nas últimas décadas, cujo produto pode ser visualizado a partir da vasta produção rigorosa que, posicionada na contracorrente dos efeitos deletérios do capitalismo, tem contribuído para o debate crítico e potente no âmbito das Ciências Sociais.

Com a realização da pesquisa pode-se identificar que a formação profissional em Serviço Social vem sendo fortemente descaracterizada de sua função precípua que é formar profissionais críticos, criativos e questionadores, com fundamentação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política que possibilitem sua inserção competente nos diferentes espaços. Essa descaracterização não pode ser vislumbrada a partir de uma análise endógena da profissão a partir dela mesma, visto que está inserida na trama de um contexto social mais amplo.

As discussões proferidas ao longo da obra permitem também inferir que a formação profissional de assistentes sociais que sejam competentes do ponto de vista técnico é suficiente para a manutenção da dinâmica capitalista que exigem desses profissionais um trabalho profissional cada vez mais burocratizado, imediato e pragmático, solapando as mediações necessárias para o trabalho profissional sob uma perspectiva marxiana de análise e intervenção do real. É do interesse desse modo de produção que se formem profissionais colaboracionistas que atuem no gerenciamento dos conflitos no intuito de preservá-lo.

Da mesma forma essa formação profissional está conectada a uma política de educação superior que, distante da perspectiva de direito social, tem sido relegada à um nicho de mercado altamente rentável que incorpora valores e concepções funcionais à sociabilidade capitalista. Também é conduzida predominantemente por faculdades e centros-universitários que não tem o compromisso legal de garantir a oferta de projetos de pesquisa e extensão, reduzindo, por sua vez, a formação profissional ao ensino e correndo o risco de tornar essa formação uma mera reprodução de conteúdos.

Outra marca preocupante dessa formação profissional relaciona-se à oferta dos cursos de Serviço Social na modalidade a distância. O que anteriormente significava uma tendência em um curto espaço de tempo passou a ser a predominância: em breve a categoria profissional será composta, majoritariamente, por assistentes sociais

formados à distância. Reconhece-se que os cursos presenciais de Serviço Social, seja de natureza privada ou natureza pública também apresentam incoerências, inconsistências e fragilidades. Contudo, seria um equívoco grotesco colocá-los no mesmo patamar de debilidades que são encontradas nos cursos à distância.

Tomar esses cursos como objeto de investigação é um processo desafiador, visto que muitas informações acerca de suas configurações são inacessíveis para os pesquisadores. Poucos Projetos Político-pedagógicos desses cursos estão disponibilizados para serem utilizados como recurso de pesquisa, o que dificulta conhecê-los em profundidade. Contudo, os elementos disponibilizados já indicam as fragilidades dessa modalidade de ensino em garantir uma formação profissional crítica, dialogada e de qualidade, como é o caso da ausência de interação entre seus atores e a precarização do processo de estágio supervisionado em Serviço Social.

Essa conformação demonstra uma fragilidade na adoção do projeto de formação profissional construído coletivamente pela ABEPSS e cujo fruto é a elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estas, descaracterizadas logo na sequência ao passar pelo MEC sustentam uma formação profissional sólida, fundamentada na teoria social crítica e substanciada por conhecimentos indispensáveis para uma formação profissional generalista, crítica e com profundidade.

A pesquisa empírica demonstrou que a efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em sua integralidade necessita de um amplo processo de mediação que deve ser institucional e perpassar pelas entidades representativas e organizativas da profissão. Afinal, os dados sinalizam que sua apropriação não se dá sem equívocos e distorções e isso quando os cursos mencionam sua existência.

A defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS não é uma simples incorporação mecânica por partes das instituições. Sua reafirmação deve ser um compromisso ético e político, com vistas à defesa de um projeto profissional imbuído de valores, princípios e direção social definida que almeja a superação radical do modo de produção capitalista e seus impactos nefastos para a vida humana.

Para tanto, é urgente e necessário um aprofundamento da teoria social crítica de Marx nesse processo de formação profissio-

nal, cuja mediação possibilita uma análise profunda do real, desvendando os nós contraditórios que tecem a sociabilidade capitalista e fortalecendo o trabalho profissional mediante uma análise rigorosa e mediata da realidade social. Afinal, os dados da pesquisa empírica demonstram a superficialidade dessa mediação no campo da formação profissional, explicitando que essa formação vem sendo conduzida prioritariamente por autores de outras correntes do pensamento, relegando à obra marxiana a uma incorporação secundarizada.

Para uma profissão que se proclama marxista é necessário que ela assuma esse compromisso já no processo de formação profissional, uma vez que é nesse momento que os futuros profissionais deveriam ter as primeiras aproximações com o legado deixado por Marx. É notório que o contexto presente não estimula essa mediação, mas o Serviço Social tem, nas últimas décadas, se posicionado radicalmente contrário ao autoritarismo, assumindo o compromisso ético-político de se articular com a classe trabalhadora da qual os assistentes sociais são parte integrante.

Essa obra também se propôs a contribuir para a superação de uma lacuna no campo da produção do conhecimento no Serviço Social haja vista a parca produção sobre a temática da formação profissional nos periódicos especializados da área e nos trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado. Como dito na apresentação dessa obra: todos os assistentes sociais vivenciam um processo de formação profissional, tornando necessário dar visibilidade a ele.

O contexto presente tem exigido a necessidade de a categoria profissional “voltar os olhos” para a conformação do Serviço Social, não em uma perspectiva endógena de analisá-lo a partir de si mesmo, mas de entendê-lo diante dos múltiplos esforços empreendidos para descaracterizá-lo. Para tanto, são necessários novos estudos que possibilitem desvendar esses nós contraditórios, no intento de preservar e fortalecer os avanços significativos no campo profissional na última década, com destaque especial para o Projeto Ético-Político profissional.

Esse projeto profissional à luz do pensamento marxiano tem engendrado esforços para combater, seja na formação ou no trabalho profissional, as amarras do neoconservadorismo que se apresen-



ta a partir de múltiplas manifestações. Há de ser dito que o trabalho profissional sob uma perspectiva fiscalizadora e criminalizadora da pobreza também está presente no âmago da categoria profissional dos assistentes sociais, com profissionais que se filiam à uma perspectiva autoritária e violadora de direitos.

O cenário histórico atual reascende a necessidade de impedir que essas práticas sejam legitimadas pela categoria profissional, haja vista os tensionamentos e disputas de projetos antagônicos no campo do Serviço Social. Apenas o Projeto Ético-político, fundamentado na teoria marxiana, é compromissado com um projeto societário radical e imperado pela necessária construção de outra ordem societária. É preciso dar visibilidade a ele no intuito de reafirmá-lo, seja no campo da formação profissional, seja no campo do trabalho profissional, ou seja no campo da produção de conhecimento. Essa tese se alia ao compromisso que deve ser de toda a categoria profissional em fazer a defesa do projeto de formação profissional construído pela ABEPSS, de caráter coletivo e democrático que solidifica um Serviço Social avesso ao obscurantismo e com direção social definida.

A realização da pesquisa empírica, mediada pelo conhecimento já sistematizado possibilitou a elaboração da seguinte tese:

*O projeto de formação profissional em Serviço Social construído pela ABEPSS vem sendo, hodiernamente, desafiado diante da conjuntura mercadológica que dita a constituição dos cursos que lhe dão materialidade. O avanço do neoliberalismo como fundamento econômico, mas também como substrato ideológico impacta nesse projeto de formação profissional que deve ser fundamentado pela teoria social crítica de Marx. O tempo presente sinaliza que a ascensão do neoconservadorismo tem o intento de derruir "por dentro" esse projeto de formação profissional e, conseqüentemente, o projeto profissional hoje hegemônico na categoria profissional dos assistentes sociais. É perceptível a exigua incorporação da teoria social marxiana no processo de formação profissional, sendo esse assumido, pelas unidades de ensino, de forma secundarizada com predominância dos seus intérpretes, o que indica a fragilidade de uma profissão que diz se filiar nesse pensamento no campo da formação e do trabalho profissional. Outras tendências e correntes de pensamento seguem vivas na disputa pela hegemonia profissional sendo imediata a necessidade de reafirmação desse projeto de caráter coletivo em todos os espaços em que essa profissão marca presença.*

*As cortinas se fecham. Novamente, o silêncio é ensurdecedor, embora algumas pessoas em pequenos grupos cochichem sobre o que acabaram de assistir. Há muita coisa para se pensar. Alguns ainda estão atônitos, visto que as reflexões propiciadas pelo espetáculo mexeram em suas crenças e convicções. O desconforto é visível assim como os questionamentos oriundos desse momento. Existe um horizonte potente lá fora, mas a batalha das ideias permanece viva. Corre-se contra o tempo, afinal tem muita luta a ser travada ainda.*

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o projeto de formação profissional:** novos subsídios para debate. Recife, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/files/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf)>. Acesso em: 29 mar.2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro:** Ruptura com o Conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia:** das origens à Araxá. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. Revista *Katálysis*, v.12, n.2, Florianópolis, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/05.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2021.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo:** choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2014.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

BAIRRO, Emilene Oliveira de. **A mediação da teoria Marxiana e Marxista nas produções dos programas de Pós-Graduação em nível de doutorado no Serviço Social brasileiro**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

BANCO MUNDIAL BIRD. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/La-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições70, 2004.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.106, p. 205-218, abr./jun.2011.

\_\_\_\_\_. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.124, p. 623-636, out./dez.2015.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: a desestruturação do Estado e a perda de direitos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade:** ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

BOLSONARO, Jair (2019). Exclusivo: Bolsonaro fala à Jovem Pan. **Canal Os Pingos nos Is (YouTube).** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahACt\\_Y&ab\\_channel=OsPingosnosIs](https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahACt_Y&ab_channel=OsPingosnosIs)> Acesso em: 11 de dez. 2020.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,** 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 26 abr.2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior (2002):** Brasília, DF: MEC/INEP, 2003. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior (2010):** Brasília, DF: MEC/INEP, 2011. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>Acesso em: 22 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior (2016)**: Brasília, DF: MEC/INEP, 2017. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 abr.2020.

\_\_\_\_\_. **Fundação CAPES**. GEOCAPES. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>

Acesso em 11 de dez.2020.

BROWM, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: editora politeia, 2019.

BUKOWSKI, Charles. **Factótum**. Porto Alegre: LP&M, 2011. Cap. 55. (Tradução de Pedro Gonzaga).

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Campinas: Vide editorial, 2017.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**, ano 1, n.2. Jul.Dez./2000.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANERMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASARA, Rubens R.R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: contracorrente, 2020.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **ABEPSS divulga a Política Nacional de Estágio em Serviço Social**, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/383>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 569/2010**. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou exercício profissional do assistente social. Disponível em: <[http://cfess.org.br/arquivos/RES\\_CFESS\\_569-2010.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/RES_CFESS_569-2010.pdf)>. Acesso em 01 maio.2021.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. vol.2. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

COSTA, Lucia C. da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que o Serviço Social quer dizer. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez.2011.

\_\_\_\_\_. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 24, p. 49-69, ago. 1987.

\_\_\_\_\_. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares?. **Revista Temporalis**, ano 1, n.2. Jul.Dez./2000.

FERREIRA, Ivanete Salette Boschetti. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, ano 4, n.8. Jul.Dez./2004.

FONSECA, Cleomar Campos da. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, Jan./Jun. 2016.



\_\_\_\_\_. **Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Nordeste:** mediações históricas, teóricas e ideopolíticas. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FORTI, Valéria L. Pluralismo, serviço social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Katálysis**, Florianópolis, UFSC, v.20, n.3, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOLO, Jaime. O future-se sem futuro. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se:** ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama editorial, 2020

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e Caribe:** conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas: Papel Social, 2019.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar

desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda (Org.) et al. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

\_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

HAGUETTE, André. Ecletismo e pluralismo. **Educação em debate**, Fortaleza, v. 14, n. 21/22, p.117-127, jan./dez. 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19.ed. São Paulo: edições Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5.ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOEPNER, Charles Machado. **“A viagem de volta”**: a formação profissional em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 16. ed. São Paulo, Cortez: 2009.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 13.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, “Questão Social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; AL-BUQUERQUE, Valéria (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.128, p.13-38, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>>. Acesso em: 12 fev.2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 18 abr.2021.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: editora ática, 1997.

JORNAL DA USP. **10 mitos sobre a Universidade Pública no Brasil**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/10-mitos-sobre-a-universidade-publica-no-brasil/>>.

Acesso em: 12 de dez.2020.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço social: Avanços e Tendências. **Cadernos Abess**. n. 8, São Paulo, v. 8, p. 33-76, 1998.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A ofensiva do conservadorismo: Serviço Social em tempos de crise**. v.1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS: Brasília, 2009.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a Universidade**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Financiamento das universidades federais?: determinantes econômicos e políticos. **INTER-AÇÃO (UFG. ONLINE)**, v. 45, p. 220-239, 2020.

Disponível em: <Vista do FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – DETERMINANTES ECONÔMICOS E POLÍTICOS (ufg.br)> Acesso em: 08 de dez.2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Katia. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade(Brasília)**, v. 55, p. 32-43, 2015. Disponível em:<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes>>. Acesso em: 26 abr.2020.

MARAFON, Giovanna; SOUZA, Marina Castro e. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola?. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática**: antídoto ao escola sem partido. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, a.XIV, n.43, p.136-141, dez.1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Questão Judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p.39-64.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade.** n.124, p.678-698, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MEC. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social** – parecer encaminhado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES n. 15, de 13 de março de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: Acesso em: 15 abr. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, Yolanda (Org.) et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Os desafios do novo século à formação em Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, Jan./Jun. 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. **Revista Temporalis**, n.14, Brasília: ABEPSS, 2007.

\_\_\_\_\_. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, v.16, n. esp., Florianópolis, p.17-27, 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf>>. Acesso em: 25 abr.2021.

\_\_\_\_\_. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**. n.120, p.694-705, 2014. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2021.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, n.84, ano XXVI. São Paulo: Cor-

tez, 2005, p. 5-19.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, n.100, ano XXC. São Paulo: Cortez, 2009, p. 650-678.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. In: **Revista Temporalis.** Ano I. nº1. Jan./Jul. 2000. Brasília: ABEPSS, 2000.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta (Org.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n.50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n.30. São Paulo: Cortez, 1989, p. 89-108.

NETTO, Leila Erconsim. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NIEBET, Robert. **O conservadorismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.



OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro:** Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Toledo: 23 de setembro de 2017. Disponível em: <[https://docs.google.com/document/d/1br9FjFBv4dphOve8r-wx17P8bQyDVPIcHoPX\\_72vc-YY/edit](https://docs.google.com/document/d/1br9FjFBv4dphOve8r-wx17P8bQyDVPIcHoPX_72vc-YY/edit)>. Acesso em: 12 fev.2021.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil:** os fundamentos de sua Imagem Social e da Autoimagem dos seus Agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo:** contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, dez.2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social:** temas & questões. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do *ethos* solidário à moral egoísta. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política:** transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez; Belém: Universidade da Amazônia, 1995.

PORTES; Melissa Ferreira; PORTES, Lorena Ferreira. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída

por avanços e desafios. **Revista EM PAUTA**. Rio de Janeiro, n.40, v.15, p.213-227, 2017.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**, n.9, Brasília: ABEPSS, 2006.

\_\_\_\_\_. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, v.11, n.1, p.116-128. Porto Alegre: jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, v.17, n.2, p. p.240-246. Porto Alegre: ago./dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Crise do capital, pandemia e (des) proteção social. in: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PINHEIRO, Hamida Assunção; VALLINA, Kátia de Araújo Lima. **Campo minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira**. Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. n.107, p.420-437, 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>.

Acesso em: 14 fev.2021.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devas-

tação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade[online]**. n.140, p.134-152, 2021. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0134.pdf>>.Acesso em: 22 mar.2021.

REIDEL, Tatiana. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-político e a formação em Serviço Social: uma materialização em xequê**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

RIBEIRO, Daniella Borges et al. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. **Revista Katalysis**,v.23, n.3, out./dez.2020.Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rk/v23n3/1982-0259-rk-23-03-548.pdf>>Acesso em: 18 de nov. 2020.

ROCHA, Sheila. N. R. **A influência do ecletismo na produção teórica do serviço social na contemporaneidade**. Recife, UFPE, 2005. Repositório UFPE.

SANTOS, Claudia Monica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini dos; STAMPA, Inez. Trabalhadores assistentes sociais em tempos de acirramento da precarização do trabalho. **Revista Temporalis**, ano 19, n.37, Brasília: ABEPSS, p.84-101, jan.jun./2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21444>>.Acesso em: 20 fev. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 3.ed. São Paulo:

Cortez, 1985.

SANTOS, Maria Tereza dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, n.36, v.13, p. 178-196, 2015.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaísa; ZACARIAS, Inez Rocha. A Reconceitualização Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. **Serviço Social & Sociedade**, n.135, p.327-345, 2019.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria Izabel da. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social**: resistência e emancipação?. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Crise do capital, Neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, n.35, v.13, p. 99-125, jan./jun, 2015. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/artic1%E2%80%A6%C2%A0%C2%B7%20Arquivo%20PDF>> Acesso em: 12 abr.2021.

SILVA JR. João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação Superior no Brasil**: Reforma do Estado e mudanças na produção. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria de Guadalupe. **Ideologias e Serviço Social: reconceitualização latino-americana**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva e.; CARVALHO, Denise Boitempo Birche. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, Jan./Jun. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS: Brasília, 2009.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da educação superior em um mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.122, p. 199-223, abr./jun.2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15 abr.2021.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, v.10, n. esp., Florianópolis, p.15-25, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/>

v10nspe/a0210spe.pdf>. Acesso em: 27 abr.2021.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Ideação (Cascavel)**, v.8, p.9-22, 2006. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852/721>>. Acesso em: 05 de dez. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: Projeto Profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2016.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 3.ed. São Paulo: Agir, 1980.

WEINTRAUB, Abraham (2019). Plantações de maconha e laboratório de metanfetamina nas universidades federais. **Jornal da Cidade Online (YouTube)**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Ah95ofO149g&ab\\_channel=JornaldaCidadeOnline](https://www.youtube.com/watch?v=Ah95ofO149g&ab_channel=JornaldaCidadeOnline)>

Acesso em: 08 de dez.2020.

WÜNSCH, Paulo. **Sindicalismo e Reestruturação produtiva no Brasil: desafios da ação sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS**. 2. Ed. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS: Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUCSP. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 5,

n. 14, p. 29–78, mar. 1984.

\_\_\_\_\_. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014

ZACARIAS, Inez Rocha. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.







Esta obra é fruto de uma tomada de posição política do autor em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social e dos valores emancipatórios que o sustentam. Esta é uma tarefa primordial quando se trata da produção de conhecimentos comprometida em iluminar o debate sobre os fundamentos críticos do Serviço Social. Utilizando uma linguagem acessível, agregando razão e sensibilidade, o livro apresenta uma robusta pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social que, mesmo enfrentando um sem-fim de asperezas com consistentes bases teóricas, claramente fincadas no referencial marxiano, não perde a leveza. A força do capitalismo em sua forma ultraneoliberal é perscrutada em seus rebatimentos na instrumentalização da Universidade a serviço dos interesses de acumulação, em relação ao que a formação em Serviço Social não poderia permanecer imune, como os resultados do estudo demonstram. Seja como for, tendo em vista os projetos societários em disputa, o autor aposta e convoca o otimismo da vontade dos assistentes sociais em torno daquilo que não se pode transigir tendo em vista as condições objetivas desiguais em que estamos mergulhados – o Projeto Ético-Político profissional. Em um momento histórico de recomposição institucional em torno de valores coletivos em nosso país, esta obra figura como bandeira de luta pela defesa de uma formação profissional compromissada com uma outra ordem societária, sem exploração e dominação de qualquer natureza.

Prof<sup>ª</sup> Dra. Beatriz Gershenson

ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



ISBN - 978-85-5467-227-0

